

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL**

IRACI ARAÚJO CAVALCANTE

**AS BASES ONTOLÓGICAS MATERIAIS DA POBREZA NO CAPITALISMO E A
SUA RELAÇÃO COM A “QUESTÃO SOCIAL”**

MACEIÓ

2014

IRACI ARAÚJO CAVALCANTE

**AS BASES ONTOLÓGICAS MATERIAIS DA POBREZA NO CAPITALISMO E A
SUA RELAÇÃO COM A “QUESTÃO SOCIAL”**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social
apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito parcial para a obtenção do título de
mestre.

Orientação da Prof.^a Dra. Gilmaísa Macedo da Costa.

MACEIÓ

2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

- C376b Cavalcante, Iraci Araújo.
As bases ontológicas materiais da pobreza no capitalismo e a sua relação com a “questão social” / Iraci Araújo Cavalcante. – 2014.
131 f.
- Orientadora: Gilmaísa Macedo da Costa.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.
- Bibliografia: f. 128-131.
1. Trabalho. 2. Capitalismo. 3. Questão social. 4. Pobreza. I. Título.

CDU: 364:330.14.01



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Iraci Araújo Cavalcante** intitulada **As bases ontológicas materiais da pobreza no capitalismo e a sua relação com a “questão social”**, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 11 de dezembro de 2014, às 09:30h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Profa. Dra. Gilmaísa Macedo da Costa
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Banca Examinadora

Profa. Dra. Edlene Pimentel Santos
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)

Profa. Dra. Silvana Márcia de Andrade Medeiros
Examinador externo (UFAL/PALMEIRA DOS ÍNDIOS)

Aos meus queridos e amados pais, José Benedito e Maria Joacira.

“Meus maiores exemplos de luta, força e coragem. Razões que me fortalecem a lutar hoje e a acreditar na possibilidade de construção de um novo amanhã”.

AGRADECIMENTOS

O processo de finalização do mestrado em Serviço Social contou com a participação de muitas pessoas especiais. Agradeço a todos e a todas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho. Afinal, apesar de ser a protagonista desse processo, o resultado desta pesquisa só foi possível graças às inúmeras contribuições coletivas de pessoas que me auxiliaram na finalização desta dissertação.

Primeiramente, agradeço a Deus força onipotente e luz divina que sempre iluminou meus caminhos. Aos meus pais, José Benedito e Maria Joacira, que muitas vezes tiveram que renunciar aos seus sonhos em detrimento dos meus e de minhas irmãs, por toda dedicação, esforço, coragem em nos educarem; Por terem sempre me incentivado a lutar pelos meus sonhos e ideais – Amo e admiro muito vocês meus maiores exemplos de vida.

As minhas queridas irmãs: Bruna e Ingrid por me apoiarem e me incentivarem em minhas escolhas. E claro ao meu querido e amado Guto, fonte de amor puro e sincero.

A família Araújo, pelo apoio, força e credibilidade na minha trajetória de estudos. Agradeço os estímulos, o carinho, o amor incondicional e o respeito às minhas escolhas. Agradeço as minhas queridas tias *Lêu, Rita e Lúcia in memoriam*, exemplos de grandes mulheres que sempre lutaram por um mundo melhor, e pela força que sempre me deram em todos os momentos de minha vida – Saudades eternas!

Em especial, agradeço ao meu noivo Carlos Henrique, por me incentivar a nunca desistir dos meus sonhos. Obrigada por tudo!

Aos professores do mestrado e da graduação, que inevitavelmente contribuíram com a minha formação. Aprendi que o processo de conhecimento é complexo e às vezes, desesperador, mas gratificante. Agradeço a todos os professores que deram apoio ao desenvolvimento desse processo difícil, mas necessário.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, aos colegas da turma do Mestrado pela convivência e aprendizado compartilhados. Agradeço a amiga Laura por todos os conselhos e pelos momentos que passamos juntas nesta difícil e enriquecedora fase. Agradeço as amigas da graduação e da pós-graduação *latu senso* que sempre me incentivaram a concluir o mestrado. Sem falar dos eternos amigos do antigo “CEFET-MD” que torceram sempre pelas minhas vitórias.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa sobre “*Reprodução Social*”, por todo conhecimento compartilhado e adquirido. Agradeço as professoras Edlene Pimentel e Silvana

Medeiros por terem feito parte das bancas de qualificação e de defesa, por todas as contribuições e discussões valiosas que suscitaram. Agradeço a professora Reivan Marinho pelo aprendizado adquirido durante a graduação, o mestrado e o estágio docência. Agradeço a professora Virgínia Amaral que foi a primeira professora que me deu a oportunidade de crescer como pesquisadora ainda durante a graduação.

Agradeço em especial a minha orientadora, Gilmaísa Costa, que mesmo sem me conhecer me deu a honra de ser sua orientanda. Pela dedicação e paciência de todos os momentos nas inúmeras orientações. Pela enorme contribuição teórica, responsabilidade acadêmica e com a formação humana. Sinto-me muito grata por partilhar experiências que me fizeram crescer como pessoa e como pesquisadora.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, pelo incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa, através da concessão da bolsa de estudos.

A todos meu muito Obrigada!

O sonho

Sonhe com aquilo que você quer ser,
porque você possui apenas uma vida
e nela só se tem uma chance
de fazer aquilo que quer.

Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.
Tristeza para fazê-la humana.
E esperança suficiente para fazê-la feliz.

As pessoas mais felizes não têm as melhores
coisas.
Elas sabem fazer o melhor das oportunidades
que aparecem em seus caminhos.

A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem
a importância das pessoas que passaram por
suas vidas.

Clarice Lispector

RESUMO

A presente dissertação faz uma análise das bases ontológicas materiais da pobreza no capitalismo e da sua relação com a “questão social”. Enfatiza o entendimento dos fundamentos do modo de produção capitalista, que tem em sua raiz a exploração, a desigualdade social e a propriedade privada como elementos determinantes desse sistema. Para entender a essência do capitalismo analisa-se, primeiramente, o fundamento maior de todos os modos de produção: o trabalho. É através dele que o homem consegue transformar a natureza em bens materiais indispensáveis à sua reprodução social. Aborda-se ainda, a partir da análise de “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, de Karl Marx, em *O Capital*, os fundamentos da pobreza no capitalismo. Em sociedades precedentes, tal fenômeno estava associado ao parco desenvolvimento das forças produtivas; já no modo de produção especificamente capitalista, a pobreza, apesar do alto desenvolvimento das forças produtivas, cresce em larga medida em consonância com o aumento da riqueza. Procura-se especificar a relação da pobreza com a “questão social”, tomando por base a “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, porquanto esta lei possibilita a apreensão e o entendimento da “questão social”, que se acha vinculada às contradições decorrentes da relação capital-trabalho. Por fim, intenta-se realizar uma análise histórico-crítica introdutória do fenômeno da pobreza e de sua relação com a “questão social” no desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. Ao se fazer isso, enfatizam-se algumas questões da atualidade, particularmente no Brasil, que comprovam a predominância da “questão social” e da pobreza como expressão desta sob novas bases, mas tendo em sua essência o mesmo fundamento: a desigualdade social, a exploração típica da sociedade capitalista e a propriedade privada.

Palavras-chave: Trabalho. Capitalismo. “Questão social”. Pobreza.

ABSTRACT

The present dissertation makes an analysis of the ontological bases poverty materials on capitalism and their relationship with the "social question". Emphasizes the understanding of the foundations of the capitalist mode of production, which has at its root the exploitation, social inequality and private property as essential elements of that system. To understand the essence of capitalism is analyzed, first, the Foundation of all modes of production: the work. It is through him that the man can transform nature in material goods necessary for their social reproduction. It also addresses, from the analysis of "the so-called Primitive Accumulation" by Karl Marx in Das Kapital, the fundamentals of poverty on capitalism. In previous societies, this phenomenon was associated with the penury of the productive forces; in the capitalist mode of production specifically, poverty, despite the high development of the productive forces, grows to a large extent in line with the increase of wealth. Seeks to specify the relationship of poverty with the "social question", based on the "general law of Capitalist Accumulation", because this law allows the seizure and the understanding of the "social question", which is linked to the contradictions arising from the capital-labor ratio. Finally, try to perform a historical-critical analysis of the phenomenon of poverty and introduction of his relationship with the "social question" in the development of the Capitalist mode of production. When doing this, emphasize some of today's issues, particularly in Brazil, which prove the predominance of the "social question" and poverty as an expression of this under new bases, but in essence the same Foundation: social inequality, the typical exploitation of capitalist society and private property.

Keywords: Work. Capitalism. "Social Question". Poverty.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSSO	Faculdade de Serviço Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGAC	Lei Geral de Acumulação Capitalista
MPC	Modo de Produção Capitalista
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O TRABALHO COMO A BASE ONTOLÓGICA DA VIDA EM SOCIEDADE E A CARÊNCIA NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS.....	20
2.1	A relação homem/ natureza, o processo de trabalho e seus elementos na visão de Marx.....	20
2.2	O trabalho, a carência nas sociedades primitivas e o surgimento das classes sociais.....	30
2.3	A pobreza nas sociedades pré-capitalistas: elementos para se compreender a pré-história da “questão social”.....	39
2.4	O trabalho como mercadoria e a intensificação da exploração da força de trabalho: A desigualdade social em presença.....	45
3	A GÊNESE DA POBREZA NO CAPITALISMO E SUA RELAÇÃO COM A “QUESTÃO SOCIAL”.....	60
3.1	Marx e a pobreza na “<i>Assim Chamada Acumulação Primitiva do Capital</i>”.....	61
3.2	Pobreza, “questão social” e pauperização na Lei Geral da Acumulação Capitalista.....	73
3.3	Desigualdade social e geração da pobreza: a pobreza como expressão da “questão social”.....	85
3.4	Pobreza como expressão da “questão social” e a barbárie na atualidade: aspectos preliminares.....	100
3.4.1	A “Questão Social”, a barbárie capitalista e alguns aspectos do caso brasileiro.....	103
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	128

1 INTRODUÇÃO

O tema pobreza tem sido objeto de investigação pelos mais variados campos das ciências sociais, bem como por diversas tendências teóricas, científicas e filosóficas sejam de origem Liberal ou Marxiana. Tais tendências expressam diferentes posturas políticas e científicas que legitimam e refletem as diferentes interpretações da realidade social e intervenções sobre a pobreza, seja pela via do Estado, seja por meio de associações privadas, explicitadas por diferentes aspectos da desigualdade social e do pauperismo. Nesse sentido, a abordagem analítica da pobreza quase sempre acaba por legitimar os diferentes compromissos e discursos políticos que reafirmam a posição teórica assumida pelas diferentes tendências críticas, liberais, reformistas ou revolucionárias ante as condições de pobreza vivenciadas por uma grande parcela da humanidade ainda hoje alvo de preocupação de Estados. Essa preocupação já levanta a interrogação sobre a existência de um fenômeno, a pobreza em larga escala, cuja permanência em meio ao alto desenvolvimento das forças produtivas humanas justifica a investigação do tema como objeto de análise.

Os organismos financeiros internacionais, a exemplo do Banco Mundial – BM –, propõem promover a redução da pobreza através de ações destinadas à busca do crescimento sustentável e da inclusão. Tais organismos caracterizam em geral a pobreza a partir de uma quantia que uma determinada pessoa possui para sobreviver diariamente. Assim, estaria na condição de pobreza uma pessoa que sobrevive com cerca de US\$ 2,5 diários, o que atualmente equivale a R\$ 5,68. Em condição de extrema pobreza estariam às pessoas que vivem com US\$ 1,25 por dia, o equivalente a R\$ 2,84. No que se refere à desigualdade social, tal organismo a mede através do denominado coeficiente de Gini¹.

O Banco Mundial com seu lema: “trabalhamos por um mundo sem pobreza” investe em ações de combate a esta em diversos países do mundo. Dados desse organismo financeiro internacional mostram que, no Brasil, os índices de pobreza diminuíram substancialmente, de 26,7% da população em 2003 para 12,6% em 2011. Já a extrema pobreza teria diminuído de 11,2% em 2003 para 5,4% em 2011. No que se refere à desigualdade social, os dados do

¹ De acordo com o Banco Mundial, o “índice de Gini mede o grau em que a distribuição de renda (ou, em alguns casos, a despesa de consumo) se dá entre os indivíduos ou famílias dentro de uma economia com uma distribuição perfeitamente igual. A curva de Lorenz mostra as porcentagens acumuladas de todos os rendimentos recebidos contra o número total de beneficiários, a partir da pessoa ou da família mais pobre. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como uma porcentagem da área máxima sob a linha. Assim, um índice de Gini de 0 representa a igualdade perfeita, enquanto um índice de 100, a desigualdade perfeita” (BANCO MUNDIAL, 2013). Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI/countries?display=map>> Acesso: 21 nov. 2013.

Banco Mundial evidenciam que entre 2001 e 2011 a taxa de crescimento da renda brasileira dos 40% mais pobres foi de 6,2% ao ano, o que fez diminuir a desigualdade social em 0,519 em 2011, caracterizando o índice mais baixo em cinquenta anos.

De acordo com Deborah Wetzel (2013) – diretora do Banco Mundial para o Brasil –, a pobreza está sendo erradicada no Brasil graças à “revolução silenciosa” que o Programa Bolsa Família tem conduzido neste país. Tal programa foi iniciado durante o primeiro governo Lula e visou transferir às famílias consideradas pobres um certo percentual de renda em troca da manutenção dos seus filhos na escola. Ela associa a redução da pobreza e da desigualdade social brasileira aos tais programas que teriam melhorado a renda da população e consequentemente a redução dos índices de pobreza. Tal programa, na verdade, é parte das estratégias de ajustamento dos países periféricos às exigências dos países centrais, promovidas pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial. A meta, de acordo com Wetzel (2013), é eliminar a pobreza extrema no Brasil até 2030.

Relatório da ONU (Pnud), divulgado em julho, aponta o Brasil como o terceiro pior índice de desigualdade no mundo. O país se equipara ao Equador e só fica atrás de Bolívia, Haiti, Madagáscar, Camarões, Tailândia e África do Sul em matéria de desigualdade social. Por sua vez, o mais recente relatório da ONU, divulgado no Brasil em 17/9/2014, informa que em dez anos no Brasil a fome foi reduzida em 50% com o Programa Fome Zero. Entretanto, segundo o mesmo relatório, a fome diminuiu, mas ainda há 805 milhões de pessoas no mundo com desnutrição crônica. Trata-se de um fenômeno de difícil justificação em meio a um mundo de abundância cercado pelo alto desenvolvimento das forças produtivas e à intensa capacidade de produção de alimentos e de riqueza, o que, de algum modo, tem justificado programas como o Fome Zero.

Identificam-se em autores diversos diferentes explicações para o fenômeno do pauperismo e da desigualdade social. Um estudioso como Michel Chossudovsky (1999) relatava que no século XX se vivenciou uma “globalização da pobreza” que não se deve à escassez de recursos humanos e materiais, mas a um sistema que se nutre do desemprego e da intensificação da exploração da força de trabalho através dos baixos salários. Defende o desenvolvimento de uma “agenda macroeconômica expansionista” que seja capaz de diminuir a pobreza, o desemprego e a expansão do consumo no mundo inteiro. Além disso, propõe que os movimentos sociais das principais regiões do mundo se unam em torno de um mesmo objetivo: “a eliminação da pobreza e a paz mundial”.

Tal autor, diferentemente da diretora do Banco Mundial no Brasil Deborah Wetzel, considera a problemática da pobreza como decorrente dos programas de estabilização macroeconômica e de ajustes estruturais propostos pelo FMI e pelo BM aos países em desenvolvimento desde o começo dos anos 1980. Argumenta que esses organismos financeiros internacionais são nutridos pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente. Além disso, as reformas, segundo o autor, consolidam, na verdade, uma “globalização da pobreza” que é decorrente das recomendações propostas por esses organismos, tais como: desvalorização, liberalização do comércio e privatização. De acordo com Chossudovsky (1999), a realidade da pobreza mundial é cada vez mais dissimulada pela manipulação das estatísticas de renda que possibilitam mascarar a realidade social e caracterizar o pobre como sendo um grupo minoritário nos países em desenvolvimento.

Já de acordo com Salama e Destremau (1999), os cálculos utilizados pelo BM e pelo FMI para a medição da pobreza são feitos mediante avaliações subjetivas que influenciam no resultado final ao aumentar ou diminuir os números de pobres existentes no mundo. Para tais autores, a pobreza está presente hoje em razão da urbanização acelerada e da dificuldade de se criar novos empregos, expressando-se por meio de atos de violência individuais e coletivos que levam à autodestruição como também ao desenvolvimento de culturas alternativas. Assim, a pobreza “tem muitas facetas e dimensões. Medi-la significa amiúde reduzi-la e desconhecê-la” (p. 18).

Ao afirmar que a pobreza possui muitas facetas e dimensões, eles citam quatro maneiras de caracterizá-la. A primeira se refere à medida “absoluta cardeal da pobreza”, que traz um limite entre rendimentos, sendo as pessoas consideradas pobres caso não atinjam determinada renda. Consideram que tal medida possui algumas vantagens, entre as quais a de sublinhar a falta de recursos que as famílias possuem para se reproduzir e, assim, demonstrar a profundidade de uma das facetas da pobreza. A segunda forma de caracterização da pobreza seria através da medição relativa, que mesmo numérica, define um piso salarial em função dos outros salários, distinguindo um indivíduo ou um grupo pelos salários recebidos. Para eles, a vantagem de tal medida seria que ela usa a distribuição dos salários para definir a pobreza.

No entanto, Salama e Destremau (1999), definem essas duas medidas como insuficientes. Defendem uma terceira maneira de definir ou medir a pobreza, a partir da não satisfação de um conjunto de necessidades básicas (como água, alimentação etc.) sem as quais os indivíduos não poderiam se reproduzir. Tal medida, para os autores, apesar de útil seria materialista, porquanto se baseia numa série de indicadores que devem ser completados por

uma perspectiva subjetiva da pobreza, embora permita uma imagem mais exata de como a pobreza é percebida. Além disso, os autores citam outra perspectiva de análise. Esta considera a pobreza a partir do julgamento das capacidades ou potencialidades que os indivíduos dispõem para levar uma vida decente, que evidencie o exercício da liberdade e o respeito aos direitos, bem como observe as lacunas dos diferentes processos de distribuição de acesso aos recursos privados e coletivos. Portanto, Salama e Destremau ao analisarem a pobreza abordam as questões relativas às medidas necessárias para o seu controle, mas não se debruçam sobre as questões relativas às causas e raízes da pobreza, nem às políticas e propostas de luta contra ela.

Estudos recentes realizados pelo *Credit Suisse 2013 Wealth Report* apontam o mapa da desigualdade social no mundo, identificando neste ano que 0,7% da população detém 41% da riqueza mundial. De acordo com o jornal *Opera Mundi* (2013, p. 1), “a riqueza mundial atingiu o recorde de todos os tempos: US\$ 241 trilhões. Se esse número fosse dividido proporcionalmente pela população mundial, a medida da riqueza seria de US\$ 51.600 por pessoa”. Tal fato evidencia que a pobreza nessa forma de sociabilidade não está associada ao parco desenvolvimento das forças produtivas, nem à escassez de riqueza, mas, sobretudo, à necessidade de expansão do capital concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população.

Ainda de acordo com o *Opera Mundi* (2013), os EUA apesar de serem o país mais rico do mundo em termos do Produto Interno Bruto – PIB e de capital produzido, detêm os maiores índices de pobreza e desigualdade social do mundo. A Austrália seria o país com a riqueza mais bem distribuída, enquanto a África possui a menor riqueza acumulada. Outro fato evidenciado na pesquisa é que, mesmo com o crescimento da riqueza mundial, a desigualdade social continua com índices elevados. Cerca de 10% dos mais ricos do planeta detêm 86% dessa riqueza, e destes, 0,7% tem a posse de 41% da riqueza mundial.

Os pesquisadores do *Credit Suisse (2013)* também fizeram um estudo sobre a projeção do aumento do número de milionários ao redor do mundo, e constataram que nos próximos cinco anos países como Polônia e Brasil multiplicarão o número de milionários. “No mesmo período, os EUA terão um aumento de 41% do número de milionários, o que representa 18.618 de pessoas com patrimônio acima de 1 milhão de dólares” (p. 2). Tal fato evidencia que a riqueza continua crescendo à medida que aumenta a concentração de renda, demonstrando que a desigualdade social e a pobreza devem se intensificar nos próximos anos.

Ainda de acordo com o referido estudo, a OIT – Organização Internacional do Trabalho no ano de 2013 revelou que nos países desenvolvidos a desigualdade social aumentou graças à crise financeira que se abateu nesses países desde 2008. O número de desempregados em todo o mundo ultrapassou os 200 milhões, podendo aumentar no decorrer dos anos. O desemprego fez aumentar o número de pobres entre 2010 e 2011 em 14 das 26 economias desenvolvidas analisadas, incluindo países como EUA, França, Dinamarca e Espanha.

A pesquisa demonstra ainda que no conjunto dos países que compõem o G20² a classe média diminuiu significativamente; em contrapartida, o lucro das empresas aumentou 3,4% entre 2007 e 2012, porém os salários médios subiram apenas 2,2% e os investimentos recuaram 3,6%. O interessante nesta pesquisa é que apesar da crise financeira, os salários dos executivos e os lucros das empresas cresceram o que possibilitou o aumento da desigualdade. De acordo com a pesquisa, diferentemente dos países desenvolvidos, na América Latina ocorreu à melhoria da situação econômica e social dos países graças ao aumento do trabalho assalariado, que favoreceu o crescimento da classe média. Países como o Brasil aumentaram sua classe média numa comparação entre 1999 e 2010 em 15,6%. No entanto, a OIT destacou que a região ainda enfrenta como desafios a crescente desigualdade social, maior que a média do mundo, e o emprego informal.

Desse modo, tais autores e os organismos financeiros analisam a pobreza a partir de indicadores sociais, estatísticas de renda, dados genéricos, salários, percentuais de dinheiro diário etc., sem caracterizá-la a partir dos fundamentos que a constituem. A pobreza, na visão de Salama e Destremau (1999) e dos organismos financeiros como o FMI e o BM, estaria associada ao não acesso ou ao acesso precário a renda e a fatores mínimos para uma vida sem privações, como: água, alimentação, renda etc. Inúmeros dados evidenciam, portanto, que a pobreza na atualidade é um fenômeno de alcance mundial e que a sua reprodução é uma constante, pois a existência dos altos índices de desemprego e da desigualdade social reforça e reproduz a pobreza sobre novas bases. Como alternativas para seu enfrentamento são propostas ações de âmbito nacional e internacional que mesmo reduzindo os índices de pobreza e de miséria, não a extinguem, pois enquanto existir desigualdade social permanecerá a pobreza.

² Os países que fazem parte do G-20 são: Brasil, Argentina, Arábia Saudita, México, China, Índia, Austrália, Indonésia, Coreia do Sul, África do Sul e a Turquia. Do Grupo dos Sete, mais a Rússia, G8: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Japão e Rússia. Disponível em: <<http://países-emergentes.info/mos/view/G-20/>> Acesso em: 20 nov. 13

Na verdade, tais propostas, mesmo quando identificam problemas decorrentes da pobreza, propõem ajustes necessários ao combate dela dentro dos limites desse modo de produção. Ajustes viabilizados através de ações e propostas de enfrentamento que, embora minimizem as mazelas decorrentes da pauperização absoluta ou relativa³, não acabam com ela. São propostas que em sua maioria decorrem do investimento em programas de transferência de renda ou de ajustes estruturais, mantendo intactas as bases que a sustentam, já que não identificam a gênese da pobreza a partir dos fundamentos que a criam e reproduzem nessa forma particular de sociabilidade.

Diferentemente do que foi relatado até aqui, nossa exposição segue no sentido de expressar a investigação das bases ontológico-materiais da pobreza e sua expressão peculiar no capitalismo como um resultado da constituição do modo como os homens produzem e reproduzem sua vida e suas relações sociais. Articula-se a tal resultado a relação entre pobreza, “questão social” e os instrumentos de ação estatal que incidem sobre tais fenômenos tão frequentemente abordados pelo Serviço Social. A princípio, ressaltamos que, em geral, a “questão social” tem sido tratada de distintas formas: ora simplesmente como pobreza ou desigualdade social, ora como manifestação política ou resistência da classe trabalhadora expressa em rebeldia. A tais situações soma-se a ação do Estado, seu enfrentamento como uma das funções exercidas particularmente no capitalismo dos monopólios. Nossa perspectiva é a de mostrar que tais elementos se articulam intimamente na configuração do que é denominado como “questão social”.

O fato de nossa proposição ser a de nos debruçarmos particularmente nos fundamentos da “questão social” no modo de produção capitalista não nos exime de buscar as bases materiais dos seus elementos centrais no próprio desenvolvimento social; ao contrário, requisita o apoio de aspectos históricos explicativos que indicam a pobreza, inicialmente expressa como carência que atinge a todos, em suas bases ontológicas como algo que se delinea no processo humano-social, alcançando peculiaridades no capitalismo. A hipótese que orienta esta dissertação tem por base que a pobreza se torna objeto de intervenção do

³ “A pauperização pode ser *absoluta* ou *relativa*. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. [...] Considerados os países capitalistas mais desenvolvidos, registrou-se, historicamente, uma maior ocorrência da pauperização absoluta no desenvolvimento do capitalismo até finais do século XIX; desde então e até a oitava década do século XX, o que neles se constatou foi sobretudo a pauperização relativa. Mas daí não se pode concluir que a pauperização absoluta tenha sido suprimida – pode-se apenas assinalar que, em certas conjunturas históricas, é possível limitar e, mesmo, reverter a sua incidência”. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 135-36).

Estado e de organismos internacionais devido ao caráter conflituoso contido na desigualdade social gerada pela essência do capitalismo, que põe em risco o sistema do capital⁴.

O estudo da problemática da pobreza se justifica por dois aspectos: do ponto de vista social, pela relevância que o tema da pobreza adquire na atualidade com o seu aumento e expansão mundial em meio a uma sociedade da abundância; do ponto de vista científico, pelo fato de a maioria dos estudos atuais da pobreza não buscar os fundamentos que a constituem, encarando-a como algo a ser superado no interior dessa sociabilidade, desconsiderando atacar as suas causas. A relação com a “questão social” se expressa no caráter explosivo e potencial da pobreza para os conflitos de classe.

Desse modo, no segundo capítulo analisamos os aspectos gerais do trabalho como fundamento de todas as formas de sociabilidade. Neste sentido, o trabalho para Marx é um “processo entre o homem e natureza”, um processo em que ao transformar a natureza o homem produz bens indispensáveis à sua subsistência. Para esse autor, o homem é o único ser capaz de prever idealmente o resultado de sua ação, o que o distingue dos outros animais. Através do trabalho o homem se desenvolveu e modificou as suas relações sociais. À medida que o trabalho foi se desenvolvendo ao longo da história, passou a assumir diferentes formas: nos primórdios da sociedade assumiu a forma de trabalho escravo; posteriormente, no feudalismo, foi denominado de trabalho servil; e no capitalismo, assumiu a forma de trabalho assalariado. É nesta forma de trabalho que o capitalista se apropria da mais-valia produzida pelo trabalhador, ou seja, do trabalho não pago, do excedente que não é incorporado ao salário do operário.

Com o advento do modo de produção capitalista, o trabalho passou a ser assalariado, dada a necessidade do capital de extrair o máximo de sobretrabalho para aumentar a sua lucratividade. Nesta sociedade o trabalho, ao assumir a forma de trabalho assalariado, fez com que a riqueza por ele produzida gerasse contraditoriamente a pobreza da classe trabalhadora.

⁴ Por sistema do capital ou “sistema orgânico” do capital entende-se o que Mészáros (2011) afirma como sendo a ordem plenamente desenvolvida de capital e de controle. “[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro da história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência. É verdade que esta característica torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão. Isto não se aplica aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é bastante óbvia [...] mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências de perder os negócios”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 97-98).

Esta pobreza não é mais associada ao parco desenvolvimento das forças produtivas, onde era predominante a carência, mas está associada a fatores existentes no capitalismo. Desse modo, pretendemos analisar o trabalho como categoria essencial à constituição da vida humana, no sentido de que é a partir dele que o homem transforma a natureza em bens indispensáveis para a reprodução social, formando diferentes tipos de sociedades. Sem ele, portanto, não existiria nenhuma forma de sociabilidade, pois é o trabalho a essência de qualquer modo de produção. Posteriormente, analisaremos a forma que o trabalho assume no capitalismo – trabalho assalariado –, enquanto produtor de riqueza mediante a extração da mais-valia no capitalismo, o que implica a exploração dos trabalhadores.

No terceiro capítulo trataremos da gênese da pobreza no capitalismo e da relação desta com a “questão social”, tendo por base a análise que Karl Marx fez em *O Capital*, principalmente nos capítulos XXIII e XXIV, quando trata respectivamente da Lei Geral da Acumulação Capitalista e da Assim Chamada Acumulação Primitiva do Capital. Analisaremos primeiramente o processo de acumulação primitiva, buscando identificar os elementos que dão base ao surgimento da pobreza e da “questão social” no capitalismo. Tal processo é chamado de primitivo, pois antecede o modo de produção capitalista, constituindo-se na sua fase embrionária. É o período marcado pela expropriação violenta do povo de sua base fundiária, que separa os produtores dos seus meios de produção, deixando-os “livres como os pássaros” e formando enormes massas de indigentes e de desocupados. A única coisa que possuíam era a sua força de trabalho, que pode então ser comprada e vendida livremente. Pouco a pouco foram se formando duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado. A primeira se apropria de todas as formas da mais-valia gerada pela segunda. Além disso, abordamos o processo de constituição do Modo de Produção Capitalista, que gera ao mesmo tempo a pobreza num polo e a riqueza no outro. Tal processo demonstra o que Marx caracterizou como a “*lei geral da acumulação capitalista*”, revelando o caráter contraditório próprio da natureza do capitalismo.

A temática da pobreza é abordada, portanto, como resultado do modo de produção capitalista, pois ela assume novos contornos que a diferem das sociedades precedentes, quando era decorrente de uma situação de carência que afetava a população. A pobreza é entendida ainda enquanto manifestação da “questão social”, como um fenômeno que faz parte da gênese e do processo do modo de produção capitalista, fundado em relações de exploração do homem pelo homem. Ainda neste capítulo enfocaremos a relação que se estabelece entre “questão social”, pobreza e barbárie na atualidade, com o objetivo de postular elementos para

uma crítica à violência contra os pobres pela via da criminalização, tomando como referência o caso brasileiro.

2 O TRABALHO COMO A BASE ONTOLÓGICA DA VIDA EM SOCIEDADE E A CARÊNCIA NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS

A perspectiva que orienta nossa reflexão sobre o tema em pauta nos conduziu a um resultado de pesquisa que toma por referência o trabalho como a base de todos os fenômenos sócio-humanos e de todas as categorias que compõem a totalidade social. Daí que neste segundo capítulo iniciaremos nossa exposição do tema *As bases ontológico-materiais da pobreza no capitalismo e sua relação com a “questão social”*, na expectativa de instaurar uma análise que, tomando a categoria trabalho como categoria fundante do ser social, permita expor a constituição da pobreza como decorrência do processo de desenvolvimento das relações sociais nas quais se explicita a exploração do homem pelo homem. A pobreza, marcada pelo surgimento da desigualdade social gestada na essência objetiva da sociedade, manifesta-se no capitalismo, como veremos no decorrer da dissertação, em íntima articulação com a denominada “questão social”. Na realidade, somente numa sociabilidade como o capitalismo, na qual se produz a abundância de bens necessários para satisfazer ao conjunto da humanidade, a pobreza se evidencia como um resultado de relações sociais de exploração dos homens pelos homens, tornando-se objeto de preocupação do conhecimento humano.

Para a realização do nosso objetivo, com vistas a expor a base genética da pobreza e sua relação com a “questão social”, analisaremos inicialmente o trabalho como categoria essencial à constituição da vida humana. É a partir dele que o homem transforma a natureza em bens indispensáveis à reprodução social, formando diferentes tipos de sociedades ao longo do processo de desenvolvimento humano. Sem o trabalho não existiria o ser social na forma como o conhecemos. Dele se desdobra o crescimento das capacidades e das habilidades humanas, mas também as formas de exploração e de dominação dos homens entre si.

2.1 A relação homem/natureza, o processo de trabalho e seus elementos na visão de Marx

Esta condição torna possível ao longo do desenvolvimento humano à produção de qualquer bem mediante a criação de valores que constituem a riqueza social⁵. Neste desenvolvimento o homem estabelece relações sociais em que a produção e o acesso a essa riqueza criam concomitantemente a acumulação de bens por parte de uma pequena parcela da sociedade e a pobreza de muitos. Aqui iremos expor inicialmente o caráter fundamental do trabalho, buscando delinear no percurso da exposição os aspectos genéticos da pobreza no processo de desenvolvimento do homem.

O trabalho, para Marx, enquanto produtor de valores de uso é intercâmbio orgânico com a natureza, sendo, portanto, uma eterna necessidade humana que não pode ser eliminada, sob pena de não existir a sociedade. É através dele que o homem transforma a natureza em meios de subsistência indispensáveis à reprodução social. Assim, o trabalho constitui a primeira necessidade humana, aquela que, se não atendida, resulta na impossibilidade de qualquer forma de sociabilidade. Nesse sentido, esclarece Marx (1985, p. 149):

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza.

Vê-se, portanto, que Marx traduz aí o significado fundamental do trabalho. A ação humana põe em movimento forças da natureza defrontando-se com suas próprias forças naturais e corporais e se apropria da natureza, transformando-a em coisas úteis e necessárias à sua vida, portanto, à sua reprodução. É com esta ação que o homem ao modificar a natureza modifica também a si mesmo, ou seja, este ato transforma o próprio homem. Apreende-se daí que o trabalho em seu preciso sentido ontológico marxiano é constituído pela interação homem/natureza. Nesta interação, o próprio homem é quem controla e domina a totalidade do processo de trabalho. Como afirmou o próprio Marx, o homem põe em movimento as suas forças naturais (braços, pernas, cabeça e mão) a fim de transformar a matéria natural em algo necessário à sua sobrevivência.

Transformar a natureza em bens indispensáveis à subsistência humana significa utilizar os elementos naturais (água, terra, seres vivos etc.) e transformá-los em produtos úteis

⁵ Para Marx (2011, p. 399), “a riqueza é, por um lado, coisa, realizada em coisas, em produtos materiais, com os quais os seres humanos se defronta como sujeito; por outro lado, como valor, é simples comando sobre trabalho alheio, não para fins de dominação, mas de fruição privada etc. Em todas as formas, a riqueza aparece em sua figura objetiva, seja como coisa, seja como relação mediada pela coisa, que se situa fora e casualmente ao lado do indivíduo”.

para os seres humanos. Com isto, Marx enfatizou o caráter universal do trabalho, sem distingui-lo das particularidades presentes em cada tipo de sociedade, visto que o trabalho é uma “eterna necessidade humana”: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma *condição de existência do homem*, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1985, p. 50). O trabalho produz valores de uso que são indispensáveis à reprodução social, determinando como o homem produz os meios indispensáveis à sua sobrevivência em diferentes estágios de formação social. Mais que isso, pode-se depreender da citação marxiana que o trabalho, no sentido de interação homem/natureza, é o fundamento de qualquer forma de sociedade humana. Ainda que se manifeste de diferentes formas resultantes do próprio desenvolvimento das forças produtivas humanas, a interação entre homem e natureza se faz presente como condição essencial de materialização do trabalho.

Marx em *O Capital* pontua que:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, p. 149-150).

Marx ressaltou uma característica primordial que diferencia o mundo dos homens do mundo puramente animal: na base desta distinção está o trabalho. Sem este, a reprodução social seria impossível. Tal processo permite ainda que na interação homem/natureza os próprios homens adquiram habilidades e características que não possuíam anteriormente, tornando possível a sua construção enquanto indivíduos sociais. Ou seja, os homens adquirem a característica de um ser social que só se reproduz em sociedade.

O desenvolvimento das distintas formas de sociedades depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas, daquilo que os homens produzem e de suas relações sociais. Outro detalhe relevante dessa citação de Marx refere-se à capacidade que o ser humano possui de projetar antecipadamente em sua consciência aquilo que pretende objetivar materialmente. Eis uma característica que o diferencia dos outros seres, pois o ser humano é dotado de uma consciência que lhe permite, através da transformação da natureza, criar algo essencialmente novo, algo que foi modificado e objetivado. Já os animais agem de forma

puramente instintiva e produzem sempre o que é típico de sua natureza, como a teia que a aranha constrói e o favo da colmeia que a abelha arquiteta.

De modo semelhante, outros autores analisam a mesma citação de Marx, comentando que não há identidade entre atividades realizadas por outros seres da natureza do modo como é realizado pelo homem. Ainda que guarde semelhanças com o trabalho, a atividade das aranhas e a das abelhas são atividades geneticamente determinadas, daí não resultarem no desenvolvimento desses insetos. Como asseveram Lessa e Tonet (2008, p. 18), “Por séculos, as abelhas e as formigas produzirão, exatamente da mesma forma, o que já produzem hoje”. Já o trabalho enquanto transformação da natureza pelos homens é um processo que difere do anterior, pois os homens possuem a capacidade de projetar na consciência a ação e o resultado do seu trabalho, delineando previamente na consciência o resultado de sua ação antes de construir o objeto material. Assim, ainda de acordo com Lessa e Tonet (Idem, p. 19), “esse movimento de converter em objeto uma prévia-ideação é denominado por Marx de objetivação”. A prévia-ideação é, portanto, anterior à ação, e a objetivação é a transformação da realidade em algo novo. Ao transformar a realidade por meio do processo de objetivação, o homem também se transforma e adquire novos “conhecimentos e habilidades” que não possuía anteriormente. Em outras palavras, o homem “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza” (MARX, 1985, p. 149).

Neste processo, todo ato de trabalho, de acordo com Lessa e Tonet (2008), faz surgir novas necessidades e possibilidades que estimulam os homens a criarem novas prévias-ideações; estas conduzirão a novas situações, a novas objetivações e a novas possibilidades e necessidades. Este processo se desdobra permanentemente, criando novas realidades que modificam o ser social e contribuem para seu desenvolvimento objetivo e subjetivo. Já os demais animais não são capazes de projetar antecipadamente suas ideias antes de materializá-las, pois são seres dotados de uma consciência que é puro epifenômeno da natureza. De acordo com Marx:

[...] o homem efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1985, p. 149-150).

Marx acrescenta que é o próprio homem o único ser que ao transformar a natureza por meio do trabalho cria algo essencialmente novo, que ao ser materializado modifica o seu próprio ser, determinando, portanto, a sua própria espécie. Além disso, essa capacidade de projetar sua ação antecipadamente possibilita ao próprio homem regular esta ação de modo a conseguir realizar seu objetivo. Assim, a atividade orientada a um fim conscientemente regulará a maneira de o homem conduzir sua ação, como uma lei em que até a sua vontade é subordinada com o propósito de concretizar a atividade planejada. Para a concretização desta atividade o homem põe em movimento suas forças físicas e espirituais, que realizam mais ou menos trabalho a depender da finalidade de sua atividade. É neste sentido que se pode entender o trabalho como “condição de existência do homem” e como atividade central do mundo dos homens. Significa que, independentemente do grau de desenvolvimento, o trabalho é a base a partir da qual os homens estruturam sua vida e suas relações.

Para Marx, o trabalho, pelo seu caráter, é uma atividade exclusiva do ser social, pois é realizada pelos homens e responde a suas necessidades. Mediante ele o homem consegue prever e planejar idealmente o resultado de suas ações, que serão direcionadas à concretização da finalidade pretendida. Marx observa que a terra assim como a água são objetos gerais do trabalho humano, pois são fontes originais de vida e meios já existentes por natureza, independentemente da existência homem. Salienta também que “todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra são objetos de trabalho preexistentes por natureza” (MARX, 1985, p. 150), a exemplo da madeira que é cortada da floresta virgem. Porém, se “[...] ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima”. Por exemplo, a madeira que após ser cortada da floresta virgem é utilizada na fabricação de cadeiras.

E aduz o referido autor: “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima” (Idem, *ibidem*). Daí decorre que tal objeto de trabalho só se constitui em matéria-prima após ter sido modificado por outro processo de trabalho. Marx destaca que:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo. O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente [...] não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. [...] Do mesmo modo como a terra é sua despensa original, é ela seu arsenal original de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que ele lança, com que raspa, prensa, corta etc. (MARX, 1985, p. 150).

Vê-se que o meio de trabalho para Marx é composto por “uma coisa ou um conjunto de coisas”; seria a mediação entre o homem e o objeto de trabalho, sendo esta mediação necessária na condução da ação humana sobre o objeto. Nesta relação, o homem utiliza as propriedades presentes nesses meios de trabalho como um meio de poder necessário para atuar sobre outros meios de trabalho, conforme o objetivo pretendido. Sendo assim, o meio de trabalho seria aquele de que o trabalhador se apodera diretamente, sem a necessidade de trabalho anterior, a exemplo da terra. Dessa forma, no processo de trabalho se evidenciam os meios de trabalho que são utilizados pelos trabalhadores para que se concretize o objeto de trabalho. Logo, tais meios são inerentes ao processo de trabalho, pois oferecem as condições necessárias para que o trabalho se materialize.

Marx afirma ainda que quando o processo de trabalho já está desenvolvido, necessita de meios de trabalho que já estejam modificados por meio de trabalho anterior. Assim, o desenvolvimento dos meios de trabalho depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas – “[...] o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho” (MARX, 1985, p. 150). Nesse sentido, verifica-se que o homem ao domesticar os animais cria suas próprias ferramentas e instrumentos de trabalho – os próprios meios de trabalho. Desse modo, segundo Marx (1985, p. 150-151), “o uso e a criação de meios de trabalho [...] caracterizam o processo de trabalho especificamente humano”. O homem é caracterizado pelo autor como um “animal que faz ferramentas”.

Conforme Marx (1985, p. 151), “os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.” Portanto, as diferentes formas de sociabilidade são determinadas pelos meios de trabalho utilizados pelos homens em cada época. Dessa maneira, através dos meios de trabalho é possível distinguir o grau de desenvolvimento e as condições de trabalho de determinados períodos históricos. Marx (1985) acrescenta ainda que no processo de trabalho o homem já conta com todas as condições necessárias para que o processo se realize. Desse modo,

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado, e o objeto trabalhado. (MARX, 1985, p. 151).

Com efeito, pode-se afirmar que o processo de trabalho se realiza mediante o intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Através deste intercâmbio o homem transforma a matéria natural em um objeto puramente social, e o faz mediante os meios de trabalho que foram planejados idealmente desde o início do processo de trabalho. Como resultado deste processo tem-se o produto, que ao ser materializado concretiza o objetivo e a finalidade pretendida pelo seu criador. Ao final do processo de trabalho, o produto que dele resulta serve como valor de uso ao ser utilizado para satisfazer as necessidades humanas.

Assim, a atividade humana transforma a natureza em algo novo, em um produto que encerra o processo de trabalho. Este produto passa a se constituir em valor de uso voltado para o atendimento das necessidades humanas. Desse modo, o produto se converte em valor de uso que foi criado por outros valores de uso em outros processos de trabalho, convertendo-se em meios de produção. “Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho” (MARX, 1985, p. 151). O trabalho, portanto, é a atividade teleológica que permite ao homem dominar a natureza, a matéria e os meios de trabalho, além de proporcionar um conhecimento que ele não possuía anteriormente, possibilitando o aprimoramento das técnicas de trabalho.

Marx (1985), ao enfatizar o processo de trabalho do ponto de vista do seu resultado, ou seja, do produto do trabalho, afirma que tanto o meio quanto o objeto de trabalho aparecem como meios de produção. Assim, “Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele” (MARX, 1985, p. 151). Ele ainda refere que o resultado e o produto do processo de trabalho não são iguais, já que um valor de uso que é produzido em um determinado processo de trabalho aparece como produto do trabalho. Desse modo os produtos, além de resultados do processo de trabalho, são também condições necessárias na realização deste processo. Ainda de acordo com Marx, as indústrias que atuam sobre objetos de trabalho preexistentes por natureza, a exemplo da mineração e da pesca, são as indústrias extrativistas. Com exceção destas, os demais ramos industriais processam um “[...] objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele mesmo já produto de trabalho” (MARX, 1985, p. 152), denominado de matéria-prima. Esta, portanto, é um meio de trabalho que resulta dos “vestígios de trabalho anterior”.

A matéria-prima pode constituir a substância principal de um produto ou só entrar em sua formação como matéria auxiliar. A matéria auxiliar é consumida pelo meio de trabalho, como o carvão pela máquina a vapor, óleo pela roda, feno pelo cavalo de tiro, ou é acrescentada à matéria-prima para modificá-la materialmente, como o cloro ao linho branqueado, carvão ao ferro, tinta à lã, ou apoia a execução do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias usadas para iluminar e aquecer o local de trabalho. A diferença entre matéria principal e matéria auxiliar se confunde na fabricação propriamente química, porque nenhuma das matérias-primas aplicadas reaparece como substância do produto. (MARX, 1985, p. 152).

Para Marx, a matéria-prima pode ser tanto a característica principal de um produto ou participar de sua construção como uma matéria auxiliar. Esta, por sua vez, pode assumir duas funções: ser utilizada pelo meio de trabalho ou incorporada à matéria-prima para alterá-la materialmente. O produto resultante da utilização da matéria-prima adquire propriedades que não possuía anteriormente e assim serve também como matéria-prima de outros processos de trabalho, por exemplo, “[...] carvão provém, como produto, da indústria de mineração, e entra nela como meio de produção” (MARX, 1985, p. 152). Assim, no mesmo processo de trabalho o produto pode servir como matéria-prima (quando for resultante de trabalho anterior) ou meio de trabalho (quando não é resultado de trabalho anterior). Explica Marx:

Um produto que existe numa forma pronta para o consumo pode tornar-se, de novo, matéria-prima de outro produto, como a uva torna-se matéria-prima do vinho. Ou o trabalho despacha seu produto em formas em que só pode ser usado, de novo, como matéria-prima. Matéria-prima nessa condição se chama produto semi-elaborado e seria mais bem denominada produto intermediário, como, por exemplo, algodão, linho, fio etc. Embora mesmo já sendo produto, a matéria-prima original pode ter de percorrer todo um escalão de processos diferentes, nos quais funciona sempre de novo, em forma cada vez mais alterada, como matéria-prima, até o último processo de trabalho, que a expõe como meio acabado de subsistência ou meio acabado de trabalho. (MARX, 1985, p. 152).

Ressalta-se dessa análise que durante um processo de trabalho o valor de uso pode aparecer como meio de trabalho, matéria-prima e produto; a forma que o valor de uso poderá assumir depende da função exercida por ele no processo de trabalho. Desse modo, a matéria-prima, o meio de trabalho e o produto sofrem constantes modificações, a depender da posição que assume no processo de trabalho, e continua a sofrer alterações até chegar a um estágio de “meio acabado de trabalho”.

O valor de uso pode também mudar a função que desempenha em uma determinada produção. Os produtos, de acordo com Marx (1985), ao se constituírem em meios de produção em novos processos de trabalho perdem o caráter de produto e passam a funcionar como “fatores objetivos do trabalho vivo”:

O fiandeiro trata o fuso apenas como o meio com o qual fia e o linho como objeto que fia. Com efeito, não se pode ficar sem material de fiar e sem fuso. A existência desses produtos é, portanto, pressuposta ao começar a fiar. Mas nesse processo mesmo importa tão pouco que o linho e o fuso sejam produtos de trabalho passado, como no ato da alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados do camponês, do moleiro, do padeiro etc. Ao contrário, se os meios de produção fazem valer, no processo de trabalho, seu caráter como produtos de trabalho passado, isso acontece somente por intermédio de seus defeitos. Uma faca que não corta, o fio que se parte constantemente etc. [...] No produto bem elaborado extinguiu-se a aquisição de suas propriedades úteis por intermédio do trabalho passado. (MARX, 1985, p. 153).

De acordo com Marx, o valor de uso resultante de um trabalho antecedente serve também como meio de produção de outros processos de trabalho. Desse modo, tais valores de uso precisam existir e ser portadores de novas características úteis a iniciar um novo processo de trabalho. Ainda segundo Marx, os meios de produção quando assumem o caráter de produto de trabalho passado em outros processos de trabalho são assim caracterizados por intermédio de seus defeitos, a exemplo da faca que não corta. Já se um produto foi bem elaborado por um trabalho passado, extinguem-se dessa forma as suas propriedades úteis.

Marx (1985) afirma que em um determinado processo de trabalho os meios de produção que não funcionam, a exemplo de “uma máquina que não serve num processo de trabalho”, são consideradas inúteis. Além disso, tal máquina submete-se à sua destruição natural, pois seus elementos internos e naturais com o tempo se desgastam; assim, se tal máquina for constituída de ferro ou madeira, com o tempo o ferro enferruja e a madeira apodrece. Como anota Marx:

O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção. (MARX, 1985, p. 153).

Como bem esclareceu Marx, tais valores de uso podem assumir dois caminhos: servirem como meios de consumo, de subsistência individual, ou serem novamente incorporados a outros processos de trabalho como meios de produção. É que os produtos de trabalho existentes são ao mesmo tempo resultado e condição de existência de diferentes processos de trabalho, e isso só é possível graças à intermediação do “trabalho vivo”, que é “o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valores de uso” (MARX, 1985, p. 153). Além disso, ainda de acordo com Marx, durante o processo de trabalho ocorre um processo de consumo, pois o trabalho “devora” os elementos materiais,

seus objetos e seus meios de trabalho, para produzir algo essencialmente novo, que possa satisfazer novas necessidades. Conforme Marx, esse seria um consumo “produtivo”. Já um consumo individual seria distinto desse primeiro por consumir os produtos do trabalho como um meio de subsistência do próprio indivíduo. Assim, o “produto de consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor” (MARX, 1989, p. 153). Compreende-se, desse modo, que o consumidor consome o produto individual como um meio de subsistência, e o resultado do dispêndio produtivo seria diferente do consumidor, pois tal gasto consome a força de trabalho do trabalhador, essencial no processo de trabalho.

O trabalho – mesmo quando os seus meios e objetos forem produtos resultantes de outros processos de trabalho – consome produtos ou os utiliza como meios de produção de novos produtos. O trabalho é, portanto, um processo que acontece entre o homem e a natureza, sendo esta portadora de meios de produção preexistentes, a exemplo da terra e da água. Esclarece Marx:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. (MARX, 1985, p. 153).

Como bem destacou Marx nessa análise, mediante o trabalho o homem produz valores de uso para satisfazer suas necessidades humanas; ao realizar tal processo o homem se distingue dos outros animais por ser dotado de uma consciência que lhe possibilita, por meio de processos teleológicos, criar algo essencialmente novo. Através deste processo o homem é transformado, convertendo-se num novo ser social.

O trabalho é uma condição para a existência da sociabilidade. Ele produz valores de uso que são indispensáveis para a reprodução social e determina como o homem produz os meios indispensáveis para a sua sobrevivência em diferentes estágios de formação social. A análise do trabalho enquanto categoria fundante foi de suma importância para entendermos como se determina o fundamento de todas as formas de sociabilidade, ou seja, o trabalho. Sem este não existiria o ser social nem a evolução das sociedades, pois o trabalho, além de viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas também possibilitou a transformação dos indivíduos que compõem as sociedades nos diferentes modos de produção.

Nos itens seguintes analisaremos como o trabalho se desenvolve e a forma que ele assume nas diferentes sociabilidades, desde as mais primitivas até as mais complexas. Ressaltaremos também como o desenvolvimento do trabalho e das forças produtivas influenciou na existência e na eliminação da carência em diferentes estágios de desenvolvimento social.

2.2 O trabalho, a carência nas sociedades primitivas e o surgimento das classes sociais

De acordo com Marx, os homens ao realizarem trabalho se distinguem dos animais pela capacidade que possuem de projetar idealmente o objetivo de seu trabalho e planejar de forma consciente suas ações. É precisamente ao analisar essa capacidade que os homens possuem de projetar e idealizar conscientemente suas ações que Gyorgy Lukács (2013) conduz sua análise das categorias essenciais do trabalho: Teleologia e Causalidade, Objetivação e Exteriorização⁶. Lukács identifica em Marx os elementos indispensáveis ao processo de trabalho no preciso sentido de atividade fundante do ser social.

Já vimos que Marx considera o trabalho como o resultado da interação homem/natureza, como um processo de criação da riqueza material da sociedade responsável pelo desenvolvimento e reprodução do ser social. Na mesma direção que Marx, Lukács entende que todos os processos evolutivos do homem seriam produtos do desenvolvimento

⁶ Não temos o propósito de analisar as categorias essenciais do trabalho em Lukács (Teleologia e Causalidade, Objetivação e Exteriorização), pois isso vai além do que propomos nesta dissertação. A teleologia é definida por Lukács como um momento real da realidade material e como uma categoria ontológica objetiva; nesse sentido, ela é, portanto, um momento consciente do ser social, no qual a consciência, com o ato de “pôr”, dá início a um processo real, ou seja, ao processo teleológico. Esse ato funda algo que não existia anteriormente, criando algo essencialmente novo. A teleologia, portanto, transforma a causalidade (a natureza) em um objeto novo, exercendo sobre este objeto uma força real. É que nessa interação entre teleologia (subjetividade) e causalidade (objetividade), a causalidade se torna uma categoria posta. De acordo com Costa (2011, p. 36), “O momento do trabalho no qual se realiza a conversão de causalidade em causalidade posta é a objetivação”. Ou seja, a objetivação permite que ocorra no processo de trabalho a transformação de algo puramente natural (causalidade) em uma realidade social (causalidade posta) que se torna concreta. Costa (2011), ao analisar o processo de exteriorização em Lukács, enfatiza que a exteriorização é um “momento do trabalho no qual o sujeito se exterioriza ante ao objeto criado”. Tal momento evidencia que apesar de o sujeito por meio de atos teleológicos em interação com a causalidade criar uma nova realidade social, um novo objeto social, este é externo ante o seu criador, ou seja, o objeto social adquire uma existência própria, pois ele pode existir independentemente de seu criador. Desse modo, o trabalho é um processo que se desenvolve pelas categorias essenciais do trabalho: teleologia/causalidade e objetivação/exteriorização. Categorias essas que se inter-relacionam de modo a formar o ser social (o objeto) que é criado e exteriorizado ante seu criador.

humano. De acordo com este autor, todos os estágios do trabalho são produtos de uma “autoatividade social”, pois somente o homem atua sobre a natureza e é capaz de transformá-la em bens materiais indispensáveis à sua reprodução social:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, [...] mas antes de mais nada assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS 2013, p. 44).

Vê-se, a partir da análise de Lukács (2013), que o trabalho tem por essência um caráter mediador, responsável pela interação entre o homem e a natureza. O homem representa a sociedade composta por seres humanos sociais que possuem características peculiares, como a consciência, que os diferencia dos outros seres. Já a natureza é composta por seres orgânicos (esfera biológica ou esfera da vida) e inorgânicos⁷, seres meramente biológicos que são distintos dos seres sociais. Estes são distintos, pois o homem realiza trabalho ao transformar a natureza, que é composta por seres inorgânicos e biológicos, em bens necessários à reprodução social.

Lessa (2011) caracteriza de forma precisa a passagem do ser inorgânico para o orgânico, mostrando que o surgimento da vida passou por um longo processo evolutivo no qual da matéria inorgânica emergiu um novo ser capaz de se reproduzir, o ser vivo (orgânico). Este surgimento, de acordo com o autor, caracteriza um salto ontológico, “uma vez que a passagem do inorgânico ao orgânico fez aparecer na natureza, que até então era composta apenas por processos químicos e físicos, algo absolutamente novo: a reprodução biológica” (p. 140). Assim, o ser vivo compõe um novo ser capaz de reproduzir a si mesmo, o que o difere radicalmente da natureza. Desse modo, mesmo na vida mais primitiva as formas orgânicas já eram bem desenvolvidas; estas possuíam, conforme Lessa (2011), três características básicas: “reprodução biológica, interação com a natureza e interação dos organismos vivos entre si” (p. 141). Através destas características e por meio de longos processos evolutivos, as formas de vida se desenvolveram e adquiriram características distintas a ponto de se constituírem em animais complexos como os primatas.

Através de outro salto ontológico surgiu o ser humano, e assim sucessivamente vai se ampliando e se diversificando a reprodução biológica. Já a gênese do ser social é portadora de uma categoria nova que é distinta da natureza; a esta Lessa (2011) denomina de “reprodução

⁷ “Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta.” (LESSA, 2007, p. 24).

social”. Com o surgimento do ser humano emerge um novo ser que não existia anteriormente, pois suas particularidades não são determinadas pela programação biológica, senão pelo constante tornar-se outro ser. Na base desta transformação, deste salto, está o trabalho que possibilita a transformação da natureza. Diferentemente da reprodução puramente biológica, em que as características já são determinadas biologicamente como nos demais animais.

O filósofo húngaro esclarece que

[...] todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, em que a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser. (LUKÁCS, 2013, p. 46).

O autor ressalta a importância que o salto ontológico tem no desenvolvimento do ser social; na gênese deste salto já são encontradas características que tornaram possível a evolução para as fases posteriores. No entanto, não se trata de uma evolução “retilínea”; o que ocorre, como enfatiza o autor, é uma ruptura com a continuidade dessas fases, visando assim ao desenvolvimento de um novo salto ontológico. Desse modo, no âmbito do reino animal, a exemplo das abelhas, seu desenvolvimento posterior é fixado de acordo com as suas determinações biológicas de adaptar-se a determinado ambiente; logo, as abelhas podem se desenvolver, mas de forma retilínea e de acordo com as suas diferenças biológicas. Ao contrário das abelhas, os seres humanos ao realizarem trabalho criam a sua capacidade de reprodução; nesta, o salto ontológico depende do grau de evolução da sociabilidade em que estão inseridos.

O “salto ontológico”, portanto, representa para o filósofo húngaro um momento de mudança no ser social. Na essência desse salto já se fazem presentes características essenciais que tornam possível a evolução para as fases sucessivas do salto. No entanto, é importante frisar que a evolução para um novo salto não ocorre de modo retilíneo, já que a “essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 46). Desse modo, o homem ao transformar a natureza em algo novo passa do ser meramente natural para a esfera do ser social. Este é o significado do salto ontológico, no qual as categorias sociais passam a predominar sobre os naturais.

De acordo com Lukács e Marx, o trabalho caracteriza-se na forma primária do agir humano. Assim, não poderia existir trabalho antes do ser social, pois o trabalho é algo que pertence ao desenvolvimento do ser social, distinguindo-o dos outros animais; sem ele, as

inúmeras atividades humanas não poderiam existir. É este o preciso sentido do trabalho como fundamento do ser social. A partir dele os homens criam novas realidades sociais, ou seja, coisas para sua utilização imediata, e também constituem a si mesmos como entes humano-genéricos, iniciando o processo de sociabilidade e a constituição das sociedades e dos indivíduos humano-sociais.

O trabalho possibilitou aos homens retirar da natureza o essencial para o desenvolvimento e a reprodução da vida humana em diferentes modos de produção. Com ele o ser humano é capaz de projetar antecipadamente em sua consciência o que será materializado pela transformação da natureza. Neste processo, o homem adquire novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente; além de criar novos objetos, eles se modificam enquanto indivíduos.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a interpretação do movimento em direção a formas sociais mais evoluídas é que primeiramente, o surgimento da vida passou por um longo processo evolutivo; neste, da matéria inorgânica emergiu um novo ser capaz de se reproduzir, o ser vivo orgânico. Por meio de longos processos evolutivos, as formas de vida se desenvolveram e adquiriram características distintas a ponto de se constituírem em animais complexos como os primatas. De acordo com Lessa (2012), enfim, os nossos antepassados biológicos sobreviveram à seleção natural graças à vida gregária que levavam, pois, ao viverem em bandos, os primatas aumentavam a sua força individual e tinham maior facilidade de se adaptar às novas situações.

Com a transformação da natureza por meio do trabalho em bens necessários à sobrevivência humana surgiram as primeiras formas de sociabilidade. A sociedade primitiva ou comunal era fundada no trabalho de coleta; suas características se assemelham à forma de vida gregária dos nossos antepassados, com “bandos de alguns poucos indivíduos que viviam da coleta e da caça eventual de pequenos animais” (LESSA, 2012, p. 16). Nessa forma da sociabilidade o trabalho de coleta típico daquela época vai aos poucos se desenvolvendo, assim como os homens que viviam naquele período:

De geração em geração, um melhor conhecimento da natureza e relações sociais novas [...] foram melhorando a coleta. [...] A produção vai se tornando cada vez mais eficiente, aumenta a produção de alimentos, o bando pode se tornar um pouco maior e uma primitiva distribuição de tarefas vai surgindo – os humanos estão conhecendo um desenvolvimento social, isto é, uma evolução que não é fundada pelo desenvolvimento biológico. Os eventos da natureza jogarão um papel cada vez menor na nossa história: a humanidade está em marcha, mesmo que se trate, ainda, de seus primeiros passos. (LESSA, 2012, p. 16).

Ao adquirirem novas habilidades e experiências, os seres humanos passam a se desenvolver socialmente, mesmo que seja na mais primitiva forma de sociabilidade. Assim, eles evoluem não de acordo com o desenvolvimento biológico, mas, sobretudo, com o desenvolvimento social, ou seja, através dos conhecimentos e habilidades que vão adquirindo com o passar do tempo. Apesar dessa evolução, o trabalho de coleta típico da sociedade primitiva impunha uma série de restrições aos homens. Estes “eram forçados ao nomadismo, pois a coleta esgotava os recursos consumidos mais rapidamente do que a capacidade da natureza de produzi-los” (Idem, p. 17). Dessa forma, os homens tinham de viver em pequenas sociedades, já que não havia alimentos suficientes para todos os indivíduos. Nesse modo de produção predominava a carência, devido à escassez de recursos para suprir a necessidades de todos, impossibilitando o desenvolvimento de sociedades mais complexas. Deste modo, pode-se falar de carência e não de pobreza de uma parte da sociedade em relação à outra, já que não havia desigualdade social no sentido da exploração do trabalho entre os homens.

Engels (2012) observa que as relações de produção predominantes nas sociedades primitivas eram “essencialmente coletivas e o consumo se realizava, também, sob um regime de distribuição direta dos produtos, no seio de pequenas ou grandes coletividades comunistas” (p. 218). Desse modo, os produtores dos meios de subsistência eram ao mesmo tempo fabricantes e consumidores dos produtos por eles criados, ou seja, tudo o que era produzido era consumido pela comunidade. A divisão do trabalho que existia era unicamente quanto ao sexo (homem e mulher), o que revelava a existência, nessas sociedades, de homens que viviam em uma coletividade e não em classes de explorados e exploradores, como atualmente. A posse da terra era comum a todos os habitantes, bem como os meios de produção, as ferramentas e os utensílios.

O homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução dos seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os apetrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros. A economia doméstica é comunista, abrangendo várias e amiúde numerosas famílias. O resto é feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas. (ENGELS, 2012, p. 200).

Na sociedade primitiva, os homens viviam em pequenos bandos e se locomoviam quase cotidianamente, o que impossibilitava que tivessem ferramentas de trabalho mais eficientes, pois estas tinham de ser de fácil fabricação, manejo e transporte, a exemplo das

ferramentas de pedra lascada. Para que os homens pudessem encontrar água, comida e abrigo era necessário que eles cooperassem entre si:

[...] a cooperação (**era**) a condição indispensável para a sobrevivência de todos e de cada um. A vida ou era comunitária ou não seria possível. Não havia outra forma de sobreviver. Sozinho, ou lutando todos contra todos, como ocorre hoje, a sobrevivência seria impossível. Por isso as formas de vida comunitária predominavam independentemente de qual sociedade primitiva estejamos falando: nas tribos africanas, na Austrália, na Ásia ou nas Américas, em todas as sociedades primitivas a colaboração e a união dos esforços eram a chave para a sobrevivência. (LESSA, 2012, p. 17. grifos nossos).

Além disso, as habilidades individuais de cada um influenciavam no cotidiano da comunidade; assim, por exemplo, se um homem tivesse a capacidade de encontrar mais comida ou água, todos comeriam e beberiam melhor. Isso não significa que não existisse violência, pois os recursos eram escassos e os homens mais fortes tendiam a se alimentar melhor do que os mais fracos. Como bem frisou Lessa, naquela época predominava “uma violência de indivíduo contra indivíduo (não de classe contra classe) e tinha limites muito fortes que se relacionavam ao fato de que a sobrevivência de cada um, mesmo o mais forte, dependia da sobrevivência da comunidade” (LESSA, 2012, p. 17).

Nas sociedades primitivas vigorava a colaboração, enquanto nas sociedades de classe surgidas posteriormente a concorrência se tornou o fator primordial para a sua evolução. Nas primeiras, a carência que existia era decorrente da escassez de alimentos, pois o trabalho de coleta, a vida nômade e as ferramentas de trabalho rudimentares, típicas dessas sociedades, impossibilitavam o desenvolvimento da sociedade. Assim, a “baixíssima produtividade do trabalho nas sociedades primitivas fazia da exploração do homem pelo homem uma impossibilidade histórica” (LESSA, 2012, p. 19). Nestas sociedades primitivas as classes sociais, o Direito e o Estado⁸ não existiam, pois essas instituições fazem parte das sociedades em que vigora a exploração de uma classe por outra. Desse modo, as comunidades primitivas,

⁸ O Estado e o Direito surgem nas sociedades de classe para conter os antagonismos existentes entre elas. Conforme Engels (2012), o Estado “é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto por cima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado”. (ENGELS, 2012, p. 213).

Eram sociedades que também desconheciam a alienada divisão social do trabalho – a distribuição de tarefas entre as pessoas não correspondia a uma divisão do poder, não tinha por pressuposto nem a exploração do homem pelo homem, nem qualquer hierarquia fundada pela propriedade privada. Algumas tarefas ainda eram divididas segundo fatores biológicos, naturais e poucos sociais, como a idade das pessoas, a força física, o sexo, etc. Não havia comércio, e as trocas tinham um valor ideológico (solidificar laços de amizade, etc.) muito mais que econômicos. Na execução das tarefas de cada um, exerce-se a mais completa autonomia, a ninguém cabe o controle ou a vigilância sobre as pessoas. (LESSA, 2012, p. 19).

Como evidenciado na citação acima, nas sociedades comunais não existia a divisão social do trabalho, típica das sociedades de classe, onde predomina a exploração do homem pelo homem. Naquelas sociedades, as tarefas eram divididas de acordo com a capacidade de cada indivíduo de forma autônoma, sem que houvesse alguém para controlar o tempo de trabalho das pessoas. Estas não recebiam salários nem eram punidas caso não pudessem trabalhar, não viviam para enriquecer ou obter lucro; inexistia a concorrência desenfreada. A humanidade inicialmente se desenvolveu com base na cooperação e não na concorrência.

O desenvolvimento de qualquer forma de sociabilidade depende, portanto, do grau da capacidade que os indivíduos possuem de retirar da natureza os meios de produção e de subsistência necessários à reprodução social. Nas sociedades primitivas o trabalho de coleta foi o responsável por fundar esse modo de produção; com o passar do tempo, “também será um novo modo de intercâmbio material com a natureza o trabalho alienado (o trabalho explorado), que fundará a sociedade de classes” (LESSA, 2012, p. 21). Na gênese do trabalho explorado/alienado certamente se encontra a constituição das sociedades de classe e conseqüentemente uma desigualdade social caracterizada pela apropriação por parte de uma classe do excedente produzido socialmente, que gerará a pobreza de uma classe em relação à outra. Nessas sociedades passa a vigorar a exploração do homem pelo homem, enquanto nas sociedades primitivas a cooperação era à base da sociedade. Isso decorre do processo de desenvolvimento humano-social com o crescimento das forças produtivas.

Com o passar do tempo, a transformação da natureza foi transformando a própria natureza social dos homens (Marx, 1983: 149), até que, há aproximadamente 10 mil anos, o trabalho passou por uma transformação qualitativa (no dizer de Lukács, conheceu um salto ontológico). Descobriu-se a semente e, com ela, a agricultura e a pecuária. Pela primeira vez os indivíduos que trabalham produzem mais do que necessitam para sobreviver. A capacidade de trabalho das pessoas se desenvolveu a tal ponto que elas não mais precisam trabalhar todo o tempo. Está, agora, “sobrando” capacidade de trabalho: isso é o trabalho excedente. (LESSA, 2012, p. 21).

Assim se deu a primeira grande divisão social do trabalho: através do desenvolvimento da agricultura e da pecuária com a domesticação de animais. Com o desenvolvimento das forças produtivas, os homens passaram a produzir mais do que o necessário para a sua

sobrevivência, não necessitando, portanto, trabalhar o tempo todo. Surge assim o trabalho excedente, que não existia nas sociedades primitivas; esse trabalho alienado se baseia na exploração do homem pelo homem, fundando, desse modo, as sociedades de classe.

Vale ressaltar que apesar desse desenvolvimento inicial das forças produtivas, a carência ainda continuou existindo, porém de forma menos gritante que a das sociedades primitivas. Tal carência era resultante do parco desenvolvimento das forças produtivas e só será superada com a Revolução Industrial, na passagem do século XVIII ao XIX, quando foi substituída pela abundância⁹. De acordo com Lessa (2012, p. 21-22):

Se, nas sociedades primitivas, o tempo gasto com a vigilância e o controle dos trabalhadores resultava em menos do que o indivíduo produziria diretamente, agora a atividade de controle e vigilância necessários para realizar a exploração das pessoas resulta em uma riqueza maior do que aquela que seria obtida diretamente pelo trabalho do indivíduo. Isto é o que torna uma possibilidade a exploração do homem pelo homem.

Nas sociedades de classe a vigilância dos trabalhadores no processo de produção aumenta a capacidade dos homens para produzir, o que torna a exploração algo essencial para o desenvolvimento dessas sociedades. Nelas, uns poucos indivíduos são detentores dos meios de produção, enquanto outros nada possuem a não ser a sua força de trabalho que é explorada para manter a classe dominante num patamar superior ao das classes dominadas. Nas sociedades primitivas a carência – quando a produção não é suficiente para suprir as necessidades de todos os indivíduos – vigorava de modo alarmante.

[...] o indivíduo que trabalhava produzia mais do que ele, individualmente, precisava; mas, como uma parte da sociedade não produz (crianças, grávidas, velhos, doentes etc.), esse “a mais” não era ainda o suficiente para atender todos os indivíduos e a todas as necessidades. Ao lado do trabalho excedente, as sociedades daquela época conheciam também a carência, pois o total da produção não era suficiente para atender às necessidades. (LESSA, 2012, p. 22).

Nas sociedades em que predominava a carência, tudo o que era produzido era consumido por todos, mesmo aqueles impossibilitados de trabalhar. Nessas sociedades não restava nada que pudesse ser investido no desenvolvimento das forças produtivas. Já nas sociedades de classe o problema da carência é superado, pois a riqueza expropriada dos trabalhadores possibilitou à classe dominante investir em recursos para o desenvolvimento das forças produtivas. A exploração, portanto determinou a transição das sociedades primitivas para as sociedades de classe. Como resalta Lessa (2012, p. 23), “A articulação entre o

⁹ “A articulação entre o trabalho excedente e a carência não apenas tornou possível, mas também necessária, a exploração do homem pelo homem: a sociedade de classes desenvolve suas forças produtivas e tende a substituí-las ao longo da história. Essa situação apenas será alterada na passagem do século 18 ao 19, com a Revolução Industrial, quando a carência foi substituída pela abundância.” (LESSA, 2012, p. 23).

trabalho excedente e a carência não apenas tornou possível, mas também tornou necessária, a exploração do homem pelo homem: a sociedade de classes desenvolve suas forças produtivas muito mais rapidamente que as primitivas e tende a substituí-las ao longo da história”.

Com o “salto ontológico” referido por Lukács (2013), os seres humanos evoluem e adquirem conhecimentos e habilidades que tornaram possível o desenvolvimento da espécie. Não se trata de mero processo evolutivo, mas de um processo cuja base se encontra no modo como os homens produzem seus meios de vida e sua existência social, permeado por saltos a partir dos quais a situação anterior é superada e novos elementos passam a predominar como parte de uma nova realidade.

A transição das sociedades primitivas para as sociedades de classes ocorreu de modos diferentes em várias partes do mundo; no entanto, como frisou Lessa (2012), mesmo com todas as diferenças existia algo em comum que distinguia as sociedades primitivas das sociedades de classe: o fato de que estas últimas são fundadas pelo trabalho explorado e alienado, que necessita da violência e da cisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Nas sociedades primitivas só existia o trabalho manual de coleta ou de caça; já nas sociedades exploradoras, o trabalho intelectual (de controle e de organização e aplicação da violência) é distinto do trabalho manual (exercido pela classe explorada).

Portanto, nas sociedades primitivas, nas quais predominava o trabalho de coleta, existia a carência resultante da baixa produtividade e da vida nômade que os homens levavam. Já com o surgimento do trabalho explorado e das classes sociais, a carência ainda persiste, mas de forma menos gritante se comparada à das sociedades primitivas, pois tal carência é decorrente do parco desenvolvimento das forças produtivas e de fatores externos, como secas, enchentes e outras catástrofes naturais que dizimavam lavouras inteiras.

Postas essas questões introdutórias sobre a transição das sociedades primitivas para as sociedades de classe, observaremos como se deu a existência da pobreza nas sociedades pré-capitalistas e como esta forneceu as bases para se apreender a associação da pobreza com a “questão social”.

2.3 A pobreza nas sociedades pré-capitalistas: elementos para se compreender a pré-história da “questão social”

Vimos que o trabalho, para Marx, é um “processo entre o homem e a natureza”, um processo em que ao transformar a natureza o homem produz bens indispensáveis à reprodução social. À medida que o trabalho foi se desenvolvendo, ao longo da história, passou a assumir diferentes formas. Nos primórdios da sociedade assumiu a forma de trabalho de coleta ou coletivo; em seguida, a forma de trabalho escravo; posteriormente, no feudalismo, a forma de trabalho servil; e no capitalismo assumiu a forma de trabalho assalariado. É, pois, nesta forma de trabalho que o capitalista se apropria da mais-valia produzida pelo trabalhador, ou seja, do trabalho não pago, do excedente que não é incorporado no salário do operário.

Antes de nos reportarmos às características essenciais dos primórdios do capitalismo durante “A Assim Chamada Acumulação Primitiva do Capital”, vamos analisar como em sociedades de classes que precederam tal modo de produção a pobreza era decorrente do baixo desenvolvimento das forças produtivas.

No decorrer da história o trabalho se desenvolveu e se complexificou. Nas sociedades precedentes ao capitalismo (comunidade primitiva, escravismo e feudalismo) observou-se um relativo desenvolvimento das forças produtivas. Na comunidade primitiva, como enfatizam Lessa e Tonet (2008, p. 54), “o trabalho e seus efeitos já se faziam presentes mesmo nesse ambiente primitivo”, pois nessa forma de organização social nômade a produtividade era muito pequena e os homens viviam basicamente da caça e da coleta de vegetais, sendo o trabalho e o produto do trabalho partilhados por todos. Não existia dominação, escravidão ou classes sociais. Assim, “Como a produtividade era muito pequena, e todos normalmente passavam fome, não havia qualquer possibilidade de exploração do homem pelo homem” (Idem, 2008, p. 54). Nessa sociedade inexistia o controle da propriedade de forma privada, pois predominava o coletivismo e a igualdade entre seus membros.

Com o surgimento da agricultura e a domesticação dos animais originou-se o excedente econômico; pela primeira vez na história os homens passaram a produzir mais do que necessitavam para sobreviver. Tal fenômeno fez surgir à exploração do homem pelo homem, pondo fim à sociedade primitiva. A partir desse momento surgiu o primeiro modo de produção com base na exploração do homem pelo homem; a sociedade se divide em duas classes: senhores e escravos. Este modo de produção – o escravismo –, assim como o feudalismo e o capitalismo, funda-se no trabalho explorado/alienado, que necessita da submissão de uma classe à outra para se desenvolver. Nestas formas de sociabilidades a riqueza material é cada vez mais expropriada dos trabalhadores e convertida em propriedade privada da classe dominante.

O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais e domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. [...] Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. [...] Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados. (ENGELS, 2012, p. 203).

Dessa forma, *a primeira grande divisão social do trabalho* possibilitou o surgimento do escravismo e, conseqüentemente, a existência de duas classes bem distintas: os senhores (exploradores) e os escravos (explorados), caracterizando as primeiras formas de exploração de mão de obra. No modo de produção escravista, todo o produto do trabalho dos escravos e a sua força de trabalho pertenciam aos senhores, que mantinham o controle sobre os escravos. Estes não possuíam autonomia alguma, predominando relações sociais coercitivas, com o uso da força e da violência. Paralelo a isso, a riqueza individual aumentava constantemente à custa da exploração e da pobreza dos escravos. A agricultura, a introdução dos metais e o artesanato adquiriram relativo desenvolvimento, o que impulsionou, segundo Engels (2012), *“a segunda grande divisão social do trabalho”*, quando o artesanato foi separado da agricultura.

O constante crescimento da produção e, com ela, da produtividade do trabalho aumentou o valor da força de trabalho do homem; a escravidão, ainda em estado nascente e esporádico na fase anterior, converteu-se em elemento essencial do sistema social. Os escravos deixaram de ser meros auxiliares e eram levados às dezenas para trabalhar nos campos e nas oficinas. (ENGELS, 2012, p. 205).

À medida que aumentava a produção, e com ela a riqueza da classe dominante, o valor da força de trabalho escrava era cada vez mais cobiçado pelos grandes senhores. Conforme Engels (2012, p. 205), *“ao dividir-se a produção nos dois ramos principais – agricultura e ofícios manuais –, surgiu à produção diretamente para a troca, a produção mercantil, e com ela o comércio”*. Agora não existiam apenas homens ricos e pobres, passando a predominar na sociedade as classes sociais – homens livres e escravos.

A diferença entre ricos e pobres veio somar-se à diferença entre homens livres e escravos; a nova divisão do trabalho acarretou uma nova divisão da sociedade em classes. A diferença de riqueza entre os diversos chefes de família destruiu as antigas comunidades domésticas comunistas, em toda parte onde estas ainda subsistiam; acabou-se o trabalho comum da terra por conta daquelas comunidades. A terra cultivada foi distribuída entre as famílias particulares, em princípio por tempo limitado, depois para sempre. (ENGELS, 2012, p. 206).

Ainda de acordo com Engels, foi à cobiça da riqueza que dividiu os membros das sociedades comunais em ricos e pobres. Aos poucos as sociedades comunais foram criando mecanismos de opressão entre seus membros, que se tornaram cada vez mais individuais,

porquanto passavam a regular seus próprios assuntos independentemente da vontade do povo. A civilização consolida cada vez mais as diferenças entre as sociedades antigas e a sociedade regida pelo trabalho explorado/alienado; na base deste está à troca de mercadorias com o propósito de obter uma maior lucratividade. A troca de mercadorias acaba se tornando uma necessidade basilar das sociedades regidas pelo trabalho explorado.

Engels (2012) fala de uma *terceira divisão do trabalho*, que cria uma classe que não se ocupa da produção de mercadorias, mas exclusivamente da troca desses produtos: os comerciantes. Estes não participam da produção de mercadorias, mas se encarregam de dirigir a produção e explorar os produtores:

[...] forma-se uma classe de aproveitadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais, que, em compensação por seus serviços, na realidade insignificantes, retira a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período, um domínio sempre maior sobre a produção. (ENGELS, 2012, p. 209).

A divisão das sociedades em classes trouxe consigo a expansão do comércio e da propriedade privada; além disso, “a concentração das riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa, o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do aumento numérico de pobres” (ENGELS, 2012, p. 210). A divisão de homens livres (sociedades comunais) em classes tornou possível a exploração de uma classe sobre a outra, o que resultou no aumento da pobreza nas sociedades regidas pelo trabalho alienado.

Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera de se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados, como ainda tinham de ser levados a seus limites extremos. (ENGELS, 2012, p. 212).

Nesta sociedade as lutas entre as classes se faziam presentes. Porém, para que elas continuassem existindo com a minimização dos conflitos foi necessário o surgimento de “um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal” (Idem, p. 212). Este terceiro poder foi denominado de Estado¹⁰. Este

¹⁰ O Estado “é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 213).

[...] nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante; classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 2012, p. 215-16).

A base da riqueza da classe dominante estava na quantidade de escravos que possuía. O aumento crescente do número de escravos fez com que fossem criados mecanismos de repressão para as possíveis revoltas dos escravos contra os senhores. Desse modo, de acordo com Lessa e Tonet (2008), surgiu um conjunto de entes como o Direito, o funcionalismo público e o exército, que compõem o Estado. Assim, quando a sociedade atingiu um alto grau de desenvolvimento necessitou de mecanismos como o Estado para conter os antagonismos das classes. Devido ao surgimento desse complexo, as despesas dos senhores de escravos aumentaram bastante, provocando a perda da lucratividade dos senhores que não possuíam lucros suficientes para pagar as despesas com exército e funcionários públicos. Estes, “aos poucos, deixaram de defender os senhores, e com isso o escravismo entrou na crise que levou a seu desaparecimento” (LESSA e TONET, 2008, p. 62). Assim,

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explora e outra que era explorada. Esta não se manteve através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da Antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: são as três formas de avassalamento que caracterizam as três grandes épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da escravidão – de princípio franca, depois mais ou menos disfarçada. (ENGELS, 2012, p. 220).

Vê-se, portanto, que o modo de produção escravista foi sendo substituído por outro modo de produção que se baseia no trabalho explorado/alienado e que tem na servidão seu traço basilar. Trata-se do feudalismo. Esta forma de sociabilidade teve início com as invasões bárbaras, no século V, sobre o Império Romano na Europa Ocidental, porém só se estruturou decisivamente por volta do século XI. Tal modo de organização da sociedade e da produção social dominou durante um período imenso da história em toda a Europa. Era baseado numa rígida estratificação social, fundada no princípio do privilégio de nascimento; a terra era praticamente a única fonte de sobrevivência e riqueza, controlada por nobres e membros da Igreja. O feudo era composto por terras, divididas em faixas do senhor e arrendadas pelos servos. Eram solos onde os servos prestavam serviços ao senhor em troca de proteção. Segundo Leo Huberman (1985, p. 14):

O camponês vivia numa choça do tipo mais miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terra espalhadas (todas juntas tinham, em média, uma extensão de 6 a 12 hectares, na Inglaterra, e 15 a 20, na França), conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Teria vivido melhor não fora o fato de que, dois ou três dias por semana, tinha de trabalhar *a terra do senhor*, sem pagamento.

No feudalismo, a pobreza era decorrente, por um lado, de relações de exploração e dominação intensa entre senhores e servos, e, por outro lado, da escassez devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas tanto materiais quanto sociais. Tal pobreza se expressava nas péssimas condições de vida dos servos, que durante os períodos de baixa produtividade – em razão dos fatores climáticos como tempestades e secas –, com as más colheitas, passavam por períodos de fome.

Nesse período, a produção era destinada à satisfação das necessidades domésticas e não ao mercado. Os servos possuíam ferramentas de trabalho e parte da produção, mas tinham de dispor de grande parte de sua produção sob a forma de pagamento de impostos aos senhores. Com o aumento da produção acirraram-se os conflitos entre as classes; estes eram expressão da vida miserável dos servos, que se revoltavam através de rebeliões camponesas que marcaram a Baixa Idade Média.

A peste negra (em 1348) que assolou a Europa matou mais gente que a I Guerra Mundial, fazendo aumentar a procura pelos trabalhadores na agricultura, o que impulsionou a “liberdade”, pois com a peste a mão de obra se tornou escassa. Com isso, o acordo entre senhor feudal e servo foi rompido; o “fato de que a terra fosse assim comprada, vendida e trocada livremente, como qualquer outra mercadoria, determinou o fim do mundo feudal” (Idem, p. 61). Nesse momento, o servo passou a trocar as mercadorias que produzia, possibilitando o florescimento do comércio e as primeiras formas embrionárias de capital.

O feudalismo – que se estendeu do século XIV ao século XVIII – culminou na Revolução Burguesa, através da Revolução Francesa de 1789. Tal revolução mostrou o descontentamento da burguesia com os altos impostos que lhe eram cobrados pela nobreza feudal e pelo Estado Absolutista. Nesse momento a burguesia revelou seu caráter revolucionário ao retirar os obstáculos que impediam o desenvolvimento burguês. “O ano de 1789 bem pode ser considerado como o fim da Idade Média, pois foi nele que a Revolução Francesa deu o golpe mortal no feudalismo” (HUBERMAN, 1985, p. 164). No lugar do feudalismo e do Estado Absolutista cria-se um sistema baseado na livre troca de mercadorias, cujo objetivo por excelência é a obtenção do lucro – o capitalismo. De acordo com Marx (1985, p. 285):

A descoberta das terras de ouro e prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação capitalista.

Conforme já visto, nas sociedades pré-capitalistas a exemplo da sociedade feudal, a pobreza que existia era decorrente, por um lado, das relações de exploração e dominação intensa entre senhores e servos e, por outro lado, da escassez devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas tanto materiais quanto sociais. Com o advento do capitalismo e o desenvolvimento das forças produtivas evidenciou-se a possibilidade de finalmente a humanidade eliminar a pobreza. A reflexão de Marx (1985) a respeito da constituição estrutural e histórica do capitalismo descortina a existência da pobreza sob novas bases que nada têm a ver com o baixo desenvolvimento das forças produtivas; ao contrário, esse desenvolvimento possibilitou o crescimento da abundância.

Iremos analisar no próximo item a forma que o trabalho assume nas sociedades de classe, ou seja, as particularidades do trabalho enquanto mercadoria, trabalho alienado e explorado que intensifica a exploração do homem pelo homem como uma condição essencial para firmar a sociabilidade regida pela produção de mercadorias. Nesta sociabilidade tem lugar à desigualdade social e a pobreza de uma classe em relação à outra.

2.4 O trabalho como mercadoria e a intensificação da exploração da força de trabalho

O trabalho – como observado anteriormente – constitui a condição primeira de existência do homem, pois é através dele que os homens produzem bens indispensáveis à satisfação de suas necessidades. O trabalho é como bem evidenciou Marx (1995, p. 50), “criador de valores de uso, como trabalho útil; é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Na sociabilidade capitalista o trabalho portador de valor de uso só ocorre se também for portador de valor de troca. Logo, o trabalho se torna uma mercadoria, e esta passa a reger as relações entre os homens. Como constatou Marx, no capitalismo “produz-se valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores de valor de troca”

(MARX, 1985, p. 155). Ou seja, no capitalismo o valor de uso só se dá se, primeiramente, tornar-se uma mercadoria portadora de valor de troca; o valor de uso só é criado caso possua valor de troca e não para atender a uma necessidade puramente social. Segundo, os capitalistas ao produzirem uma mercadoria gastam dinheiro com os meios de produção, e para obterem lucro essa mercadoria deve possuir um valor superior ao valor despendido para a sua fabricação. Desse modo, o capitalista

Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor; e não só valor, mas também mais-valia. [...] o valor de toda mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso vale também para o produto que nosso capitalista obteve como resultado do processo de trabalho. De início, tem-se, portanto, de calcular o trabalho materializado nesse produto. (MARX, 1985, p. 155).

Nesse entendimento apreende-se que uma mercadoria só é produzida se ela possibilitar ao capitalista vendê-la por um preço superior ao necessário a sua fabricação, sendo, portanto, portadora de uma mais-valia¹¹. O valor dessa mercadoria é determinado pelo tempo gasto na sua produção, ou seja, pelo dispêndio de tempo necessário à sua produção. Para Marx (1985), a mercadoria é uma unidade de valor e de valor de uso, e seu processo de produção depende do processo de trabalho e da formação de valor. A mercadoria determina a riqueza das sociedades no modo de produção capitalista e a satisfação das necessidades humanas. A mercadoria funciona, desse modo, como a força motriz que rege a riqueza de uns poucos capitalistas à custa da pobreza da grande massa, que vende sua força de trabalho como uma condição necessária à sua própria reprodução. No capitalismo a pobreza que existe é decorrente das relações de subordinação de uma classe à outra, diversamente das sociedades primitivas, onde o que predominava era a carência devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas.

De acordo com Marx (1985), a utilidade de um objeto, sua quantidade e qualidade, fazem dela um valor de uso, sendo tal utilidade determinada pelas propriedades da mercadoria. Tais objetos são compostos por diversas propriedades originadas de outros processos de trabalho e que servirão para a satisfação de outras necessidades humanas. Segundo Marx (1985, p. 46), “o valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Sendo assim, o valor de uso se concretiza apenas quando o objeto for consumido ou

¹¹ Para Marx (1985) existem dois tipos de mais-valia: a absoluta e a relativa. “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre dois componentes da jornada de trabalho, chamo de mais-valia relativa.” (MARX, 1985, p. 251).

utilizado para a satisfação de alguma necessidade. No capitalismo tal valor de uso também é portador material do valor de troca.

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, à proporção que valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria. (MARX, 1985, p. 46).

Para Marx, portanto, um valor de troca possui um denominador, uma proporção que serve de mediação para que valores de uso de certa natureza sejam trocados por valores de uso de outras naturezas e que possuem diferentes proporções. Tal relação não é imutável, ao contrário, muda constantemente a depender das relações sociais estabelecidas em uma determinada época. Entretanto, “os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual” (MARX, 1985, p. 46); além disso, o valor de troca ao servir como mediação entre valores de uso contém intrínseca a mercadoria:

Determinada mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, troca-se por x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro etc.; resumindo, por outras mercadorias nas mais diferentes proporções. Assim, o trigo possui múltiplos valores de troca, ao invés de um único. Porém, sendo x de graxa, y de seda, z de ouro etc., têm de ser valores de troca permutáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível. (MARX, 1985, p. 46).

Neste sentido, uma determinada mercadoria pode ser trocada por outras mercadorias com diferentes propriedades e proporções. Esta, portanto, possui diversos valores de troca ao invés de um único valor. Desse modo, os valores de troca que podem ser permutados pela mesma mercadoria são portadores de valores iguais. O valor de troca é, assim, um “modo de expressão” de um determinado conteúdo que se distingue dele mesmo, quando uma determinada quantidade de mercadoria é trocada por outra quantidade de mercadoria.

Marx assinala ainda que na matemática existe a decomposição de figuras geométricas em triângulos com o propósito de saber o algo em comum que existe entre elas, e esse tal algo em comum é representado pelo cálculo das áreas (a metade do produto de sua base pela altura), ou seja, algo que não é visível. De acordo o autor, o mesmo ocorre com os valores de troca das mercadorias, pois “tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou um menos” (1985, p. 46). No entanto, este algo em comum não abrange as propriedades materiais da mercadoria, pois as propriedades corpóreas dela dizem respeito apenas ao seu valor de uso. Assim,

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada. (MARX, 1985, p. 47).

Marx ressalta que o tal “algo em comum” dos valores de troca não pode ser uma propriedade natural da mercadoria que se queira trocar, pois as propriedades corpóreas intrínsecas às mercadorias só existem enquanto esta for portadora de valores de uso. É o fato de tornar esse valor de uso isoladamente que evidencia a relação de troca das mercadorias. Assim, numa mesma mercadoria um valor de uso vale como qualquer outro, desde que este esteja disponível em dimensão semelhante aos outros valores de uso. Não existe, portanto, uma distinção entre valores de trocas iguais.

Para Marx (1985), como “valores de uso as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade; como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (p. 47). Neste sentido, as mercadorias quando portadoras de valor de troca não podem possuir nenhuma característica de valor de uso, ou seja, não podem ter qualidades distintas. Marx acrescenta que ao se deixar de lado o valor dos corpos das mercadorias, resta a estas mercadorias serem produtos do trabalho. No entanto, o produto do trabalho também já foi transformado. Assim,

Se abstrairmos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1985, p. 47).

Portanto, os produtos do trabalho na sociedade capitalista se evidenciam através do trabalho “humano indiferenciado”, ou seja, do consumo da força de trabalho, sem levar em consideração a forma como esta foi consumida. Quando um valor de uso é abstraído ele perde o seu caráter útil, tornando-se, portanto, um trabalho indiferenciado, abstrato, pois a forma e o caráter deste trabalho são obscurecidos. O trabalho humano abstrato, de acordo com Marx, diz respeito à igualdade dos diferentes trabalhos, já que equipara o tempo para a produção de uma mercadoria, sem levar em consideração as suas diferentes qualidades.

Ainda segundo Marx (1985), um valor de uso de uma mercadoria só possui valor se nele estiver objetivado trabalho humano abstrato. Assim, a grandeza deste valor é medida pela

quantidade de trabalho abstrato necessário à sua produção em um período de tempo, podendo ser fracionado em dias, horas etc. Desse modo, “o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção” (Idem, 1985 p. 47). O trabalho, portanto, constitui o conteúdo dos valores:

É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. [...] Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra. (MARX, 1985, p. 48).

Para Marx, o que determina o valor de uma mercadoria seria o tempo de trabalho socialmente necessário¹² para produzi-la. Assim, as mercadorias com o mesmo tempo de trabalho teriam o mesmo valor. Marx ainda esclarece que o valor de uma mercadoria seria constante se o tempo de trabalho para produzi-la também permanecesse constante. No entanto, o tempo de trabalho para a produção de uma mercadoria muda, pois depende da mudança da força produtiva de trabalho¹³:

[...] quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza. (MARX, 1985, p. 49).

Uma mercadoria pode ter valor diferenciado a depender de quanto trabalho foi necessário para produzi-la; assim, quanto maior a força e o tempo de trabalho, menor trabalho é exigido para produzi-la e a mercadoria será mais barata. De outro lado, quanto menor a força de trabalho, mais tempo é necessário para a produção de uma mercadoria e, conseqüentemente, ela será mais cara. Além disso, um valor de uso pode não ter valor quando ele não é mediado por trabalho: “Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social” (MARX, 1985, p. 49). Isto é,

¹² “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.” (MARX, 1985, p. 48).

¹³ “A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais.” (MARX, 1985, p. 48).

para ser mercadoria o valor de uso deve ser produzido para atender às necessidades dos outros homens. É assim um “valor de uso social” que deve ser objeto de uso humano, sendo transferido para outros homens através da troca. A riqueza da sociedade capitalista depende, portanto, do grau de desenvolvimento da produção de mercadorias que serão vendidas em troca de um mais-valor. Este é obtido mediante a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora ainda durante o processo de produção das mercadorias, através do trabalho alienado/explorado.

Ainda conforme Marx (1985), na totalidade dos distintos valores de uso aparece também uma totalidade diferente de distintos trabalhos úteis que variam de acordo com o gênero, a família, a espécie, entre outros. Marx chama isso de divisão social do trabalho; seria ela a condição de existência para a produção de mercadorias, embora “a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho” (p. 50). Isso se torna evidente quando esse autor cita como exemplo uma determinada fábrica em que o trabalho é dividido, porém esta divisão não ocorre mediante a troca dos produtos individuais dos trabalhadores, senão através da função para a qual cada um é designado. Assim, apenas produtos oriundos de trabalho privados e independentes entre si são considerados como mercadorias. Portanto, distintos trabalhos podem existir sem necessariamente haver a produção de mercadorias.

Viu-se, portanto: o valor de uso de cada mercadoria encerra determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Valores de uso não podem defrontar-se como mercadoria, caso eles não contenham trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem, geneticamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho. (MARX, 1985, p. 50).

Para Marx, o produto do trabalho útil¹⁴ seria um valor de uso, porém este só será mercadoria se resultar de distintos trabalhos. Deste modo, somente em uma sociedade capitalista, somente em um sistema em que exista uma divisão social do trabalho, onde os produtores de mercadorias executam distintos trabalhos úteis, essa produção de mercadorias é possível. Ao criar valores de uso como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma eterna necessidade social, sendo uma condição necessária à existência humana. De acordo com Marx (1985, p. 53):

¹⁴ “O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil.” (MARX, 1985, p. 50).

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.

O valor de uma mercadoria é resultante do dispêndio da força de trabalho do homem, na qualidade de trabalho humano igual ou abstrato. Este valor permite a troca de diferentes mercadorias. No capitalismo o caráter do trabalho se revela enquanto produtor de valor. Desse modo, o trabalho humano igual, que se refere ao consumo da força de trabalho para a formação do valor, é indispensável para a cristalização do valor de uma mercadoria, que é expresso nas relações de troca entre mercadorias. De outro modo, quando o trabalho humano está direcionado a um fim ele produz essencialmente valores de uso.

Para Marx (1985), as mercadorias vêm ao mundo sob a forma natural de “valores de uso ou de corpos de mercadorias”, a exemplo do trigo e do ferro; são, portanto, apenas as mercadorias que podem ser objetos de uso e ao mesmo tempo portadoras de valor. “Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem a forma dupla: forma natural e forma valor” (p. 53). Assim, quando são mercadorias os produtos do trabalho possuem a forma dupla de valor de uso (forma natural) como também da forma valor, que se dá nas relações de troca. Os valores de uso adquirem a forma natural por serem objetividades palpáveis.

De acordo com Marx (1985), a expressão mais simples do valor de uma mercadoria é determinada pela relação de valor entre duas mercadorias. Assim, duas mercadorias diferentes podem ser comparáveis quando reduzidas a uma mesma unidade, ou seja, a um mesmo valor. Ainda conforme Marx (1985, p. 54), “as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso – a forma dinheiro”. Este é a mercadoria que rege todas as outras e a forma comum adotada no capitalismo para estabelecer as relações de troca entre distintas mercadorias.

No capitalismo, as mercadorias são produzidas criadas pelo trabalho útil concreto. Já o trabalho humano abstrato se materializa através da relação de troca. Sendo assim, as distintas mercadorias resultantes de diferentes trabalhos só se trocam mediadas pelo trabalho humano abstrato que produz valor. Numa sociedade regida pelo modo de produção capitalista, “a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante” (MARX, 1985, p. 62). Conforme o autor, o produto do trabalho em diferentes

sociedades anteriores à capitalista eram objetos de uso, valores de uso, porém com a divisão social do trabalho e o advento do capitalismo, os produtos resultantes do trabalho humano foram convertidos em mercadorias portadoras de valor. A divisão social do trabalho é pressuposto para a produção de mercadorias no capitalismo.

Marx (1985) ao discursar sobre o caráter fetichista da mercadoria nas relações sociais capitalistas revela que ele se baseia nas relações entre coisas que reproduz e funda a sociabilidade que tem como base o trabalho abstrato. Através deste trabalho, ao produzir mercadorias, o trabalhador também se torna uma mercadoria, pois no processo de produção ele vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário. No capitalismo o trabalhador é, portanto, apenas uma mercadoria a serviço do capital. Marx ressalta ainda que o valor da força de trabalho e a sua valorização no processo de trabalho são grandezas distintas, pois “o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso” (MARX, 1985, p. 159). Neste sentido, a força de trabalho já contém em si trabalho passado que determina o seu valor de troca, enquanto o trabalho que ela ainda vai prestar determina seu valor de uso.

De acordo com Marx (1985, p. 159-160),

[...] o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que vendeu.

Segundo Marx, para criar valor o trabalho tem de ser consumido em sua forma útil, ou seja, deve ser gasto no trabalho útil, que produz valores de uso. Já o processo de formação de valor se refere à concretização de mais-trabalho que o trabalhador produz além do tempo necessário à sua própria reprodução. Assim, de acordo com “as leis eternas do intercâmbio de mercadorias”, o trabalhador vende sua força de trabalho como qualquer outra mercadoria ao realizar seu valor de troca ao mesmo tempo que vende seu valor de uso, ou seja, seu próprio trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário por jornada de trabalho. Este pertence não ao vendedor da força de trabalho, mas ao comprador desta, que pagou em troca um salário. Deste modo, o valor da força de trabalho se expressa no tempo de

trabalho necessário para produzir os meios de subsistência do trabalhador, enquanto o salário pago pela jornada de trabalho diz respeito ao valor pago para a sua reprodução. O trabalhador produz além do necessário à sua reprodução (seu salário), produz trabalho excedente, mais-trabalho.

Sobre o processo de produção de mercadorias, Marx (1985) afirma que o capitalista transforma seu dinheiro – que foi investido na compra da força de trabalho e em meios de produção – em capital:

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo. (MARX, 1985, p. 160-161).

Vê-se aí como o capitalista ao investir na compra da força de trabalho e em meios de produção transforma valor, ou seja, um trabalho anterior em um valor novo, em um mais-valor. Para Marx, existe uma distinção entre o processo de formação de valor e o processo de valorização. O processo de valorização é um processo de formação de valor que se prolongaria além de certo ponto; assim, se a formação de valor “apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização” (MARX, 1985, p. 161). A formação simples de valor seria a parte de trabalho paga pelo capital, enquanto o processo de valorização seria aquele mais-valor que não é pago pelo capitalista:

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 1985, p. 162).

A produção capitalista de mercadorias envolve, portanto, processo de trabalho e processo de valorização. Marx afirma ainda que com o desenvolvimento do processo de trabalho na sociedade capitalista ocorre também o controle do capitalista sobre o trabalhador:

A força de trabalho tem de funcionar em condições normais [...] O caráter normal dos fatores materiais de trabalho não depende, porém, do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo a que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser despendida no grau médio habitual de esforço, com o grau de intensidade socialmente usual. Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Insiste em ter o que é seu. Não quer ser roubado. Finalmente – e para isso tem ele seu próprio *code pénal* – não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor. (MARX, 1985, p. 161).

A força de trabalho que é comprada pelo capitalista precisa estar sempre apta a desenvolver com rapidez e habilidade as suas tarefas. Durante o desenvolvimento do trabalho, o capitalista exerce a função de “vigilante” para que o trabalhador não desperdice tempo, matéria-prima e meios de trabalho. Caso isso aconteça, o capitalista perde com os gastos excessivos de trabalho objetivado que não entram no “produto da formação de valor”.

Para Marx, no modo de produção capitalista a produção da riqueza é determinada pela produção de mercadorias, e o capitalista produz “não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor; e não só valor, mas também mais-valia” (MARX, 1985, p. 155). Durante o processo de trabalho no capitalismo, o produto que resulta é um valor de uso que, após ser criado pela força de trabalho, é apropriado privadamente pelos capitalistas. Este só interessa ao capitalista se também for portador do valor de troca, pois o capitalista quer ganhar um valor a mais do que o investido em meios de produção e salários. Ele quer obter com a troca um valor superior, um mais-valor, uma mais-valia, revelando assim a essência do processo de produção capitalista. O capitalista produz uma mercadoria com o único propósito de vendê-la por um valor superior ao necessário à sua fabricação. Por isso, o valor de uma mercadoria se dá na esfera da produção, porém ele só se realiza de fato no âmbito da circulação, por meio do valor de troca. A troca de mercadorias, portanto, é a lei que predomina no modo de produção capitalista.

Para Marx (1985), a mercadoria ao ser analisada em um primeiro momento parece ser algo evidente, porém ao estudá-la com mais profundidade vê-se que ela possui características que a tornam muito complexa. O caráter misterioso da mercadoria não provém de seu valor de uso, nem do conteúdo das determinações de valor.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. (MARX, 1985, p. 71).

Nesse entendimento, o mistério da mercadoria torna os produtos de trabalho portadores de propriedades naturais que pertencem a estes produtos e não como características sociais que pertencem aos homens. Com efeito, na sociedade regida pelo capital a produção de mercadorias se revela como algo que se traduz na relação de estranhamento que se dá pela realização de trabalho que homens realizam com outros homens; nesta relação inexistente a identificação entre os produtores de mercadorias e o processo de trabalho. Assim, para os homens a relação social entre eles aparece como uma “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. Desse modo, o produto do trabalho – a mercadoria – é como algo dotado de vida própria. Isso constitui o “fetichismo” da mercadoria, pois o produto do trabalho passa a exercer uma autonomia em relação ao trabalhador que o produz.

De acordo com Marx (1985), o caráter fetichista do mundo das mercadorias, sua aparente autonomia, advém do próprio caráter social do trabalho que produz mercadoria. O conjunto dos trabalhos privados forma, segundo Marx, o trabalho social total; as características sociais dos trabalhos privados dos produtores só aparecem dentro da troca de seus produtos com outros produtores de mercadorias.

Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas. (MARX, 1983, p. 71).

Os produtos do trabalho privado dos produtores fazem parte do trabalho social que se evidencia por meio das relações de troca; assim, as relações se estabelecem não entre pessoas, mas entre produtos (coisas), reforçando o caráter fetichista da mercadoria. É apenas no trabalho que produz mercadoria que se encontra o caráter fetichista, ou seja, a aparente autonomia que se dá entre os produtos do trabalho e não entre seus produtores. Como bem caracterizou Engels (2012, p. 219): “com a produção mercantil – produção não mais para o consumo pessoal e sim para a troca – os produtos passam necessariamente de umas para outras mãos. O produtor separa-se de seu produto na troca, e já não se sabe o que é feito dele”.

De tudo o que foi exposto até o momento, infere-se que com o desenvolvimento das forças produtivas por meio da evolução do trabalho, a humanidade atingiu um patamar de desenvolvimento nunca visto em sociedades anteriores. Em todos os estágios anteriores da sociedade, o trabalho de coleta e a produção dele resultante eram essencialmente coletivos, pois os produtores eram ao mesmo tempo senhores da produção e de seus produtos. Porém, com a civilização essa maneira de produzir e o trabalho mudam radicalmente. Como afirma Engels (2012, p. 218), “a civilização é o estágio de desenvolvimento da sociedade em que a divisão do trabalho, a troca entre indivíduos dela resultante e a produção mercantil [...] atingem seu pleno desenvolvimento e ocasionam uma revolução em toda a sociedade anterior”.

Com a civilização, portanto, o trabalho de coleta e a produção e o consumo em comum vão sendo substituídos pelo trabalho alienado, que gera não só valores de uso para satisfazer as necessidades humanas, mas necessariamente valor de troca, mediante a venda dos produtos de trabalho privado. Pouco a pouco a produção de mercadorias tornou-se a forma dominante das sociedades de classe que, como veremos, assume características peculiares nas sociedades pré-capitalistas, a exemplo do escravismo e do feudalismo, e adquire sua expressão mais cruel e perversa na sociabilidade capitalista plenamente desenvolvida.

Como pudemos observar, a carência nas sociedades primitivas resultava do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Posteriormente, com o desenvolvimento do trabalho alienado, vimos que a carência ainda existe, pois as forças produtivas ainda não atingiram o pleno desenvolvimento. Além disso, fatores externos como as catástrofes naturais (chuvas, secas, pragas etc.) dizimavam lavouras inteiras; nesse período não se tinha ainda o conhecimento para o combate às pragas, como se dá no capitalismo plenamente desenvolvido. Com o desenvolvimento das classes sociais, da exploração dos homens por outros homens e com a centralização e a concentração de riquezas em poucas mãos, ocorreu, como ressalta Engels (2012), o “empobrecimento das massas e o aumento numérico de pobres” (p. 210). A concentração de riquezas em poucas mãos e a exploração exacerbada de uma classe pela outra fizeram com que a desigualdade social atingisse um patamar nunca visto anteriormente.

Nos *Grundrisse* Marx (2011) havia observado que no conceito de *trabalhador livre* está evidente que tal trabalhador é pobre, isto é,

[...] virtualmente pobre: De acordo com suas condições econômicas, ele é simples *capacidade de trabalho viva*, ou seja, dotado igualmente das necessidades da vida. Estado de necessidade em todos os aspectos, sem existência objetiva como capacidade de trabalho para a sua realização. Se o capitalista não pode utilizar seu trabalho excedente, o trabalhador não pode executar o seu trabalho necessário; não pode produzir seus meios de subsistência. Não pode obtê-los, então, pela troca; ao contrário, só os obtém, quando é o caso, pelas migalhas da renda que lhe caem como esmola. (MARX, 2011, p. 502-503).

Nesta citação vê-se que o trabalhador na sociabilidade capitalista, apesar de ser livre, não possui as condições necessárias para a sua própria reprodução social. A realização do trabalho necessário para produzir seus meios de subsistência fica impossibilitada quando o trabalhador não consegue comprar para a sua força de trabalho e também não realiza trabalho excedente para nenhum capitalista, logo não produz mais-valia. É um trabalhador que não troca seu trabalho por um salário, passando a depender das esmolas da sociedade. O trabalhador, portanto, precisa trabalhar para um capitalista em troca de um salário que lhe proporcione as condições materiais para a sua subsistência.

Ainda conforme Marx (2011, p. 503), “como a condição da produção fundada sobre o capital é de que o trabalhador produza sempre mais trabalho excedente, sempre é liberado mais *trabalho necessário*”. Dessa forma, o trabalho necessário¹⁵ para a valorização do capital assim como o trabalho excedente¹⁶ que é extraído dos trabalhadores não são pagos pelos capitalistas. Com isso, ampliam-se as chances de pauperismo para esses trabalhadores.

À medida que aumenta o trabalho excedente, aumenta a população excedente. Esta superpopulação excedente diz respeito ao que Marx (2011) caracteriza como pauperismo. De um lado, segundo Marx, acham-se as condições de produção; do outro lado, as condições de reprodução dos indivíduos como membros das sociedades. Assim,

A dissolução dessas relações, com respeito ao indivíduo singular ou à parte da população, os põe fora das condições de reprodução dessa base determinada e, por essa razão, os põe como superpopulação, e não somente desprovida de meios, mas incapaz de se apropriar dos meios de subsistência pelo trabalho, logo, os põe como pobres. É só no modo de produção fundado sobre o capital que o pauperismo aparece como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho (MARX, 2011, p. 503).

Vê-se, a partir dessa citação de Marx, que com a dissolução das relações de produção e reprodução dos indivíduos em sociedade, estes passam a fazer parte da superpopulação que é desprovida dos meios de subsistência – uma superpopulação constituída por pobres. É no

¹⁵ [...] trabalho necessário – *i.e.*, o trabalho que reproduz a capacidade de trabalho. (MARX, 2011, p. 507).

¹⁶ “A invenção de trabalhadores excedentes, *i.e.*, de pessoas sem propriedade que trabalham, pertence à época do capital.” (MARX, 2011, p. 506).

modo de produção capitalista que o pauperismo aparece como resultante do desenvolvimento das forças produtivas que têm como base o trabalho alienado. Para Marx,

Se esta última [**superpopulação**] é conservada, não o é a partir do fundo de trabalho, mas da renda de todas as classes. Tal conservação não se dá pelo trabalho da própria capacidade de trabalho – não mais pela reprodução normal como trabalhador, mas como ser vivo, será mantido pela piedade alheia; [...] o trabalhador, pelo fato de que não mais se mantém pelo seu trabalho necessário, ou seja, não mais pela troca com uma parte do capital, fica fora das condições da relação aparente de troca e de independência; em segundo lugar: a sociedade se encarrega da tarefa de conservar em bom estado para o senhor capitalista o seu instrumento de trabalho virtual – seu desgaste natural – como reserva para a utilização posterior. O capitalista se dispensa em parte dos custos de reprodução da classe trabalhadora e pauperiza, assim, em seu benefício, uma parte remanescente da população. Por outro lado, como se reproduz continuamente como capital excedente, o capital tem tanto a tendência de pôr como de abolir esse pauperismo. Ele atua em direções opostas, de modo que ora predomina uma, ora a outra. (MARX, 2011, p. 507-508. grifos nossos).

Para os capitalistas, a riqueza é determinada pelo tempo de trabalho gasto no processo de reprodução. Assim, possuiriam maiores riquezas aqueles que conseguissem produzir em menos tempo e com menor emprego de força de trabalho uma determinada mercadoria. Marx, entretanto, diz o contrário:

[...] a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível. *O tempo de trabalho como medida da riqueza* põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas *na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente*, o que significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho. (MARX, 2011, p. 591).

De acordo com Marx, a riqueza que tem como medida o trabalho se reproduz com base na pobreza na grande massa, enquanto a riqueza fundada no tempo disponível de cada trabalhador é a verdadeira riqueza e tem como base o desenvolvimento da força produtiva de todos os indivíduos¹⁷. Marx (2011) acrescenta que a “pobreza enquanto tal começa com a liberdade dos agricultores – o agrilhoamento feudal ao solo ou ao menos à localidade havia até então poupado à legislatura do trabalho de ocupar-se com vagabundos, pobres” (MARX, 2011, p. 615). A pobreza que é típica das sociedades de classes assume contornos diferenciados se comparada com a das sociedades comunais. Nestas, a pobreza era decorrente da carência oriunda do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Já nas sociedades de classe, a pobreza é fundada no trabalho livre que, quando não encontra comprador para a sua força de trabalho, fica à mercê da caridade privada da sociedade ou do Estado. Podemos

¹⁷ “Uma nação é verdadeiramente rica quando se trabalha 6 horas em lugar de 12. A *riqueza* não é o comando sobre tempo de trabalho excedente (riqueza real), mas *tempo disponível* para cada indivíduo e toda a sociedade para além do usado na produção imediata.” (MARX, 2011, p. 589).

observar que Marx já se detém sobre o problema do pauperismo nos seus rascunhos. Tal problemática será objeto de interpretação de modo mais profundo quando o autor trata da “A Assim chamada acumulação primitiva”, tema sobre o qual nos debruçaremos ainda nesta dissertação.

Feitas essas considerações, a partir dessa nossa aproximação inicial sobre a categoria trabalho pudemos analisar as características universais do trabalho enquanto valor de uso necessário para a satisfação das necessidades humanas, bem como o trabalho como valor de troca que predomina nas sociedades de classe; nestas, as relações entre os homens se constituíram em relações de exploração, de tal modo que a compra e a venda da força de trabalho se tornaram um fator preponderante para a existência da pobreza como resultante da busca incessante pelo lucro, elemento fundamental para a “questão social”.

No decorrer da história, o trabalho, com o surgimento do excedente econômico e a ampliação das forças produtivas, atingiu um alto grau de desenvolvimento. Em sociedades pré-capitalistas, a exemplo do escravismo e do feudalismo, o trabalho obteve um relativo desenvolvimento, impulsionado pelo excedente econômico, o que provocou o surgimento das classes (senhores e escravos, senhores e servos, etc.). A exploração da força de trabalho das classes subalternas aumentou a riqueza dos senhores e a pobreza dos escravos e servos. A pobreza estava também associada ao parco desenvolvimento das forças produtivas. Todavia, é no sistema do capital que se identifica a complexificação do trabalho e o aparecimento do trabalho assalariado como forma de intensificação da exploração do capital sobre o trabalho.

No capítulo seguinte nos deteremos a observar como se deu a acumulação primitiva do capital, ressaltando a complexificação do trabalho no modo de produção capitalista, a partir da análise de algumas particularidades desse modo de produção. Tomaremos como base os capítulos XXIII e XXIV de *O Capital*, de Karl Marx, que trata sobre a acumulação primitiva e sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, além de analisar algumas particularidades do trabalho enquanto trabalho abstrato assalariado, que necessita de uma força de trabalho disponível para extrair o máximo de sobretrabalho à custa da pobreza da grande massa de trabalhadores. Observaremos como a fase denominada por Marx (1985) de acumulação primitiva do capital foi decisiva para a constituição no capitalismo de uma pobreza que é caracterizada pelas relações de exploração, porquanto busca a todo custo aumentar a riqueza de uma minoria, reforçando o caráter desigual desse modo de produção.

3 A GÊNESE DA POBREZA NO CAPITALISMO E SUA RELAÇÃO COM A “QUESTÃO SOCIAL”

Este capítulo pretende abordar os principais elementos constitutivos da pobreza no modo de produção capitalista e a sua relação com a “questão social” no interior dessa nova forma de sociabilidade. Seguiremos o percurso elaborado por Karl Marx (1985) em *O Capital* ao tratar da *Acumulação Primitiva do Capital e da Lei Geral da Acumulação Capitalista*, buscando através desse estudo entender como se evidenciou a pobreza e a carência nas sociedades precedentes ao capitalismo e como estas se expressaram neste modo de produção.

A temática da pobreza é analisada por diversos autores com diferentes posições teóricas. A sua identificação é uma constante em distintos momentos da história humana, sempre associada a aspectos sociais, econômicos e culturais que servem de apoio para sua análise e explicação. Sabe-se que sob a acepção de carência a pobreza expressou-se de forma plena e constante em toda a Idade Média (entre os séculos V e XV) e em alguns momentos manifestou-se de forma aguda, especialmente durante a escassez endêmica nos séculos VII a IX. Durante a crise estrutural do feudalismo, atingiu em larga medida a população, fazendo dos pobres a grande maioria na composição das sociedades. O advento do capitalismo deu-se apoiado na expectativa de que finalmente a humanidade eliminaria a pobreza devido ao alto desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, a reflexão de Marx a respeito da essência estrutural e histórica da constituição do capitalismo evidencia a existência da pobreza sob novas bases que nada têm a ver com o baixo desenvolvimento das forças produtivas.

Abordar o surgimento da pobreza e do pauperismo (pobreza extrema) no século XIX e sua relação com a “questão social” nos leva, necessariamente, a compreender o período chamado por Marx de “acumulação primitiva do capital”. Nesse período verificou-se a constituição do “trabalhador livre” com a crise do feudalismo, ocorrendo a expropriação dos camponeses de suas terras e de suas relações de trabalho. Esses trabalhadores “livres” passaram a vender a sua única mercadoria para os capitalistas: a sua força de trabalho. Enquanto os trabalhadores foram destituídos dos seus meios de produção, o Modo de Produção Capitalista se desenvolveu, levando à constituição da burguesia (detentora dos meios de produção) e da classe trabalhadora (a força de trabalho).

Esse processo foi denominado por Marx de a “lei geral da acumulação capitalista” e revela o caráter contraditório da natureza do capitalismo. Nesse momento, cria-se a

possibilidade de superação da pobreza com a plena expansão das forças produtivas, dada a possibilidade de a produção material da riqueza suprir as necessidades de toda a humanidade. No entanto, a incessante busca de lucro pelo capital impede que as necessidades humanas sejam satisfeitas, pois essa contradição – produção de riqueza e pobreza – é parte constitutiva do desenvolvimento do capitalismo e a base da contradição entre capital e trabalho.

No século XVIII surge um fenômeno novo na sociedade – o pauperismo –, em decorrência do processo de industrialização que se inicia na Europa ocidental, particularmente na Inglaterra. Trata-se de uma pobreza que não é mais resultado da carência provocada pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, como ocorria nas sociedades precedentes, a exemplo do feudalismo. A pobreza então existente é fruto das relações sociais capitalistas, que aumentam concomitantemente com o desenvolvimento das forças produtivas.

No decorrer deste estudo procuramos mostrar que a pobreza, se já existia nas sociedades precedentes, assume novas formas devido ao caráter peculiar do Modo de Produção Capitalista, que gera necessariamente riqueza e pobreza como uma condição fundamental para a acumulação de capital. O trajeto neste processo tem sua gênese na acumulação primitiva. Na sequência, abordaremos também a relação entre a pobreza e “questão social”.

3.1 Marx e a pobreza na “*Assim Chamada Acumulação Primitiva do Capital*”

Marx (1985) explicita em *O Capital* que o período chamado de “acumulação primitiva¹⁸” precede a acumulação capitalista, sendo sua fase originária, sua “pré-história”, pois para que a acumulação capitalista se realizasse fez-se necessário que tanto o dinheiro como a mercadoria fossem transformados em capital. No entendimento de Marx, essa transformação só poderia se realizar com a existência de dois diferentes protagonistas que se defrontam:

¹⁸ Ao estabelecer uma periodização histórica do desenvolvimento do capitalismo, “registrariamos primeiro a existência de um estágio que começa com a *acumulação primitiva* [...] e vai até os primeiros passos do capital para controlar a produção de mercadorias e, nela, comandar o trabalho, mediante o estabelecimento da *manufatura* [...] cobrindo do século XVI a meados do século XVIII. Trata-se do estágio inicial do capitalismo, no qual o papel do grupo social dos comerciantes/mercadores foi decisivo – estágio por isso mesmo designado como **capitalismo comercial** (ou **mercantil**)” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 170).

[...] de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; “do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (MARX, 1985, p. 262).

Estes trabalhadores são livres no duplo sentido: 1) porque não pertencem diretamente aos meios de produção como os escravos e servos; e 2) nem os meios de produção são seus, a exemplo do camponês. Esse fato constituiu a condição fundamental da acumulação capitalista, pois essa separação entre proprietários de meios de produção e trabalhadores “livres” é a condição para o desenvolvimento da produção capitalista, já que a “relação-capital pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho” (Idem, p. 262). A produção capitalista supõe essa separação e a reproduz em larga escala.

Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro lado, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1985, p. 262).

Esse processo transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital e os produtores de mercadorias em trabalhadores assalariados. A separação entre produtor e seus meios de produção constitui, portanto, a “acumulação primitiva”. Segundo Marx (1985), a acumulação de capital pressupõe a mais-valia, que por sua vez pressupõe a produção capitalista. Tal produção depende da existência de grandes massas de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. A acumulação primitiva precede a acumulação capitalista, portanto, ela não é resultado do modo de produção capitalista, porém seu ponto de partida.

Marx (1985) diz que a teologia nos mostra como o homem foi condenado a comer o pão com o suor do seu rosto. Já a economia política nos mostra por que há pessoas que não têm necessidade de trabalhar e acumula a riqueza produzida pela classe que vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Marx demonstra que desse “pecado original”, ou seja, dessa relação de compra e venda de força de trabalho, data a origem da pobreza da grande massa no capitalismo.

A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio, portanto, da decomposição da sociedade feudal, e a decomposição desta liberou os elementos daquela. Para Marx (1985), o trabalhador é o produtor direto de mercadorias, depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa, como no feudalismo. Para tornar-se livre vendedor de sua força de trabalho ele precisava ter escapado do domínio das corporações, de

seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, a transformação dos produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; por outro lado, esses recém-libertos só se tornam vendedores de si mesmos depois que os seus meios de produção e as garantias de sua existência oferecidas pelas velhas instituições feudais lhes foram roubadas.

A ascensão dos capitalistas industriais só foi possível porque eles deslocaram tanto os mestres-artesãos corporativos como os senhores feudais, possuidores de fontes de riqueza. Nesse sentido, a ascensão dos capitalistas industriais foi fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e contra as corporações e os entraves que elas opunham ao livre desenvolvimento da produção e da exploração do homem pelo homem.

Para Marx (1985), a servidão do trabalhador foi o ponto de partida que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista, pois o que se observou depois foi apenas uma mudança na forma dessa sujeição ao transformar a exploração feudal em capitalista. Tal exploração fez-se visível principalmente na Inglaterra, quando os camponeses foram violentamente expulsos de sua base fundiária e lançados ao mercado de trabalho como “proletários livres como os pássaros”. Assim, a massa de trabalhadores assalariados “livres” foi se constituindo no momento em que os “séquitos feudais” foram desfeitos no processo de luta da burguesia com os privilégios feudais, no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. De fato,

[...] foi o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante a expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e a usurpação de sua terra comunal. O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e pela consequente alta dos preços da lã. (MARX, 1985, p. 264).

Observa-se que os primórdios da produção capitalista já existiam em algumas cidades mediterrâneas nos séculos XIV e XV, mas a era capitalista só data do século XVI. Na história da acumulação primitiva, é visível a formação da classe capitalista nos momentos em que as grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas ao mercado de trabalho como proletários livres. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo de exploração, visível sobretudo na Inglaterra.

Marx (1985) destaca que a servidão, na Inglaterra, tinha desaparecido no final do século XIV. Naquela época, e mais precisamente no século XV, a maioria da população era formada por camponeses livres e autônomos. Na agricultura os trabalhadores assalariados

eram compostos, de um lado, por camponeses que no seu tempo livre (lazer) trabalhavam para os grandes proprietários e, de outro lado, por uma classe independente (pouco numerosa) de trabalhadores assalariados propriamente ditos. Estes recebiam, além dos salários, um terreno arável de quatro ou mais acres, o *cottage* (casas), e também gozavam do usufruto das terras comunais em que pastava seu gado e que lhes forneciam combustíveis como lenha. Assim,

Em todos os países da Europa, a produção feudal é caracterizada pela partilha do solo entre o maior número possível de súditos. O poder de um senhor feudal, como de todo soberano, não se baseava no montante de sua renda, mas no número de seus súditos, e este dependia do número de camponeses economicamente autônomos. (MARX, 1985, p. 264).

Desse modo, o primeiro fator que criou a base do modo de produção capitalista ocorreu, de acordo com Marx, no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, quando a dissolução dos séquitos feudais lançou no mercado uma massa de proletários. A dissolução desses séquitos foi impulsionada, de um lado, pelo poder real (em sua luta pela soberania absoluta), e de outro lado, pelo grande senhor feudal – em oposição à realeza e ao Parlamento. Isso gerou um grande número de proletários mediante a expulsão violenta do campesinato de sua base fundiária e a usurpação de sua terra comunal. Tal fato foi impulsionado na Inglaterra devido ao florescimento da manufatura flamenga e também devido aos altos preços da lã. “A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa” (MARX, 1985, p. 264).

Com isso, as terras dos camponeses que eram utilizadas para a pastagem de gado e para a produção de produtos agrícolas passaram por um processo de “cercamento¹⁹”, sendo transformadas em pastagens de ovelhas. Os “cercamentos” favoreciam o roubo das terras do povo, resultando na expropriação das terras comunais dos camponeses. Tal processo contribuiu para aumentar os capitais dos grandes arrendatários na medida em que “liberava” a população camponesa para a sua inserção na indústria moderna, tornando possível o surto industrial inglês. Nas palavras de Huberman (1985, p. 179), “começou a existir a classe trabalhadora, sem propriedades, que com a acumulação do capital torna-se essencial ao capitalismo industrial” ou concorrencial²⁰.

¹⁹ Cercamentos são “decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presentes a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo.” (MARX, 1985, p. 269).

²⁰ “Na segunda metade do século XVIII, o capitalismo ingressa num novo estágio evolutivo. Essa passagem a outro nível vincula-se diretamente a mudanças políticas (está a completar-se a Revolução Burguesa, com a tomada do poder de Estado) e técnicas (vai irromper a Revolução Industrial); nesse estágio, o capital –

A revolução nas condições de produção viabilizou o desenvolvimento de uma cultura de produção em que a busca incessante pelo dinheiro se tornou algo incontrolável. O processo de expropriação violenta do povo de sua base fundiária foi, nesse período, favorecido principalmente pela transformação das terras de lavouras em pastagens de ovelhas, e também pelo domínio senhorial, que extinguiu os arrendamentos dos quais viviam os camponeses. Tal fato conduziu à destruição das habitações dos camponeses e à degradação da vida nas cidades, que se tornaram incapazes de se autossustentar. Esse revolucionamento na forma de produção favoreceu o domínio senhorial, que acumulou grandes massas de terras em poucas mãos.

Outro fator que Marx destaca no processo de expropriação violenta da massa do povo de sua base fundiária foi a Reforma Protestante da Igreja Católica no século XVI, que provocou o roubo dos bens da Igreja, considerada a grande proprietária feudal das terras inglesas. Tais bens foram vendidos a preços irrisórios a arrendatários que expulsavam os antigos súditos das terras; além disso, os conventos foram suprimidos e seus moradores foram lançados à proletarização. Marx (1985) diz que a propriedade que era legalmente garantida aos camponeses empobrecidos foi também confiscada, levando a rainha Elisabeth, no 43º ano do seu reinado, a reconhecer oficialmente o pauperismo através da introdução do imposto aos pobres.

O fenômeno do pauperismo é um processo gerado pela acumulação capitalista que atinge a classe trabalhadora e demonstra a essência exploradora do capitalismo. Este tem sua raiz na contradição existente entre capital e trabalho, e sua reprodução é parte do desenvolvimento desse modo de produção, que produz riqueza num polo e pobreza no outro. Tal fenômeno se expressa na generalização da pobreza, que atinge grande parte da massa do povo, em contraponto à concentração de riqueza nas mãos de uma minoria da população. Esse fato expressa a crescente desigualdade social que funda esse modo de produção.

Marx (1985) afirma que os grandes proprietários fundiários suprimiram a constituição feudal do solo, exigiram a propriedade primitiva de bens, “indenizaram” o Estado por meio de impostos sobre o campesinato e a massa do povo e outorgaram as leis de assentamento. Esse fato demonstra que pouco a pouco vão se desenvolvendo novas relações de propriedade e de

organizando a produção através da nascente *grande indústria* – dará curso ao processo que culminará na *subsunção real* do trabalho. Aproximadamente a partir da oitava década do século XVIII, configura-se esse segundo estágio do capitalismo, o **capitalismo concorrencial** (também chamado de “liberal” ou “clássico”), que perdurará até o último terço do século XIX.” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 171).

trabalho que modificam as bases materiais de produção. Formam, portanto, uma nova cultura onde prevalecem relações de exploração e de busca incessante do lucro.

Durante a Revolução Gloriosa²¹, no século XVII, Guilherme III de Orange inaugurou uma nova etapa de expropriação de mais-valia da massa do povo ao trazer para o poder grandes proprietários fundiários e capitalistas. Estes promoveram uma nova era de roubo dos domínios do Estado em escalas gigantescas. As terras do Estado foram vendidas a preços irrisórios, presenteadas ou anexadas a propriedades privadas. Dessa forma, a propriedade fundiária assim como o roubo das terras da Igreja foram transformados em artigos de comércio, favorecendo o surgimento de novas relações sociais que se sustentam nas relações mercantis. Como ressalta Marx (1985, p. 268):

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabava de sair da casca do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas.

Assim, a propriedade comunal que existia sobre a batuta do feudalismo foi violentamente usurpada no final do século XV e durante o século XVI mediante a transformação das terras de lavouras em pastagens para ovelhas. Os grandes proprietários fundiários tomaram o lugar dos senhores feudais e transformaram a propriedade comunal em propriedade privada de uma minoria. As leis foram, no século XVIII, transformadas em veículos do roubo das terras do povo, paralelamente ao emprego de métodos privados dos grandes arrendatários.

Marx (1985) destaca que a forma parlamentar do roubo através das leis foi o emprego das *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal), ou seja, os decretos pelos quais os proprietários fundiários fazem presentes a si mesmos da terra do povo, tomando-as como propriedade privada. As terras comunais passaram, portanto, por um processo de cercamento e a massa do povo foi expropriada de suas bases fundiárias. Marx afirma ainda que o século XVIII não chegou a compreender, na mesma medida que o século XIX, a identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo, pois nessa época a mais violenta polêmica foi a questão dos cercamentos.

²¹ Foi o golpe de Estado ocorrido em 1688 que “consolidou a monarquia constitucional na Inglaterra, que se baseava num compromisso entre nobres proprietários fundiários e a burguesia” (MARX, 1985, p. 268).

Na realidade, a usurpação da terra comunal e a revolução da agricultura que a acompanhou tiveram efeitos tão agudos sobre o trabalhador agrícola que, segundo o próprio Eden, entre 1765 e 1780 seu salário começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pela assistência oficial aos pobres. Seu salário, diz ele, “bastava apenas para as necessidades vitais absolutas”. (MARX, 1985, p. 270).

Com as modificações nas relações sociais estavam dadas as bases para a constituição do sistema capitalista, ao transformar a massa do povo em trabalhadores de aluguel e seus meios de trabalho em capital. Além disso, a cultura dos cercamentos fez com que uma grande massa de trabalhadores passasse a depender da assistência oficial aos pobres, o que caracteriza a existência da pobreza associada às primeiras relações de exploração e dominação típicas das relações capitalistas.

Assim, desde o último terço do século XV até o fim do século XVIII desenvolveu-se uma cultura de exploração através da expropriação do povo de sua base fundiária. Tal processo ocorreu por meio da violência, das pilhagens, e dos horrores e tormentos a que se submetia a grande massa do povo. Marx (1985) assevera que a última e grande expropriação do povo foi a *Clearing of States*, que significa “clarear propriedades e limpá-las de seres humanos”. Os trabalhadores agrícolas foram violentamente expulsos de suas *cottages* e os campos “limpos” foram dando lugar aos campos de ovelhas.

Como exemplo do método dominante do século XIX, bastam aqui as “clareações” levadas a cabo pela duquesa de Sutherland. Essa pessoa economicamente instruída decidiu, logo ao assumir o governo, empreender uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagens de ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. (MARX, 1985, p. 272).

Durante esse período instaurou-se na Inglaterra um processo de violentos conflitos entre as classes antagonicas, expressando, de um lado, a busca incessante dos proprietários fundiários do acúmulo de riquezas através dos cercamentos e, de outro, a violência e a resistência dos trabalhadores ao serem expulsos de suas terras. O capitalismo vai se instaurando em meios às novas relações sociais, de modo desumano e cruel, produzindo em larga escala um conjunto de trabalhadores que compõe aquilo que Marx denominou de “exército industrial de reserva”. Estes, não encontrando compradores para a sua força de trabalho, são submetidos às mais cruéis formas de exploração e compõem o contingente de desempregados submetidos à pobreza em larga escala.

Em síntese, Marx (1985, p. 266-7-8 e 271) assinalou quatro fatores que impulsionaram o processo de expropriação dos camponeses de sua base fundiária: 1) a Reforma no século XVI e, como consequência, o roubo dos bens da Igreja. “Na época da Reforma, a Igreja Católica era a proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa. A supressão dos conventos lançou seus moradores à proletarização”. Nesse contexto, a propriedade que era legalmente garantida aos camponeses empobrecidos e parte do dízimo da Igreja foi também confiscada, levando a rainha Elisabeth no 43º ano de seu reinado a reconhecer oficialmente o “pauperismo mediante a introdução de impostos aos pobres”; 2) o retorno dos Stuarts ao poder no século XVII favoreceu os proprietários fundiários e a usurpação do solo. “Eles aboliram a constituição feudal do solo [...] ‘indenizaram’ o Estado por meio de impostos sobre o campesinato e o resto da massa do povo, fundando a moderna propriedade privada de bens”; 3) a Revolução Gloriosa de 1688, que com Guilherme III de Orange trouxe “extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder. Inauguraram a nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal” e anexaram-nos às suas propriedades privadas; 4) o último processo de expropriação dos trabalhadores de sua base fundiária é denominado por Marx de “*Clearing of States* (clarear propriedades, de fato, limpá-las de seres humanos)”, quando então os trabalhadores não mais encontraram espaços para as suas moradias.

Conforme Marx (1985), os métodos da acumulação primitiva como o roubo dos bens da Igreja, o furto da propriedade comunal, a fraudulenta alienação dos domínios de Estado, além da transformação usurpadora da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna foram fatores decisivos para a instauração do capitalismo manufatureiro. Esses métodos favoreceram a incorporação da base fundiária ao capital, conquistaram o campo para a instauração da agricultura capitalista e geraram a mão de obra necessária à indústria capitalista urbana. Nas palavras do próprio Marx:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos meios idílicos da acumulação primitiva. Eles constituíram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (MARX, 1985, p. 274-5).

Esses trabalhadores “livres” foram expulsos de suas terras e não foram absorvidos pela manufatura nascente (séculos XVI ao XVIII) com a mesma intensidade que foram destituídos de seu material de trabalho. A expropriação do povo do campo possibilitou também a criação do mercado interno, pois o produto do novo trabalhador assalariado não é consumido como

meio de subsistência exclusivo de sua família, como acontecia anteriormente, sendo destinado à venda na forma de mercadoria. É esta que passa a regular as relações entre os homens.

Marx (1985) destacou que após a dissolução dos séquitos feudais e a expropriação da base fundiária, os camponeses se converteram em proletários “livres como os pássaros” e foram pouco a pouco sendo absorvidos pela manufatura que emergia naquele período. No entanto, a primeira forma de organização da produção capitalista de base manufatureira não conseguiu absorver na sua totalidade o contingente de mão de obra então disponível. Os camponeses que foram violentamente expulsos de suas terras e arrancados de seu modo de vida costumeiro não conseguiram adaptar-se à disciplina exigida pelas novas relações de produção.

Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. (MARX, 1985, p. 275).

A legislação “sanguinária” que foi imposta aos camponeses naquele momento os tratava como criminosos “voluntários”, supondo que dependia da boa vontade dos trabalhadores seguir trabalhando sob as antigas condições que, no entanto, já não existiam. Essa legislação empregava uma série de métodos violentos, desumanos e cruéis contra os trabalhadores. Na Inglaterra essa legislação teve início com Henrique VII, e daí se seguiu com Eduardo VI, Elisabeth e Jaime I. Os chamados esmoleiros velhos e incapacitados para trabalhar recebiam uma licença para mendigar; em contraposição, os ditos “vagabundos válidos” eram encarcerados, açoitados, escravizados, acorrentados, perseguidos, presos, torturados, mutilados e executados. Como anota Marx (1985, p. 277), “o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas, numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura”.

O novo sistema de trabalho assalariado exigia métodos coercitivos com o propósito de consolidar a produção capitalista manufatureira que emergia naquele período. Visava conter e apaziguar as tensões sociais que se manifestavam naquele momento. Na evolução do modo de produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, desprovida dos meios de produção de trabalho, só possuía como mercadoria a venda de sua força de trabalho, vendo-se forçada a aceitar as novas relações sociais produzidas pelo capitalismo como “leis naturais e evidentes”. Assim,

[...] a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. [...] Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. (MARX, 1985, p. 277).

Com a existência dessa força de trabalho crescente e disponível, o domínio do capitalista sobre o trabalhador é consolidado, e o salário recebido por este segue a necessidade de valorização do capital. A nascente burguesia passa a empregar a força do Estado para adequar os salários às necessidades do capital. Os trabalhadores são cada vez mais explorados devido ao prolongamento da jornada de trabalho e à extração da mais-valia. As “leis naturais da produção”, ou seja, a dependência do próprio trabalhador em relação ao capital que se expressa nas próprias relações de produção, caracterizam, segundo Marx, um momento essencial da “assim chamada acumulação primitiva”.

É de suma importância ressaltar que apesar da subordinação do trabalhador aos ditames da classe burguesa, a classe proletária não se submeteu a esse novo regime sem lutar e resistir às imposições capitalistas. Nesse período as formas de resistência dos trabalhadores se davam por meio de revoltas e lutas que demonstravam a insatisfação da classe proletária contra o domínio político, econômico e ideológico da classe burguesa. Emerge historicamente a resistência da classe operária e a consciência de sua dominação ante os interesses contrapostos a classe burguesa.

No período da chamada “acumulação primitiva”, o capital industrial centrou suas bases na manufatura, que se caracterizou na nova forma de produção desse período após a dissolução dos séquitos feudais. Constituiu-se, portanto, uma classe de trabalhadores assalariados que caracterizava uma parte mínima da população, já que a nascente manufatura não conseguia absorver a crescente demanda de trabalhadores.

No campo e na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente próximos. A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista. O elemento variável predominava fortemente sobre o constante. A demanda de trabalho assalariado crescia, portanto, rapidamente com toda a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado seguia apenas lentamente. (MARX, 1985, p. 277).

Como resalta Marx, nesse período da “acumulação primitiva” o capitalismo não estava completamente consolidado; achava-se ainda na fase embrionária desse modo de produção, em que a força de trabalho (elemento variável) predomina sobre os meios de produção (capital constante). Esse momento desvela a consolidação de mecanismo de exploração da classe burguesa sobre a proletária, que se evidencia com a extração do trabalho

excedente em troca de um salário, possibilitando o desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, pouco a pouco tal modo de produção vai se consolidando e mostrando seu caráter cruel e explorador, no qual prevalece a centralização e a concentração dos meios de produção e da propriedade privada em poucas mãos.

Assim, com a expropriação do camponês de sua base fundiária criou-se uma classe – o proletariado, que através da disciplina sanguinária é transformado em trabalhadores assalariados. A exploração do proletariado e a acumulação de capital só foram possíveis graças à força do Estado e à ação dos “soberanos”, que viabilizaram o enriquecimento dos arrendatários e dos grandes fundiários à custa do empobrecimento do povo do campo. A mercadoria passa a reger as novas relações sociais no modo de produção capitalista. Este, portanto, se sustenta na grande indústria, que consolidará de vez o domínio do capital sobre o trabalho. De acordo com Marx (1985, p. 284),

Somente a grande indústria fornece, com as máquinas, a base constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria do povo do campo e completa a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, cujas raízes – fiação e tecelagem – ela arranca. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno.

A conquista desse mercado interno se deu à custa da exploração do proletariado, que ao vender a sua força de trabalho ao capital, também se converte em mercadoria. A “acumulação primitiva” possibilitou, portanto, as condições necessárias ao surgimento do modo de produção capitalista. Com o desenvolvimento da manufatura e da grande indústria através da expropriação da grande massa do povo de sua base fundiária, de seus instrumentos de trabalho e subsistência, a propriedade privada individual típica do feudalismo é transformada em propriedade privada capitalista. Prevalece então a concentração de grandes propriedades nas mãos de uns poucos capitalistas. Isso evidencia a chamada “acumulação primitiva”, que demonstra aquilo que Marx denominou de “pré-história do capital”. Esta possibilitou o surgimento do modo de produção capitalista e de seu caráter explorador e concentrador, cuja lógica se baseia na crescente produção de riqueza em detrimento da pobreza de uma grande massa. Como esclarece Marx (1985, p. 293):

A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada individual, isolada e independente, com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre.

Após a dissolução da sociedade feudal, os camponeses foram convertidos em massas de trabalhadores assalariados e suas condições de trabalho são convertidas em capital; além

disso, as terras e os meios de produção que antes pertenciam à massa do povo são explorados e convertidos em propriedade privada capitalista. Dá-se a exploração de muitos trabalhadores por um único capitalista, ao contrário do que acontecia no feudalismo, em que prevalecia a expropriação do camponês autônomo. Nesse modo de produção, o fundamento se dá pela relação capital-trabalho, que realiza a exploração mediante a centralização de capitais. A propriedade privada capitalista que surge no modo de produção capitalista consolida a “primeira negação da propriedade privada individual”, que se baseia no trabalho próprio. Assim,

Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados. (MARX, 1985, p. 293-94).

Com isso aprende-se que a produção capitalista ao gerar as condições necessárias à concentração de capitais produz, por sua própria natureza – excludente e exploradora –, a sua própria negação. Pois esta “não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho” (Idem, p. 294). Assim, na sociabilidade regida pelo capital ocorre a expropriação dos próprios expropriadores devido à concorrência entre eles.

O capitalismo instaura-se em meio às novas relações sociais, de modo desumano e cruel, produzindo pobreza e riqueza de modo sempre crescente. Como assinala Marx, é “a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar” (Idem, p. 261). Desse modo, a essência do capital é gerar riqueza num polo e pobreza no outro, pois o propósito desse modo de produção é a busca incessante do lucro. Essa essência reflete a natureza contraditória da reprodução do capital, visível principalmente no final do século XVIII até o século XIX. Nesse período criou-se a possibilidade material de superação da pobreza que se alastrava, já que, com o advento do capitalismo, a humanidade, devido ao desenvolvimento das forças produtivas, conseguiu ampliar a riqueza. No entanto, a crescente busca do lucro pelo capital impossibilitou a autêntica satisfação das necessidades humanas, pois a produção de riqueza/pobreza constitui a

essência do desenvolvimento capitalista. Passamos agora à análise da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

3.2 Pobreza, “questão social” e pauperização na Lei Geral da Acumulação Capitalista

Vimos até o presente momento que em sociedades onde predominavam a carência e a escassez, a produção era insuficiente para a manutenção de todos, pois além do baixo desenvolvimento das forças produtivas existiam as catástrofes naturais (secas, inundações, queimadas etc.) e as calamidades humanas (guerras, separação ou aglomeração de diferentes tribos etc.). Com a acumulação capitalista e o surgimento das classes sociais, as sociedades pré-capitalistas vivenciaram o início da exploração de classes e as formas embrionárias da desigualdade social; nestas, ainda predominava a carência devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas.

Com a expansão do modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, a pobreza surge sob novas bases, que pouco têm a ver com a escassez, pois é em meio a uma sociedade em que predomina a abundância que a pobreza se desenvolve em larga medida concomitantemente com o aumento da riqueza. Esta pobreza faz parte da essência do capitalismo, na medida em que ao se extrair a mais-valia (o trabalho não pago) do trabalhador, cresce a riqueza de uns em detrimento da exploração de outros. Vejamos, pois, como Marx (1985) trata dessas questões na Lei Geral de Acumulação Capitalista. Para isso enfocaremos inicialmente a composição orgânica do capital e as modificações que ela sofre no processo de acumulação, que resultam no aumento da exploração da classe trabalhadora e, posteriormente, na necessidade do capital em manter um exército industrial de reserva sempre disponível.

Assim, de acordo com Marx (1985), a composição do capital deve ser compreendida em duplo sentido: primeiro, da perspectiva do valor, onde ela é determinada pela repartição entre capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho/salários). A esse processo Marx chama composição-valor. Segundo, da perspectiva da matéria e da sua funcionalidade no processo de produção, em que o capital se divide entre meios de produção e força de trabalho viva. Esta segunda perspectiva é chamada pelo autor de composição técnica do capital. Entre ambas há uma estreita relação, denominada “composição orgânica do capital”.

A “composição orgânica do capital” é, portanto, a relação entre o valor do capital constante e valor do capital variável. Para a consolidação do capitalismo industrial e a ampla reprodução do capital é necessário que se aumente o capital variável, ou seja, o montante da força de trabalho:

Crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho. (MARX, 1985, p.187).

Para acumular capital é necessário que exista certa quantidade de trabalhadores dispostos a vender a sua força de trabalho em troca de um salário e capitalistas que estejam dispostos a pagar por eles. Dessa força de trabalho, no processo de produção de mercadorias, é subtraída uma parcela de trabalho (mais-valia) que não é pago, sendo esta apropriada pelo capitalista:

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. (Marx, 1985, p. 191-2).

Marx afirma que “a acumulação do capital é, portanto, a multiplicação do proletariado” (1985, p. 188). Assim, a necessidade de acumulação do capital pode ser maior que o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores. Com isso a demanda por trabalhadores pode ser maior que sua oferta, resultando conseqüentemente no aumento de salários. Porém, as circunstâncias em que os assalariados se mantêm ou se multiplicam em nada alteram o caráter básico da produção capitalista – capitalistas de um lado e assalariados de outro. Pois, para que o proletariado se reproduza e se multiplique, precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização e não pode se desfazer dessa subordinação. Isso caracteriza um momento da reprodução do capital, em que ao se multiplicar o proletariado, acumula-se mais capital. Assim, quanto maior o número de trabalhadores, maior a riqueza do capital e maior a pobreza desses trabalhadores. É que na medida em que se extrai mais-valia, ou seja, a parte de trabalho não pago ao trabalhador pelo capitalista, maior é a exploração da classe que trabalha em função da maior acumulação de capital pelos seus empregadores. Nesse sentido,

[...] o próprio mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e precisam perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista. (MARX, 1985, p. 189)

A acumulação capitalista depende, portanto, do capital variável (força de trabalho) para expandir sua produção e aumentar consideravelmente sua riqueza. Quando o capitalista extrai mais-valia dessa força de trabalho e paga – por meio de um salário – ao trabalhador apenas uma parcela do que realmente ele produziu, o que o trabalhador recebe em troca de seus serviços é insuficiente para a sua manutenção diária. Pois os trabalhadores precisam comer, vestir e desfrutar de momentos de lazer, o que é impossibilitado pelos baixos salários, que mal dão para a manutenção de suas necessidades básicas. Assim, os trabalhadores são convertidos em “pobres laboriosos”, ou seja, pobres em condição de trabalhar, e não têm escolha, pois existe além deles um exército industrial de reserva esperando para adentrar no mercado de trabalho. Desse modo, ocorre uma relação de dependência do trabalhador em relação ao capitalista.

A força de trabalho é comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga, portanto, que contêm uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. (MARX, 1985, p. 191).

Na produção de mercadorias, portanto, o trabalhador deixa uma parcela de trabalho que não é pago pelo capitalista, para atender às necessidades de valorização do capital. A lei da produção capitalista de mercadorias se resume, conforme Marx, da seguinte forma: “a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional” (MARX, 1985, p. 193). É, desse modo, uma relação que se traduz pelo trabalho pago e não pago da mesma força de trabalho. Além disso,

Se cresce a quantidade de trabalho não pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só com um acréscimo extraordinário de trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe e, permanecendo tudo o mais constante, o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas, assim, que essa diminuição atinge o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. (MARX, 1985, p. 193).

Vê-se assim que a elevação ou o decréscimo do aumento dos salários da força de trabalho ficam condicionados à necessidade de acumulação e reprodução de capital. Pois nesse modo de produção o trabalhador existe para atender às necessidades do capital, e não a riqueza para atender às necessidades de reprodução do trabalhador. Desse modo, “como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista ele o é pela sua própria mão” (MARX, 1985, p. 193). Pois no capitalismo o

trabalhador fica dependente da venda de sua força de trabalho em troca do salário necessário à sua manutenção.

Marx (1985) observa que o desenvolvimento da produção capitalista se propaga com a modificação da composição orgânica do capital; e também que a produtividade do trabalho é maior à medida que o capital variável (força de trabalho) é incorporado na produção de modo muito menor se comparado ao acréscimo do capital constante (meios de produção):

Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável. (MARX, 1985, p. 194).

O aumento da produção capitalista se dá, portanto, com o aumento dos meios de produção e em detrimento da maior incorporação de força de trabalho. A lógica desse modo de produção é manter as altas taxas de lucratividade e produtividade à custa da intensificação da exploração e do aumento da pobreza dos trabalhadores. Assim, “O terreno da produção de mercadorias só pode sustentar a produção em larga escala na forma capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui o pressuposto do modo específico de produção capitalista” (MARX, 1985, p. 195). A acumulação de capital é o fator fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

De acordo com Marx (1985), o modo de produção capitalista ocasiona uma acumulação acelerada de capital, que por sua vez proporciona o desenvolvimento desse modo de produção. Toda acumulação torna-se, então, um meio de nova acumulação. Ela “amplia com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas” (Idem, p. 196). Desse modo, a concentração de capital nas mãos dos capitalistas individuais cresce, fazendo com que se concentrem também os meios de produção. Além disso, a acumulação de capital provoca o aumento do número de capitalistas individuais, que por sua vez fazem crescer o capital social.

Para Marx, a concentração (que é idêntica à acumulação) é entendida sob dois aspectos:

Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. (MARX, 1985, p. 196).

Dessa forma, a concentração de capitais é limitada pela quantidade de riqueza produzida pelo trabalho da classe proletária. Tal riqueza concentra-se nas mãos de vários capitalistas individuais e acaba gerando uma repulsão entre os diversos capitais individuais, provocando dessa maneira a concorrência. Marx, ao analisar o processo de centralização de capitais, argumenta que este processo se diferencia da concentração, pois pressupõe uma divisão alterada entre os capitais já instituídos, ou seja, trata-se de uma modificação entre os capitalistas dos capitais já instituídos na sociedade. Desse modo, “a centralização pode ocorrer, por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social” (MARX, 1985, p. 197). Assim, de acordo com o autor, a centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. Ainda, a centralização racionaliza o trabalho dentro dos limites do modo de produção capitalista e substitui progressivamente a concorrência pelo monopólio.

De acordo com Marx (1985), a dispersão dos capitais globais em muitos capitais individuais, além da concorrência entre os pequenos capitalistas, é contraposta a uma tendência de atração de capitais inerente ao Modo de Produção Capitalista. O capital passa a se expandir até atingir grandes massas, e a concentração de capitais é ampliada.

Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. (MARX, 1985, p. 196).

A centralização distingue-se da acumulação e da concentração, pois a luta entre os capitalistas gera a “negação” da concorrência ao confrontarem-se os capitais maiores com os menores. Nessa luta os capitais maiores incorporam os menores, prevalecendo a tendência do capital em se organizar na forma de monopólios. Assim, ao se desenvolver a centralização e a concentração de capitais, “aboliu-se” a concorrência desenfreada que impedia a plena reprodução do capital.

Como notou Marx (1985), a modificação na composição técnica do capital é acelerada pelos processos de concentração e centralização de capitais. Nestes processos é visível que a concentração de capital nas mãos dos capitalistas individuais cresceu, fazendo com que se concentrassem também os meios de produção. Assim, de acordo com o autor, a centralização acaba complementando a obra da acumulação ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. Tal centralização, portanto, racionaliza o

trabalho dentro dos limites do modo de produção capitalista e substitui progressivamente a concorrência pelo monopólio, através da incorporação dos capitais menores pelos maiores²².

A acumulação do capital se amplia à medida que o crescimento do capital constante é acrescido à custa do capital variável, ou seja, da força de trabalho. Assim, com a introdução de novos inventos, instrumentos, matéria-prima, insumos e descobertas científicas, ampliaram-se os métodos de exploração do capital sobre o trabalho, a exemplo da maquinaria, que intensificou as jornadas de trabalho e substituiu a força de trabalho viva por força mecânica. Dessa forma,

[...] enquanto a centralização reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumenta sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho [...] uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. (MARX, 1985, p. 198).

A diminuição do capital variável e do aumento do capital constante²³ – com a introdução da maquinaria e a constante diminuição da classe trabalhadora no processo de produção – acarretou o fenômeno do desemprego. Este fez crescer uma massa de trabalhadores desocupados, chamados por Marx (1985) de “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa”. São massas de trabalhadores desempregados que não encontraram compradores para a sua força de trabalho, constituindo um componente necessário e essencial ao capitalismo. Uma de suas funções é regular a oferta de força de trabalho para as indústrias, que promovem, quando lhes interessa, tais trabalhadores ao ramo industrial. Assim, a parte ocupada da classe trabalhadora ficou à mercê de um sobretrabalho, enquanto o exército industrial de reserva aumentou continuamente. Com isso,

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. (MARX, 1985, p. 203).

Vê-se, portanto, que a acumulação do capital se dá continuamente com a incorporação expansiva dos meios de produção – a exemplo da maquinaria –, à custa da diminuição da

²² O Capitalismo Monopolista ou Imperialismo, conforme Netto; Braz (2010, p. 192), [...] sofreu significativas transformações. Na história desse estágio do MPC, podem-se distinguir pelo menos três fases: a fase “clássica”, que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1940, os “anos dourados”, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta, e o capitalismo *contemporâneo*, de meados dos anos setenta aos dias atuais.

²³ “Em virtude da introdução da maquinaria nova ou da ampliação de maquinaria antiga, uma parcela do capital variável é transformada em capital constante. O apologista econômico interpreta essa operação, que “imobiliza” capital e por isso mesmo “libera” trabalhadores, às avessas, como se ela liberasse capital para o trabalhador.” (MARX, 1985, p. 205).

força de trabalho. Além disso, a acumulação capitalista produz uma população adicional relativamente supérflua que fica à mercê das necessidades de expansão do capital. Para Marx, (1985), o movimento de acumulação do capital sofre variações em diferentes esferas da produção, porém “em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital, e, portanto, do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação” (Idem, p. 199). Nesse sentido, a incorporação ou não de força de trabalho ocupada depende das necessidades de acumulação de capital, visto que estes trabalhadores ora são contratados, ora ficam na condição de exército industrial de reserva. Desse modo,

[...] uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo; essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1985, p. 200).

Acrescentem-se a esta superpopulação supérflua os desempregados que são postos para fora do mercado de trabalho devido à necessidade de expansão do capital. Estes trabalhadores são substituídos por máquinas, visto que estas conseguem aumentar a produção e reduzir os gastos com mão de obra. Nas palavras de Marx (1985, p. 201): “Toda forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados”. Assim, a produção capitalista necessita de uma liberdade de ação para ocupar ou desocupar a mão de obra do mercado de trabalho, e isso só é possível graças ao exército industrial de reserva.

Para Marx (1985), com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva de trabalho, o capitalista aumenta e explora a força de trabalho sem ampliar necessariamente a quantidade de trabalhadores ocupados, conseguindo acumular mais capital.

Por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, maior capital variável põe mais trabalho em ação, sem recrutar mais trabalhadores; por outro, capital variável da mesma grandeza põe mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho e, finalmente, mais forças de trabalho inferiores mediante o deslocamento de forças de trabalho superiores. [...] O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. (MARX, 1985, p. 203).

O capital age sempre de modo a aumentar a exploração da classe trabalhadora, seja através do aumento do trabalho sem aumentar o número de trabalhadores ocupados, seja

através da seleção de trabalhadores mais qualificados, ou através da substituição de trabalhadores mais caros por uma força de trabalho mais barata. Em todas essas formas de ocupação da classe trabalhadora ocorre o aumento do sobretrabalho e das condições de vida subumanas desta classe em função da maior acumulação de capital.

Marx (1985) menciona uma função primordial do exército industrial de reserva, que é a regulação dos salários, pois ora essa força de trabalho é absorvida pelo mercado de trabalho, ora ela é posta para fora, condenada a viver de acordo com a necessidade do capital. Não é o aumento populacional que regula os salários, mas a necessidade do ciclo industrial que determina quando a população excedente será ocupada ou não. Nas palavras de Marx (1985, p. 204):

[...] os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada.

Com a maior acumulação de capital o salário aumenta; com isso aumenta o número de trabalhadores, até que o mercado fique novamente saturado em relação à oferta de trabalho. Já quando o salário está em baixa, a população trabalhadora não consegue ser incorporada no mercado de trabalho e os que o são ficam à mercê da maior exploração do capital, até que novamente o capital consiga se reerguer e acumular novamente. Nessa condição ocorre o aumento da pobreza da classe trabalhadora, pois o mercado fica impossibilitado de absorver tal mão de obra, e a parte que é absorvida sofre com a exploração e a intensificação do trabalho.

Marx (1985, p. 207-8) ressalta que o exército industrial de reserva adquiriu formas variadas, sendo três as principais: a *“fluente”*, que é composta por trabalhadores das indústrias que ora estão empregados, ora são repelidos pelo capital; a *“latente”*, composta por trabalhadores rurais que podem imigrar do campo para as cidades quando os capitalistas se apoderam da agricultura e expulsam os trabalhadores do campo. Conforme Marx (1985, p. 208), “essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo”, na medida em que essa população migra para as cidades em busca de empregos; e, por fim, a *“estagnada”*, formada por trabalhadores “disponíveis” que possuem um emprego irregular, ou seja, que não encontraram um trabalho fixo, migrando então de um trabalho para o outro.

Marx (1985) ainda destaca que “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo” (p. 208). Nesta esfera o exército industrial de reserva, ou conforme Marx destaca, o “lumpemproletariado”, é formado por trabalhadores aptos para o trabalho e por vagabundos, prostitutas, delinquentes, indigentes, crianças, órfãos, doentes, degradados, maltrapilhos, aleijados, doentes, viúvas, pessoas com idade avançada e todos os inaptos para o trabalho. São estes que de acordo com o autor habitam a esfera do pauperismo. Tal “pauperismo constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1985, p. 209).

Essa esfera do pauperismo é o que efetivamente compõe a pobreza extrema gerada no capitalismo, ao mesmo tempo que se amplia a riqueza. O próprio lumpemproletariado passa por modificações no processo de expansão capitalista, mas muito dessa camada da superpopulação relativa estagnada permanece ainda hoje tanto nos países centrais quanto na periferia do capitalismo. É que o exército industrial de reserva é uma condição necessária para a existência do modo de produção capitalista. Assim,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. [...] A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação não consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. (MARX, 1985, p. 209).

Com o aumento da riqueza pelo capital cresce também o exército industrial de reserva. Porém, com esse aumento numérico e com a modernização dos meios de trabalho, o trabalhador acaba sendo muitas vezes substituído pelos novos meios de produção, a exemplo da maquinaria. De acordo com Marx (1985), os meios de trabalho empregam o trabalhador e não o contrário, pois não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho. Assim, “quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para aumentar a autovalorização do capital (p. 209). À medida que a força de trabalho é explorada, cresce a riqueza do capital, e em consequência, aumenta a precarização e a pobreza da classe trabalhadora.

A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. [...] Portanto, tudo o que importa é tornar a fome permanente entre os que pertencem à classe trabalhadora. (MARX, 1985, p. 210).

Entende-se, pois, que no capitalismo a pobreza da classe trabalhadora é uma condição necessária à acumulação da riqueza pela classe detentora dos meios de produção. Desse modo, a classe trabalhadora “ao produzir um “aumento embriagador de riqueza e poder” para a classe proprietária, continua sendo, em termos relativos, igualmente pobre. Se os extremos da pobreza não diminuíram, eles aumentaram, pois aumentaram os extremos da riqueza (Idem, 1985, p. 215). Assim, no capitalismo a constante produção de riqueza gera necessariamente produção de pobreza, pois ambas fazem parte da essência desse modo de produção. A pobreza é pois, um produto necessário ao sistema capitalista.

A esfera do pauperismo habitada pelo “lumpemproletariado” é caracterizada pela pobreza absoluta²⁴, ou seja, pobreza que é resultado da expansão e acumulação capitalista, em que o trabalhador não consegue comprador para a sua força de trabalho e conseqüentemente fica impossibilitado de se autossustentar. É um trabalhador desempregado que passa por um processo de pauperização, pois não consegue por seus próprios meios adquirir os bens essenciais à sua reprodução. Conforme Netto & Braz (2010, p. 135):

A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.

A pauperização relativa refere-se à riqueza (mais-valia) que é produzida pelo trabalhador e dividida de modo desigual, pois a maior parcela desta riqueza é apropriada pelo capitalista, ao passo que a parte destinada ao trabalhador – por meio do salário – é numericamente inferior à apropriada pelo capital. Assim, tanto a pobreza absoluta como a relativa são fundamentais para a existência do capitalismo; ela é, portanto, uma condição ineliminável para a existência deste.

Marx assevera que a criação de um exército industrial de reserva independe do crescimento populacional, pois a produção capitalista não está à mercê dessa barreira natural. Assim, a formação do exército industrial de reserva se constituiu à medida que ocorreu a constante liberação de trabalhadores pela indústria e não devido ao crescimento da classe operária – ou seja, o desemprego é sua base. Outra função dele, como mencionamos

²⁴ “Considerados os países capitalistas mais desenvolvidos, registrou-se, historicamente, uma maior ocorrência da pauperização absoluta no desenvolvimento do capitalismo até finais do século XIX; desde então e até a oitava década do século XX, o que neles se constatou foi sobretudo a pauperização relativa. Mas daí não se pode concluir que a pauperização absoluta tenha sido suprimida – pode-se apenas assinalar que, em certas conjunturas históricas, é possível limitar e, mesmo, reverter a sua incidência.” (NETTO & BRAZ, 2010, p. 135-36).

anteriormente, é regular os salários, no momento em que os proletários empregados são forçados a aceitar salários mais baixos em virtude da pressão que o exército industrial de reserva exerce sobre eles. Com isso, os trabalhadores empregados são forçados ao sobretrabalho, sob pena de perderem o emprego. O exército industrial de reserva é, portanto, “o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão de obra se movimenta” (MARX, 1985, p. 205). Assim,

O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital. (MARX, 1985, p. 206).

Quando a lei da demanda e da oferta de trabalho é desvendada pelos trabalhadores e eles reconhecem que o grau de intensidade da concorrência depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa, ou seja, dos próprios trabalhadores, e também que quanto mais trabalham, mais produzem riqueza alheia, procuram então se organizar. Entretanto, o capitalista tratou de criar mecanismos que contivessem tais revoltas. Nas palavras de Marx (1985, p. 206),

[...] assim que, nas colônias, por exemplo, circunstâncias adversas perturbem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, inclusive seu Sancho Pança dos lugares-comuns, rebela-se contra a “sagrada” lei da demanda e oferta e trata de promover aquela criação por meios coercitivos.

Desse modo, foram criados mecanismos coercitivos, como o Estado e as leis capitalistas, que visam única e exclusivamente à reprodução contínua do capital através da redução dos conflitos. De acordo com a análise de Pimentel (2012) evidenciaram-se, nesse momento, as raízes da “questão social”, tanto no aspecto da “natureza econômica da produção” quanto nas primeiras manifestações dos trabalhadores politicamente organizados. A problemática da “questão social” foi marcada por duas dimensões indissociáveis: o pauperismo como um resultado da base econômico-material que se tornou objeto de assistência e a dimensão política, representada pelas formas de resistência dos trabalhadores que requerem mecanismos de contenção de conflitos.

No capitalismo, quanto mais se produz riqueza, mais se aumenta a pobreza de uma parcela da população, pois apesar do autodesenvolvimento das forças produtivas, a riqueza produzida não é repartida igualmente por todos, ao contrário, fica concentrada em poucas mãos. Na sociedade regida pelo capital, a desigualdade social reforça a concentração de

riquezas em poucas mãos, o que faz da pobreza um elemento essencial para a reprodução do capital. “Assim, pobreza não é um aspecto residual, transitório do capitalismo; é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza, por outro; jamais eliminaria nem um nem outro” (SIQUEIRA, 2013, p. 164).

Em síntese, para que o pleno desenvolvimento da produção capitalista se efetivasse de modo sempre crescente foi necessária a existência de uma classe trabalhadora “livre”. Esta, porém, também se multiplicou de modo ascendente, não encontrando compradores para a sua força de trabalho. Devido às leis que regem o sistema capitalista, essa classe foi paulatinamente excluída do processo produtivo, formando um enorme contingente de desempregados, a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Assim, “quanto maior a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista*” (MARX, 1985, p. 209).

Destacados os aspectos que evidenciaram a acumulação do capital na lei geral da acumulação capitalista, passaremos agora à análise da pobreza e da sua relação com a “questão social”.

3.3 Desigualdade social e geração da pobreza: a pobreza como expressão da questão social

Relembremos que durante a Idade Média, entre os séculos V e XV, a pobreza, de acordo com Mollat (1989), existia devido à carência, perpassando pela forma aguda durante a escassez endêmica do século VII ao IX, em pleno período feudal²⁵. Ainda segundo Mollat (1989, p. 1),

²⁵ As “epidemias de fome” foram uma constante ao longo da história humana. Nos regimes pré-capitalistas, eram “crises de escassez” devidas a catástrofes naturais (estiagens, alagamentos, incêndios, etc.) ou humanas (guerras e deslocamentos populacionais). Elas poderiam indicar uma sobre-população em relação aos recursos produtivos existentes, ou o declínio histórico de uma formação econômico-social. No regime capitalista, um novo tipo de crise se fez presente, as “crises de abundância”, ou seja, a miséria (e sua decorrência, a fome) devida à sobre-produção de mercadorias. O setor agrícola foi, segundo Karl Kautsky, em trabalho clássico, o primeiro setor da economia capitalista a conhecer uma crise crônica de sobre-produção (COGGIOLA, 2010, p.03)

[...] a pobreza foi permanente ao longo da Idade Média. Jamais se pensou em suprimi-la, desde as sequelas do pauperismo antigo e da regressão econômica dos tempos bárbaros, até o momento em que os contemporâneos da Renascença e da Reforma desenvolveram um sentimento de vergonha diante de um estado indigno do homem. Assim como a caridade era exortada a jamais perecer, de acordo com o apóstolo Paulo, admitia-se, ouvindo Cristo, que sempre haveria pobres.

Vê-se assim que até antes da Idade Média a pobreza²⁶ era tratada como algo normal, que não precisava ser suprimida, sendo “combatida” através da caridade privada. Para a Igreja era plenamente aceitável a existência de ricos e pobres, devendo aqueles que detêm melhor condição de vida “sustentar” aqueles impossibilitados de se proverem por sua própria conta. Assim, no início, a Igreja os trata como os “pobres de Cristo”, que são os incapazes de garantir a própria subsistência. Mollat (1989) menciona outra forma de pobreza que muito tempo depois veio à tona: “a pobreza laboriosa”:

Muito tempo se passaria antes que a insuficiência dos ganhos agrícolas, a insuficiência do salário ou a privação involuntária de trabalho fossem reconhecidas como uma outra espécie de pobreza: a pobreza laboriosa. Esses são os “verdadeiros pobres”, cuidadosamente dissociados dos indigentes – termo que encobre todos os parasitas, marginais, vagabundos e refratários ao trabalho. (MOLLAT, 1989, p. 321).

A pobreza laboriosa diz respeito, portanto, ao homem cujo trabalho não é suficiente para garantir seu próprio sustento e o de sua família. A pobreza é tratada como algo que deve ser combatida. Assim, “da ideia de pobreza como aflição individual, se passou, à da pobreza parasitária, delituosa e ameaçadora – objeto, portanto, de vigilância e eventualmente de repressão” (MOLLAT, 1989, p. 1). Os pobres eram reprimidos tão somente por serem pobres, ou seja, por não possuírem as condições necessárias para o seu sustento. Com o fim do feudalismo e a consolidação do capitalismo, a pobreza cresce na mesma proporção em que se amplia o desenvolvimento das forças produtivas.

Sendo assim, a produção capitalista progrediu e o capitalismo chegou ao século XIX com a sua produção em ritmo sempre crescente, através da grande indústria, o que consolidou a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital. A classe trabalhadora foi submetida cada vez mais às leis desse modo de produção com a introdução massiva da maquinaria durante a primeira grande Revolução Industrial, que se estendeu até meados do século XIX. Foi a partir desse fato histórico, e principalmente na fase do período monopolista, que o capitalismo viveu sua fase madura e consolidada, pois o desenvolvimento

²⁶ “A expressão “pobreza”, originalmente latina e comum ao Ocidente, diversificou-se nas línguas vulgares a partir do século XIII e principalmente do século XIV; desse modo refletiram-se nos espíritos e nos discursos dos homens a proliferação da miséria, sua agravação qualitativa e a consciência de seus efeitos. (MOLLAT, 1989, p. 1-2).

das forças produtivas atingiu um patamar tão alto que era inatingível em sociedades pré-capitalistas. Como assinalam Marx e Engels (2008 p. 10-11):

[...] o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários, os chefes de exército industriais inteiros, os burgueses modernos. A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão da indústria. E na mesma medida em que indústria, comércio, navegação e estrada de ferro se expandiam, desenvolvia-se a burguesia, os capitais se multiplicavam.

Nesse contexto, o capitalismo criou instrumentos que revolucionaram a sociedade, tais como a máquina a vapor²⁷, a navegação a vapor, as estradas de ferro, a força hidráulica etc. Com a Revolução Industrial ocorreu também o desenvolvimento da agricultura, dos transportes e dos mercados, favorecendo o crescimento das cidades e da população. Devido à introdução maciça da maquinaria o proletariado sofreu com a crescente intensificação de sua exploração. A maquinaria e o sistema fabril acentuaram a pauperização da classe trabalhadora, pois ora esta encontrava vendedor para a sua força de trabalho, ora era repelida das fábricas devido à introdução cada vez mais crescente da maquinaria. Tal fato proporcionou o aumento numérico de pobres.

A Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que acentuou a pauperização da classe trabalhadora, também proporcionou a possibilidade de “acabar” com a pobreza então vigente. Pois, com a Revolução Industrial ocorreu o crescimento da abundância e a possibilidade de que pela primeira vez na história, a riqueza produzida alcançasse um patamar tão alto que se fosse repartida igualmente por todos não haveria pobreza. Porém, isso jamais ocorreria no modo de produção capitalista, visto que a desigualdade social é fator fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Como assinala Huberman (1985), nesse período de grande prosperidade,

Mais de um milhão de seres humanos estão realmente morrendo de fome, e esse número aumenta constantemente... É uma nova era na história que um comércio ativo e próspero seja índice não de melhoramento da situação das classes trabalhadoras, mas sim de sua pobreza e *degradação*. (HUBERMAN, 1985, p.188).

Nesse período, apesar do alto desenvolvimento das forças produtivas, a classe trabalhadora foi alvo de profunda exploração, pois na mesma medida em que aumenta a

²⁷ Antes da máquina a vapor existiram outras máquinas que modificaram a situação dos trabalhadores, conforme Engels (2010, p. 48): “A primeira invenção que transformou profundamente a situação dos trabalhadores ingleses foi a *jenny*, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves [...] Essa máquina foi o antepassado rudimentar da *mule*, inventada mais tarde; funcionava manualmente, mas, ao invés de um só fuso, como na roda comum de fiar à mão, tinha dezesseis ou dezoito, acionados por um só operário”.

riqueza da classe detentora dos meios de produção, também crescia em larga escala a pobreza da classe explorada. A pobreza que ora assola a sociedade não é resultante da escassez ou do baixo desenvolvimento das forças produtivas, mas ao contrário, é em meio ao alto desenvolvimento do capitalismo que a pobreza se evidencia como resultante da necessidade de exploração e extração de mais-valia da classe trabalhadora. Além disso, as condições de vida e de moradia da classe trabalhadora eram as piores possíveis. Como observou Engels (2010), os proletários residiam em habitações pequenas e insalubres denominadas de *cottages*. Estas moradias eram impróprias para seres humanos.

Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro, e como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa. [...] Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição [...] e muitas vezes esses miseráveis refúgios do pior pauperismo se encontram próximos dos suntuosos palácios dos ricos. (ENGELS, 2010, p. 70-1).

Somem-se a isso a proliferação de doenças e as crescentes jornadas de trabalho, que duravam em média 16 horas por dia. A essas condições estavam submetidos tanto homens como mulheres e crianças; estas últimas eram mão de obra mais barata, o que proporcionava mais lucros para os capitalistas. Os locais de trabalho eram inadequados, com ambientes fechados, insalubres e mal iluminados. Não havia segurança no trabalho, o que causava constantes acidentes que resultavam muitas vezes em mutilações. Vê-se assim que durante a fase próspera do capitalismo, a pobreza permanecia concentrada na vida daqueles que precisavam trabalhar para manter as condições mínimas de sobrevivência, enquanto os capitalistas enriqueciam com a exploração maciça da classe trabalhadora.

Marx (1985), em *O Capital*, aborda no Capítulo VIII a questão da jornada de trabalho e os primeiros movimentos revolucionários do proletariado para a redução de tal jornada. E enfatiza que o capital em sua busca voraz por extrair mais trabalho da classe proletária derruba todos os limites físicos e morais da jornada de trabalho. Dessa forma, o capital extrai o máximo da força de trabalho do operário com o intuito de promover a autovalorização do capital.

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida (MARX, 1985, p. 212).

Vê-se que ao capitalista não interessa o quanto a força de trabalho esteja esgotada ou até quando durará sua existência, mas apenas o quanto tal força consegue produzir mais-valia em uma dada jornada de trabalho. Assim, à medida que tal força de trabalho tem seu período de vida encurtado passa a ser substituído pelo chamado Exército Industrial de Reserva ao qual estudamos no início deste capítulo.

Os movimentos revolucionários em torno da melhoria da jornada de trabalho bem como da melhoria das condições de vida dos trabalhadores é resultado de uma luta travada entre capitalistas e trabalhadores que já se perdura por séculos. Marx (1985) abordou uma diferença entre as a legislação fabril inglesa do séc. XIX com os estatutos ingleses do trabalho entre os séculos XIV e XVIII. Tal diferença consiste em que o primeiro reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, enquanto o segundo procura prolongá-la.

Marx (1985) caracterizou a fábrica capitalista erguida após 1770 como “casa de terror” ou como “casa de trabalho”. Nestas os trabalhadores (mulheres, homens e crianças) desenvolviam suas atividades com amplas jornadas de trabalho. Porém, a partir do último terço do séc. XVIII com o nascimento da grande indústria ocorreram na Inglaterra às primeiras formas de resistência dos trabalhadores ante aos mecanismos de exploração capitalista. De acordo com tal autor, “O Parlamento promulgou, de 1802 até 1833, 5 leis sobre o trabalho, mas foi tão astuto que não votou um tostão sequer para a sua aplicação compulsória [...] Essas leis permaneceram letra morta” (Idem, 1985 p.220). Em 1883 foi criada a Lei Fabril que consolidou uma moderna jornada de trabalho para as indústrias de algodão, linho e seda.

A lei de 1883 declara que a jornada normal de trabalho fabril deveria começar às 5 ½ horas da manhã e terminar às 8 ½ horas da noite, e dentro desses limites, um período de 15 horas, é legal utilizar adolescentes (isto é, pessoas entre 13 e 18 anos) qualquer hora do dia, pressupondo-se sempre que um mesmo adolescente não trabalhe mais que 12 horas num mesmo dia, com exceção para certos casos especialmente previstos (MARX, 1985, p.221).

Além disso, de acordo com essa lei, a utilização de crianças menores do que 9 anos foi proibida em alguns casos nas fábricas, já o trabalho das crianças entre 9 e 13 anos foi limitado e o trabalho noturno foi proibido para toda pessoa entre 09 e 18 anos. Porém, os capitalistas descontentes com essa lei elaboraram outro mecanismo de exploração de crianças,

denominados de “sistemas de turnos”. Nestes as crianças teriam que trabalhar em turnos para suprir a redução da carga horária de trabalho após a aprovação da lei fabril de 1833. Durante o período de vigência dessa lei a jornada de trabalho das crianças durava cerca de 08hs ou 12hs a depender da idade das mesmas.

Já em 1844 entrou em vigor, de acordo com Marx (1985), outra lei fabril que “protegia” outra categoria de trabalhadores, a saber, as mulheres maiores de 18 anos. “Elas foram em todos os sentidos equiparadas aos adolescentes, com tempo de trabalho reduzido a 12 horas, sendo-lhes vedado o trabalho noturno etc.” (Idem, 1985, p.223). Além disso, o trabalho das crianças foi reduzido até no máximo 7hs diárias. Assim, durante o período de 1844/47 todos os ramos industriais implementaram o regime de trabalho de até no máximo 12hs para os adultos. No entanto, os fabricantes não permitiram esse progresso da lei sem um retrocesso. Sob forte pressão a Câmara dos Comuns reduziu o começo da exploração nas fábricas à idade das crianças de 09 para 08 anos além de rebaixamento salarial em 10%.

De acordo com Marx (1985) em 1848 outra lei fabril também entrou em vigor e estabeleceu a jornada de trabalho diária para 10hs. Entretanto os capitalistas tentaram de todas as formas burlarem essa lei de forma que os trabalhadores foram divididos em categorias e submetidos a diversos trabalhos com repetições intensas e intervalos variados até se cumprir às 10hs diárias. Dessa forma, os trabalhadores ficavam nas fábricas além das 10hs, como enfatizou Marx (1985, p. 230).

As horas de repouso transformaram-se assim em horas de ociosidade forçada, que impeliam os jovens trabalhadores a taverna e as jovens trabalhadoras ao bordel. Com cada nova ideia urdida diariamente pelo capitalista, para manter sua maquinaria em andamento por 12 ou 15 horas sem aumento do pessoal, o trabalhador tinha de engolir sua refeição ora em um ora em outro fragmento de tempo não utilizado. Ao tempo da agitação pelas 10hs, os fabricantes gritavam que a corja de trabalhadores fazia petições na esperança de receber um salário de 12 horas por 10 horas de trabalho. Agora eles invertem a medalha. Pagavam salário de 10 horas por uma disposição de 12 até 15 horas sobre as forças de trabalho.

Nesse sentido, após essas revoltas do capital contra as legislações fabris, uma das cortes mais altas da Inglaterra (*Court of Exchequer*) decidiu revogar a lei de 1844 (lei das 10hs), alegando que a mesma continha erros que a tornavam sem sentido. Dessa forma, conforme Marx (1985), a essa aparente vitória do capital veio atrelada a uma reviravolta dos trabalhadores que pouco a pouco foram se organizando e protestando contra os abusos dos fabricantes. Sendo assim,

Sob essas circunstâncias chegou-se a um compromisso entre fabricantes e trabalhadores, que foi consagrado pelo Parlamento na nova Lei Fabril adicional de 5 de agosto de 1850. Para “pessoas jovens e mulheres” a jornada de trabalho foi elevada de 10 para 10 ½ nos cinco primeiros dias da semana e aos sábados foi limitada a 7 ½ horas. O trabalho deve ser realizado no período das 6 da manhã até as 6 da tarde, com 1 ½ hora de intervalo para as refeições, a ser fixado ao mesmo tempo e de acordo com as determinações de 1844 etc. Com isso pôs-se de uma vez e para sempre fim definitivo ao sistema de turnos. Para o trabalho das crianças permaneceu em vigor a lei de 1844 (MARX, 1985, p. 231).

Vê-se que apesar das inúmeras tentativas do capital em conter ou burlar as leis fabris despertou no operariado a necessidade de este lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Assim, com o crescimento do operariado, a sua concentração nos centros urbanos, a pobreza que se acentuava e as constantes revoltas por melhores condições de vida e de trabalho fizeram com que a classe operária aos poucos aprendesse a se organizar, dando origem aos primeiros movimentos e associações de operários. Surge, ainda na primeira década do século XIX, o movimento luddista²⁸, cuja luta estava centrada na destruição das máquinas pelos operários. Estes acreditavam que a máquina era a responsável pela sua condição de pobreza, pois, segundo os trabalhadores, foi

[...] a máquina que roubou o trabalho dos homens e reduziu o preço das mercadorias. A máquina – eis o inimigo. Quando os homens desesperados chegavam a essa conclusão, o passo seguinte era inevitável. Destruir as máquinas [...] todas as máquinas que pareciam a certos trabalhadores em certos lugares terem provocado a miséria e a fome – foram destruídas, esmagadas e queimadas. (HUBERMAN, 1985, p. 198).

Nesse período o proletariado ainda não possuía uma consciência de classe “para si”, pois ainda não percebia que a destruição das máquinas não acabava com o seu verdadeiro criador – o capitalismo sob o domínio do sistema do capital. A máquina, portanto, não era a causa de seus males, mas as relações sociais criadas sob esse sistema que destituiu de vez os operários de seus meios de produção.

À medida que se intensificava as explorações do capital sobre o trabalho foram se desenvolvendo outras formas de organização e fortalecimento das lutas operárias, como os

²⁸ Luddismo ou Movimento Luddista é o nome dado a um movimento ocorrido na Inglaterra entre os anos de 1811 e 1812, que reuniu alguns trabalhadores das indústrias contrários aos avanços tecnológicos em curso, proporcionadas pelo advento da primeira revolução industrial. Os luddistas protestavam contra a substituição da mão-de-obra humana por máquinas. O luddismo pode ser considerado o primeiro movimento operário de reivindicação de melhorias nas relações e condições de trabalho. Tanto o Luddismo quanto o Cartismo foram movimentos que colocaram em destaque a questão do trabalho e as suas condições. O nome do movimento deriva do nome de um suposto trabalhador, Ned Ludd, que teria quebrado as máquinas de seu patrão. Mesmo sem qualquer comprovação, a história serviu de inspiração para vários operários que viam nas máquinas a razão de sua condição de miséria. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/ludismo/>> Acesso: 10 nov.2014.

sindicatos, as greves etc. Desse modo, surgiu entre 1839-1847 o cartismo²⁹, movimento que lutava pela democracia, em favor da “Carta do Povo”, buscando o direito ao voto, além da diminuição da jornada de trabalho. Foi o primeiro movimento nacional dos operários e mostrou que a miséria da classe operária era resultante não do desenvolvimento das máquinas, mas da própria dinâmica capitalista. Sendo assim, os primeiros passos do movimento industrial foram marcados pela revolta dos operários contra a burguesia. Tal revolta perpassou pelo desenvolvimento da grande indústria e atravessou inúmeras fases.

Durante a primeira onda industrializante no século XVIII, na Inglaterra, o fenômeno do pauperismo ganhou força. Netto (2007) afirma que o pauperismo passou a ser designado pela expressão “questão social”. De acordo com Netto (2010), a expressão “questão social” tem história recente – cerca de duzentos anos. Tal expressão começou a ser utilizada na terceira década do século XIX por críticos da sociedade e filantropos. Surgiu para dar conta do pauperismo que assolava a Europa ocidental, que sofria com os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no século XVIII marcado por uma pobreza absoluta da classe trabalhadora. Tratava-se de um fenômeno novo, pois a pauperização massiva da população trabalhadora não conhecia registros nas sociedades anteriores ao capitalismo. A pobreza decorrente do modo de reprodução do capitalismo é um fenômeno característico desse sistema, já que para se reproduzir o capitalismo deve manter a desigualdade social.

²⁹ O cartismo nasceu do partido *democrático*, partido que nos anos oitenta do século passado desenvolveu-se com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado. Reforçando-se durante a Revolução Francesa, quando a paz foi restabelecida apresentou-se como partido *radical*, deslocando seus centros de Londres para Birmingham e Manchester. [...] *O cartismo* é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas associações e nas greves, a oposição mantinha-se insulada, eram operários ou grupos de operários isolados a combater burgueses isolados; nos poucos casos em que a luta se generalizava, na base dessa generalização estava o cartismo – neste, é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político, a muralha legal com que ela se protege. [...] A proposta do proletariado é a *Carta do Povo* (*People's Charter*), cuja forma possui um caráter exclusivamente político e exige uma base democrática para a Câmara Alta”. [...] Em 1838, uma comissão da Associação Geral dos Operários de Londres (*London Working Men's Association*), liderada por Wiliam Lovett, elaborou a *Carta do Povo*, cujos “seis pontos” são: 1) sufrágio universal para todos os homens maiores, mentalmente sadios e não condenados por crime; 2) renovação anual do Parlamento; 3) remuneração para os parlamentares, para que indivíduos sem recursos possam exercer mandatos; 4) eleições por voto secreto, para evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia; 5) colégios eleitorais iguais, para garantir representações equitativas e 6) supressão da exigência (já agora apenas formal) da posse de propriedades fundiárias no valor de trezentas libras como condição a elegibilidade – isto é, qualquer eleitor pode tornar-se elegível (ENGELS, 2010, p. 262).

Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. [...] Se nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – *o pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. (NETTO, 2007, p. 153-54. grifos do autor).

A expressão “questão social” passou assim a ser empregada maciçamente pelo pensamento conservador, com a separação entre as questões puramente sociais e as questões econômicas. Com isso o social passou a ser entendido como algo que está desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, ou seja, algo que não tem ligação com os conflitos sociais, sendo os pobres vítimas do destino. “Assim, se o problema social (a “questão social”) não tem fundamento estrutural, sua solução também não passaria pela transformação do sistema” (MONTAÑO, 2012, p. 271). No entanto, os pauperizados não se conformaram com essa situação, o que provocou desde o início do século XIX confrontos entre o proletariado e a burguesia, a exemplo do movimento luddista. “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”” (NETTO, 2007, p. 154). Destituída das dimensões econômico-estruturais do pauperismo e da dimensão política de luta contra ele, a “questão social” adquire caráter neutro, com causas naturais ou meramente culturais.

Na segunda metade do século XIX, a expressão “questão social”, de acordo com Netto (2007), deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais e passa a ser difundida no âmbito do pensamento conservador. Os acontecimentos de 1830-1848 evidenciaram a perda do caráter crítico-revolucionário da classe burguesa perante as lutas do proletariado. Nesse contexto, como forma de manter e defender a ordem burguesa, a “questão social”, a pobreza, a miséria e todas as suas expressões passam a serem *naturalizadas*. São tratadas como fenômenos isolados, naturais, que são produzidos pelos próprios sujeitos, e não como resultado da exploração econômica dessa ordem social. São tidos, portanto, como um problema moral dos indivíduos; trata-se de “resolver” a “questão social”, a pobreza e a miséria sem tocar nos fundamentos da ordem burguesa. As causas da pobreza e da miséria, de acordo com o pensamento conservador, estariam vinculadas a três fatores:

Primeiramente a pobreza no pensamento burguês estaria vinculada a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é vista como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mau gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.) (MONTAÑO, 2012, p. 272).

Essa concepção de pobreza é típica da Europa dos séculos XVI a XIX e seu enfrentamento se dá pela via de ações filantrópicas e através de ações de cunho moralizador e comportamental. Nesse contexto, surgem as organizações de caridade e filantropia, assim como os “abrigos” para os pobres. Na Inglaterra, de acordo com Marx (2010, p. 51), “a legislação sobre a pobreza data da lei contida no Ato 43 do governo de Elisabeth” ou Isabel I (1533-1603). Denominada de *Poor Law* ou “Lei dos Pobres”, surgiu em 1601 e era formulada com base em quatro princípios: “a) a obrigação do socorro aos necessitados; b) a assistência pelo trabalho; c) o imposto cobrado para o socorro aos pobres; e d) a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho” (ENGELS, 2010, p. 61). Durante a vigência dessa lei, a Inglaterra tratou o pauperismo através da caridade pelo caminho burocrático. Além disso, tal lei transferia uma ajuda às famílias mais necessitadas que era proporcional ao número de filhos.

O dinheiro vinha de uma taxa paga pelos contribuintes cujas posses ultrapassassem um determinado valor. Em 1795, uma legislação de proteção ao trabalhador agrícola foi estabelecida no Sul da Inglaterra. O Speenhamland System foi introduzido primeiramente na vila de Speen por juízes locais, ao perceberem que “o estado atual dos pobres necessita de mais assistência do que a lei geralmente tem dado a eles”. Tal estado se devia a uma série de más colheitas que reduziram a oferta de trigo, com o conseqüente aumento do preço do pão, ao aumento da população e às guerras napoleônicas, que impediam a importação de trigo da Europa. A “lei dos pobres” suplementava os salários então pagos, proporcionalmente ao preço do trigo e ao número de filhos da família. O dinheiro para o pagamento do subsídio vinha da “taxa dos pobres”, paga pelos contribuintes “de posses” (COGGIOLA, 2010, p.03).

Com essa “distribuição de renda” o Estado Inglês, de acordo com Coggiola (2010), pretendia evitar que a população faminta se revoltasse, principalmente porque naquele período ainda era temido em toda a Europa a Revolução Francesa (1789-1793)³⁰. Além disso,

³⁰“A Revolução Francesa marcou o fim do *Ancien Regime*, foi um movimento social e político que ocorreu na França tendo como marco 1789 e derrubou o Antigo Regime, abrindo o caminho para uma sociedade moderna com a criação do Estado democrático. Além disso, acabou influenciando diversos lugares no mundo, com os seus ideais de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” (Liberté, Egalité, Fraternité). O período em que ocorreu a revolução era bastante conturbado para o país. Regido por um regime absolutista, os franceses se viam obrigados a pagarem impostos extremamente caros, para sustentar os luxos da nobreza. Sob influência dos Iluministas no terceiro estado se levantou contra a opressão do absolutismo”. Disponível em: < <http://revolucao-francesa.info/> .> Acesso em: 15 nov.2014.

Para os proprietários de terras, por sua vez, o sistema era vantajoso, pois transferia a todos os contribuintes os gastos com os trabalhadores na entressafra, quando o salário era cortado e os trabalhadores eram mantidos com a suplementação garantida pela lei dos pobres. Esta dupla vantagem fez com que o sistema se ampliasse a todo o Sul da Inglaterra, pouco industrializado. Assim, o auxílio aos pobres representava mais um “subsídio da sociedade” aos grandes proprietários, que reduziam seus gastos com salários, do que uma transferência de renda do Estado aos trabalhadores do campo (COGGIOLA, 2010, p. 03).

Porém, de acordo com Coggiola (2010), em 1834 os altos custos com a *Speenhamland System de 1795*, levaram a proibição da suplementação salarial da renda dos pobres por uma Comissão Real. Esta atribuía a “transferência de renda” a principal causadora do mau sistema, pois os “efeitos maléficis eram tão convincentemente expostos pelos comissários de 1834 que “nenhuma doutrina econômica ganhou tanta vigência quanto que a assistência pública era um presente de auxílio aos salários e tendia a reduzi-los”” (Idem, 2010, p. 04).

Em 1834 essa lei assim como a primeira “lei dos pobres” foi reformulada por meio da chamada *New Poor Law* ou Nova Lei dos Pobres, que instituiu de fato um *Poor Law Amendment Act* ou Ato de Alteração da Lei dos Pobres. Esta foi adequada às exigências burguesas, instituindo uma forte repressão sobre os pobres considerados aptos para o trabalho.

No lugar do antigo sistema, a *Poor Law Amendment Act* passou a vigorar, prevendo a construção de workhouses – casas de trabalho – para onde os desempregados eram levados e obrigados a trabalhar, às vezes até por 14 horas diárias. A nova lei levou a uma rápida redução dos custos assistenciais na maioria das áreas. A abolição do *Speenhamland System*, com a criação de um mercado de força de trabalho totalmente “livre”, foi considerada, por Karl Polanyi, a vitória definitiva do capital industrial sobre a aristocracia fundiária, garantindo a vitória do capitalismo na Inglaterra (COGGIOLA, 2010, p. 04).

Nesse contexto de significativas lutas da classe trabalhadora, o Parlamento inglês, segundo Marx (2010), começa a entender a própria Lei dos Pobres como a principal causa do pauperismo inglês. De acordo com Malthus, o pauperismo seria uma eterna “lei da natureza”:

Uma vez que a população tende a superar incessantemente os meios de subsistência, a assistência é uma loucura, um estímulo público à miséria. Por isso o Estado nada mais pode fazer do que abandonar a miséria ao seu destino e, no máximo, tornar mais fácil a morte dos pobres. (MALTHUS apud MARX, 2010, p. 53).

Nesse ponto de vista, as ações filantrópicas estariam estimulando e reforçando a pobreza, a ociosidade e o conformismo. O Parlamento inglês passa a culpabilizar os pobres pela sua condição de pauperização e miséria. Desse modo, “não se deve prevenir a pobreza como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito” (MARX, 2010, p. 53). Com isso, a pobreza não é mais tratada com ações filantrópicas e assistenciais, mas como uma questão criminal e delitativa dos pobres. Estes passam a ser vistos como marginais que

ameaçam a ordem social, devendo não mais ser alvo da beneficência, mas da reclusão e da repressão.

Surgiu assim, conforme Marx (2010), o “regime das *workhouses*³¹” ou “casas dos pobres” ou “casas de trabalho”, “cuja organização interna desencoraja os miseráveis de buscar nelas a fuga contra a morte pela fome” (Idem, 2010, p. 53). Nas *workhouses* os pobres eram submetidos a um regime prisional, realizavam trabalhos improdutivos e monótonos. Os trabalhadores que foram submetidos a essas “casas de trabalho” lutavam pela sua destruição, o que desencadeou na Inglaterra várias revoltas populares a exemplo do movimento cartista ao qual estudamos no início desse item. Nas *Workhouses*, de acordo com a análise que Coggiola (2010) faz de Marx no capítulo XXIII de *O Capital* na chamada “Lei geral da acumulação capitalista”, vê-se que,

É notório que na Inglaterra, onde o domínio da burguesia é o mais extenso, até a beneficência pública assumiu as formas mais nobres e ternas: as *workhouses* britânicas – hospícios nos quais o excedente da população trabalhadora vegeta às custas da sociedade civil – unem do modo mais refinado a filantropia com a vingança que a burguesia exerce sobre os desgraçados que se veem na necessidade de recorrer a seu magnânimo bolso. Não só se nutre os pobres diabos com os alimentos mais miseráveis, escassos e insuficientes até para a reprodução física, mas também sua atividade fica limitada a uma aparência de trabalho, um trabalho improdutivo que obstrui a mente e encolhe o corpo. (COGGIOLA, 2010, p. 04).

As *Workhouses* e a “nova lei dos pobres” que as instituiu criaram para a burguesia industrial um exercito industrial de reserva que ora é sustentado pelo Estado nas épocas de desemprego, ou seja, quando ficam condenados a viverem nas “casas de trabalho”; ora são empregados quando a atividade industrial e econômica volta ao ciclo de expansão. Nesse período, o pauperismo é visto como resultado do imposto inglês para os pobres e de sua legislação, e não como uma consequência da indústria moderna. Assim, “Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de um excesso de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, desse modo, neles punida” (Marx, 2010, p. 54). Percebe-se que tanto a pobreza como a “questão social” são entendidas como resultantes de problemas dos próprios indivíduos e não como uma questão derivada do sistema capitalista.

De acordo com Netto (2007), os eventos de 1848 afetaram a ordem burguesa e evidenciaram as contradições entre a burguesia x proletariado, trazendo à tona os interesses antagônicos dessas duas classes. A contradição entre capital e trabalho tornou claro que a “questão social” só seria resolvida com a destruição da sociedade capitalista, pois ela está

³¹ “Desde 1697, já existiam na Inglaterra as temidas *workhouses* (casas de trabalho); também em 1834 criou-se a *Royal Commission on the Poor Law* (Comissão Real para a Lei dos Pobres)” (ENGELS, 2010, p. 61).

necessariamente “colada à ordem burguesa”. Desse modo, o proletariado adquiriu uma consciência de classe que possibilitou a este questionar os fundamentos da “questão social”.

Sendo assim, conforme análise de Costa (2011), apreendemos que a “questão social” não pode ser reduzida a um mero conceito, pois a sua existência é oriunda da sociedade do capital.

[...] A “questão social” pode ser configurada a partir de três dimensões articuladas: 1) Os determinantes essenciais da acumulação capitalista e a geração da pobreza; 2) A reação dos trabalhadores através da luta de classes contra a exploração do trabalho; 3) As respostas do Estado mediante a instituição de direitos e políticas sociais, no sentido de conservação da sociedade e na contenção de conflitos entre classes sociais. Os modos diferenciados como esses aspectos se expressaram no desenvolvimento social capitalista é uma decorrência do processo de expansão do capital. (COSTA, 2011, p. 157).

A “questão social”, portanto, possui uma base material (os determinantes essenciais do capitalismo que estão na Lei Geral da Acumulação Capitalista), uma dimensão política (expressa na organização e luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista) e a dimensão da intervenção estatal (funcional ao capital, porquanto atua para legitimá-lo através de mecanismos como a assistência social). Assim, a pobreza associada ao amplo desenvolvimento das forças produtivas e sendo ela uma expressão da “questão social” é, de fato, um fenômeno que evidencia a dinâmica capitalista e seu caráter contraditório.

Neste sentido, a pobreza vigente na sociedade capitalista é permanente mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas e com a contínua produção de riquezas que é capaz de reduzir ou até mesmo acabar com a situação de escassez que existia nas sociedades pré-capitalistas. Nestas, a pobreza era resultante da escassez e da carência que predominava nas sociedades devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas – tanto materiais quanto sociais. A pobreza que surgiu no século XIX era nova porque “ela se reproduzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da moderna barbárie, a barbárie capitalista” (NETTO, 2010, p. 5).

Tal barbárie indica que o objetivo do capitalismo não é acabar com o pauperismo, mas transferir tal problemática para a sociedade, pois o pauperismo – que é decorrente da desigualdade social – é inerente a esse modo de produção. Segundo Netto (2010), a designação deste pauperismo pela expressão “questão social” está relacionada aos seus desdobramentos sociopolíticos. A partir da segunda metade do século XIX a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais e passa a ser utilizada pelo pensamento conservador.

Posta em primeiro lugar, com caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente *naturalizada*, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional. [...] Entre os ideólogos conservadores laicos, as manifestações da “questão social”[...] passam a ser vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), *de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social*, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada [...] No caso do pensamento conservador confessional, reconhece-se a gravitação da “questão social” e se apela para medidas sociopolíticas para diminuir os seus gravames, insistindo-se em que somente a sua exacerbação contraria a “vontade divina”. (NETTO, 2010, p. 5-6).

Em ambos os casos – pensamento conservador laico e confessional –, a “questão social” é naturalizada e convertida em objeto de ação moralizadora, ou seja, pretende-se consolidar uma reforma moral do homem e da sociedade. O enfrentamento das manifestações da “questão social”, a exemplo da pobreza, deve ocorrer através de programas de reforma que preservem a propriedade privada de uma minoria à custa da pobreza da maioria. Como bem analisado por Netto (2010, p.6), o enfrentamento das manifestações da “questão social” deve estar totalmente desvinculado de qualquer medida que problematize a ordem social estabelecida; “trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa”.

No século XIX, mais precisamente durante os eventos que marcaram a revolução de 1848 – segundo Netto (2010) –, a compreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperismo feriu as bases da cultura política que sustentava o movimento dos trabalhadores ao evidenciar o caráter antagônico dos interesses das classes sociais. Ademais, causou a ruptura do ideário propagado pelo utopismo, a exemplo do socialismo de Robert Owen.

Desta dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão “questão social” seria função da subversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado de *classe em si* a *classe para si*. As vanguardas operárias obtiveram, no seu processo de luta, a consciência política de que a “questão social” está *necessariamente* colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela. A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “questão social”, uma tergiversação conservadora e a só empregá-la indicando este traço mistificador. (NETTO, 2010, p. 6-7).

Os eventos de 1848 possibilitaram o entendimento de que a “questão social” está intimamente vinculada à ordem burguesa. Assim, ela não estava vinculada ao que o pensamento conservador propagava: naturalizar a “questão social” ao ponto de combatê-la sem tocar nos fundamentos do capitalismo. O proletariado compreendeu a importância de se tornar uma classe para si, e a consciência de classe que adquire passa a ser fundamental para a união e luta por interesses comuns de classe. Aí reside a dimensão política da “questão social”

expressa na organização e luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Porém, apesar de os trabalhadores terem adquirido consciência política, muito tardaria para que eles adquirissem consciência teórica suficiente para a compreensão da dinâmica da “questão social”.

Conforme Netto (2010), já em 1848 Karl Marx começa a analisar a “questão social” em duas obras que ela havia publicado, “Miséria da Filosofia” e “Manifesto do Partido Comunista”, esta última escrita em colaboração do Friedrich Engels. Porém, foi apenas em 1867, com a publicação do primeiro livro de *O Capital* e com a apreensão do processo de produção capitalista, que a “questão social” pôde ser apreendida em sua totalidade, não devendo ser reduzida tão só ao pauperismo.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar. (NETTO, 2010, p. 7).

Netto, assim como Marx, analisa a “questão social” a partir da exploração, que tem na constituição do capitalismo seu traço fundante, já que o capitalista explora o trabalhador com o intuito de obter mais-valia, ampliando sua riqueza à custa da exploração e da pauperização da classe trabalhadora. A esta resta apenas vender sua força de trabalho em troca de um salário que muitas vezes é insuficiente para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

A exploração, portanto, é determinada pela relação capital/trabalho, que assume características próprias das sociedades de classe. Todavia, entende-se que a exploração “apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência de componentes históricos, políticos e culturais” (Idem, 2010, p. 7). Dessa forma, a “questão social” não se reduz à exploração, embora esta forneça as bases para que aquela se constitua no capitalismo.

Na análise que Costa (2011) e Pimentel (2012) fazem sobre as três dimensões indissociáveis da “questão social”, compreendemos, portanto, que na base material da “questão social” estão os determinantes essenciais do capitalismo (exploração, mais-valia etc.); estes são fatores que geram necessariamente a riqueza e a pobreza. Tais estudos fundamentam-se na análise que Marx faz nos capítulos XXIII e XXIV de *O Capital*, a saber: que a “questão social” fundada no regime explorador do capitalismo se distingue das expressões sociais advindas das situações de escassez típicas das sociedades que antecederam

o capitalismo. Isto é, a “questão social” é distinta da situação de escassez que predominava nas sociedades anteriores ao capitalismo. O que distingue a exploração de hoje da anterior ao capitalismo é que a exploração capitalista pode ser eliminada sem a supressão da riqueza social.

Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário – redução da produção de riquezas (ou seja, a produção de bens e serviços necessários à vida social, a produção de valores de uso). (NETTO, 2010, p. 8).

A produção de riquezas pode ocorrer sem que haja exploração e pobreza, pois as forças produtivas já estão plenamente desenvolvidas; porém isso só será possível numa outra forma de sociabilidade que não tenha em sua raiz a exploração de classes. Enquanto o sistema capitalista, com suas contradições e antagonismos, continuar sendo o modo de produção dominante, a “questão social” e a pobreza continuarão a existir. A pobreza no capitalismo assume, portanto, elementos que a distinguem das sociedades pré-capitalistas: ela tem como base a desigualdade social que faz parte dos fundamentos desse modo de produção.

Feitas tais considerações sobre a relação da pobreza com a “questão social”, enfatizaremos como a pobreza – sendo esta uma expressão da “questão social” – se evidencia na atualidade em meio à barbárie capitalista, que se confirma cada vez mais como uma necessidade de controle e ideologia da classe burguesa.

3.4 Pobreza como expressão da “questão social” e a barbárie na atualidade: aspectos preliminares

Nos capítulos anteriores analisamos o trabalho conforme o apreende Karl Marx. Isto nos permitiu ter uma noção do processo de trabalho e de seus elementos mais relevantes, como também entendê-lo como a base ontológica da vida em sociedade, e que por meio da relação homem/natureza os homens conseguem transformar a matéria natural em algo puramente social. Desta transformação resulta algo novo, o que só foi possível graças à capacidade que o ser humano possui de projetar antecipadamente na consciência o que pretende objetivar na prática. Devido a essa troca orgânica com a natureza, por meio do trabalho, a partir do qual o homem desenvolve novas habilidades e novas capacidades, a

humanidade conseguiu passar por longos processos evolutivos até alcançar o mais elevado desenvolvimento.

Com esta investigação conseguimos apreender como se foram constituindo as sociedades primitivas e as classes sociais. Nas sociedades ditas primitivas, a exemplo do escravismo e do feudalismo, a pobreza era resultado do baixo desenvolvimento das forças produtivas – tanto materiais quanto sociais. Vimos também que quando o trabalho se tornou uma mercadoria que podia ser trocada e comprada livremente, ocorreu outra forma de sociedade – o capitalismo. A exploração da classe trabalhadora e a desigualdade social, com o propósito de ampliar a riqueza, constituíram-se na raiz desse novo modo de produção.

Com o capitalismo, a pobreza que passou a existir não era mais resultante da situação de carência típica das sociedades pré-capitalistas. Esse novo modo de produção tem como base a desigualdade social, e a pobreza como expressão da “questão social” decorre da necessidade cada vez maior do capital de acumular riqueza à custa da exploração maciça da classe trabalhadora. Pois, com a Revolução Industrial, pela primeira vez na história o desenvolvimento das forças produtivas atingiu um patamar de produção tão alto que se a riqueza produzida fosse repartida igualmente por todos os habitantes do mundo inteiro, não mais existiria pobreza. Porém, o que a história nos mostra é totalmente o contrário: mesmo com toda esta capacidade de produzir riqueza, a pobreza persiste, pois o que funda o capitalismo é a desigualdade social. Nessa forma de sociabilidade a pobreza sempre existirá, porquanto reside na natureza da sociedade capitalista a crescente concentração de renda.

Como observamos no início da introdução deste estudo, dados atuais nos mostram os índices de pobreza alarmantes que permanecem na atualidade. Estudos recentes realizados pelo *Credit Suisse (2013) Wealth Report* apontam o mapa da desigualdade social no mundo, identificando que “os 10% mais ricos do planeta detêm atualmente 86% da riqueza mundial. Destes, 0,7% tem posse de 41% da riqueza mundial”. De acordo com o jornal *Opera Mundi* (2013, p. 1), “a riqueza mundial atingiu o recorde de todos os tempos: US\$ 241 trilhões. Se esse número fosse dividido proporcionalmente pela população mundial, a medida da riqueza seria de US\$ 51.600 por pessoa”.

Figura 1 – Pirâmide da riqueza mundial



Fonte: James Davies; Rodrigo Luberas; Anthony Shorrocks. Credit Suisse (Global Wealth), 2013.

Os pesquisadores do *Credit Suisse (2013)* também fizeram um estudo sobre a projeção do aumento do número de milionários ao redor do mundo, e constataram que nos próximos cinco anos países como Polônia e Brasil multiplicarão o número de milionários. Tal fato leva a crer que a pobreza nessa forma de sociabilidade não está associada ao parco desenvolvimento das forças produtivas, nem à escassez de riqueza, mas, sobretudo, à necessidade de expansão do capital concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população. A riqueza continua crescendo à medida que se aumenta a concentração de renda, revelando que a desigualdade social e a pobreza devem se intensificar nos próximos anos.

A pobreza chama a atenção de organismos financeiros internacionais, a exemplo do Banco Mundial – BM, no sentido de promover sua redução através de ações que se destinam à busca do crescimento sustentável e da inclusão social. Tal organismo caracteriza a pobreza a partir do valor em dinheiro que uma determinada pessoa possui para sobreviver diariamente. Como analisado anteriormente, estaria em condição de pobreza uma pessoa que sobrevive com cerca de US\$ 2,5 dólares diários, o que atualmente equivale a R\$ 5,68. Em condição de extrema pobreza estariam as pessoas que vivem com US\$ 1,25 dólar por dia, o que equivale a R\$ 2,84.

De acordo com esses dados do BM, no Brasil os índices de pobreza teriam diminuído substancialmente, de 26,7% da população em 2003 para 12,6% em 2011. Já a extrema pobreza teria diminuído de 11,2% em 2003 para 5,4% em 2011. No entanto, os organismos financeiros analisam a pobreza a partir de: indicadores sociais, estatísticas de renda, dados genéricos, salários, percentuais de dinheiro diário etc. A pobreza, na visão dos organismos

financeiros como o FMI e o BM, estaria associada ao não acesso ou ao acesso precário à renda e a fatores mínimos para uma vida sem privações, como água, alimentação e renda. As propostas de erradicação da pobreza identificam alguns ajustes necessários ao seu combate dentro dos limites estreitos e aceitáveis de desigualdade social no capitalismo, em geral através de ações e propostas de enfrentamento que, embora minimizem as mazelas decorrentes da pauperização absoluta ou relativa, não acabam com ela.

Sem esgotar o rico debate que diversos autores vêm travando sobre a “questão social”, vamos analisá-la no item seguinte a partir da questão central que se coloca na atualidade: se existe ou não uma nova “questão social”.

3.4.1 A “Questão social”, a barbárie capitalista e alguns aspectos do caso brasileiro

Na Europa ocidental – após a crise do *Welfare State* –, segundo Netto (2010), ideólogos socialdemocratas disseram ter descoberto um novo fenômeno. Tal fenômeno diz respeito à “nova pobreza” que teria surgido naqueles países de capitalismo central. A “nova pobreza” ou a “nova questão social”³² indicava que a antiga pobreza, decorrente da “questão social”, havia sido solucionada. Porém, após estudos recentes percebe-se que a “questão social” e a pobreza como uma consequência desta se fazem presentes, pois as raízes desses dois fenômenos, como vimos, são inerentes ao modo de produção capitalista. É que a contínua reprodução desta sociedade depende da manutenção da desigualdade social, ou seja, da constante reprodução de riqueza de uma minoria à custa da pobreza da maioria.

³² Para Castel e Rosanvallon existe uma “nova questão social” na sociedade contemporânea. “Para Castel, com a instauração da crise a partir da década de 70, a “questão social” se metamorfoseou. Anteriormente, o problema do pauperismo do século XIX estava centrado na dinâmica da industrialização. Hoje, deslocou-se o eixo central da questão: a “precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno” (1999, p.526), resultando no desemprego em massa, desestabilização dos estáveis, conduzindo-os à vulnerabilidade das massas, o que caracterizaria uma “nova questão social”. Já Rosanvallon afirma que a crise dos anos 80 fez emergir o crescimento do desemprego e de novas formas de pobreza. Os fenômenos da exclusão não estão mais relacionados às “antigas categorias da exploração” (1988, p.7). Para ele, o surgimento de uma “Nova Questão Social” está vinculado à “desestabilização geral da condição salarial”, ou seja, à fragilização da mão de obra assalariada”. (PIMENTEL, 2012, p. 142). Nesse sentido, comungamos do pensamento de Pimentel (2012) que enfatiza que “a essência do fenômeno da “questão social” na atualidade permanece a mesma, qual seja, o conflito entre capital e trabalho, cujas raízes humano-materiais estão na essência capitalista geradora da desigualdade de classes. Por este motivo, os autores só conseguem apreender as expressões fenomênicas do real, sem buscar sua essência, suas determinações. Eles não vislumbram os nexos causais que compõem o processo de expansão e acumulação do capital na atualidade. Assim, o que Castel e Rosanvallon denominam “nova questão social” se constitui numa velha forma reinventada para enfrentar um velho problema com traços renovados (PIMENTEL, 2012, p. 152, grifos nossos).

Sendo assim, entendemos que a dimensão da intervenção estatal da “questão social” se expressa nas respostas do Estado mediante a instituição de direitos e políticas sociais que visam conter os conflitos sociais e conservar a sociedade regida pelo capital. A intervenção estatal perpassou diversas fases, observamos que desde a fase clássica do imperialismo – que segundo Mandel vai de 1890 a 1940 – o Estado incorporou demandas postas pelas lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, além de instituir as primeiras formas de políticas sociais³³. É importante enfatizar que o capitalismo monopolista data, como ressalta Netto (2007), do final do século XIX, quando o capitalismo sofreu profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, incidindo na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais. É o período conhecido pela transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Trata-se de um fenômeno global, denominado por Lênin de “*o estágio imperialista*”.

Do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos de 1970, o capitalismo monopolista³⁴ atingiu a sua maturidade histórica. Este período foi denominado de “anos dourados”, ou ainda, de as “três décadas gloriosas”. Neste contexto, o sistema econômico apresentou significativos resultados: as taxas de crescimento aumentaram, e as crises cíclicas, embora não tivessem sido eliminadas, foram, sob as ideias keynesianas, diminuídas pela regulação do Estado interventor. Este, também chamado na Europa de *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social³⁵, proporcionou um desenvolvimento econômico nunca visto antes. Como bem destacou Lessa (2013, p.12),

³³ Não se pode indicar com precisão um período específico do surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX (Pierson, 1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945). (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 47).

³⁴ Conforme Netto; Braz (2010, p. 192), [...] o imperialismo sofreu significativas transformações. Na história desse estágio do Modo de Produção Capitalista, podem-se distinguir pelo menos três fases: a *fase “clássica”* que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1940, os “*anos dourados*”; do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta; e o capitalismo *contemporâneo*, de meados dos anos setenta aos dias atuais.

³⁵ O Estado de Bem-Estar é “aparentemente: o Estado que, por inspiração Keynesiana, ampliou-se para abrigar em seu interior as necessidades dos trabalhadores. Diferentemente dos Estados do passado, o Estado de Bem-Estar se caracterizaria por uma nova modalidade, mais humana e mais ética, de intervenção estatal na economia com a utilização em larga escala de políticas públicas voltadas aos mais carentes: o “Estado social”, o “Estado Providência” para outros o Estado desmercadorizador ou ético, etc. [...] O Estado de Bem-Estar, ao fim e ao cabo, não passa de uma falsa categoria para explicar um fato criado pela própria teoria. Afirma-se a existência do Estado de Bem-Estar (um Estado “ampliado” que teria rompido com o pretense Estado “restrito” do passado, que democratizaria a sociedade, distribuiria riqueza e desmercadorizaria à vida cotidiana” para, depois, enfrentar-se o problema do que viria a ser, ao final das contas, este mesmo Estado de Bem-Estar. Como a “lógica” das transformações da relação do Estado com a economia está nesta, e não naquele; com a “autonomia relativa” do Estado para com a sua base material apenas existe no interior da determinação predominante da economia sobre o complexo estatal, buscar no Estado de Bem-Estar sua própria lógica não pode senão conduzir

O período a partir da Segunda Guerra Mundial era interpretado como sendo o de um mais ou menos contínuo e ininterrupto crescimento econômico, com a nova riqueza sendo distribuída de forma cada vez mais equitativa. O mal secular da pobreza, longe de ser um problema endêmico atingindo massas da população, era tido por uma pequena ressaca social; um problema afetando pequenos grupos de pessoas que, por sua incompetência ou fraqueza, não estavam conseguindo compartilhar da nova riqueza.

Percebe-se, portanto a concepção conservadora³⁶ de mundo presente na sociedade típica do pós-guerra, na qual acreditava que a pobreza teria sido superada durante os chamados “anos dourados” do capitalismo. E, que a “nova riqueza” propagada pelo chamado Estado de Bem-Estar Social teria sido distribuída de maneira cada vez mais equitativa entre a população. Porém, à pobreza que ainda existia em alguns grupos sociais era tratada como um problema cada vez menor, um problema individual de pessoas que não conseguiam usufruir da “nova riqueza”. Os conservadores, de acordo com Lessa (2013), acreditavam que alguns ajustes nas políticas sociais seriam suficientes para acabar com a pobreza que ainda se fazia presente.

Conforme análise de Lessa (2013, p. 19 *apud* GALBRAITH, 1958, p. 323), verificou-se que na Inglaterra em 1950 à pobreza não teria sido reduzida ou eliminada, ao contrário, ela crescia com o passar dos anos assim como a desigualdade social.

[...] sabemos que por toda a década de 1950 [na Inglaterra], o número de pessoas na pobreza podia já ser contado em milhões e estava crescendo não diminuindo; que a distribuição da riqueza nacional estava se tornando menos, não mais, equitativa; que a tão alardeada igualdade de oportunidade era em grande medida promessas que não saíram do papel; e mais, que entre 1950 e 1960 a dieta de uma seção substancial da população deteriorou bem abaixo dos níveis médicos recomendados.

Nesse sentido, entendemos que durante a vigência dos chamados “anos dourados” do capitalismo, de fato, não se eliminou nem a “questão social”, nem a pobreza e nem a desigualdade social. O que se tentou nesse período foi superar a pobreza por meio da intervenção Estatal via políticas sociais e via distribuição de renda e riqueza. Os conservadores acreditavam que o Estado,

[...] atuaria na superação das desigualdades pela “demercadorização” e pela distribuição da renda e da riqueza. A “lógica” de um mercado consumidor em expansão é muito rapidamente convertida em uma ilusão; como se consome mais, a sociedade estaria superando suas desigualdades e distribuição de renda. É assim que tem sua origem o que se converterá em um autêntico axioma do “mito” do Estado de Bem-Estar: o da distribuição da renda e da riqueza nos “30 anos dourados” (LESSA, 2013, p. 22-23).

– como tem conduzido – a teorias que substituem a história por variadas “formas de loucura” (LESSA, 2013, p. 175 e 185).

³⁶ Só para citar alguns teóricos conservadores ver as formulações que Lessa (2013) faz sobre Esping-Andersen e Ferran Coll, no livro “Capital e Estado de Bem-Estar Social o caráter de classe das políticas sociais”.

Nesse contexto, a pobreza e a miséria como expressões da “questão social” são vistas “como um problema de distribuição do mercado, como um descompasso na relação oferta/demanda de bens e serviços” (MONTAÑO, 2012, p. 275), devendo o Estado garantir, mediante políticas e serviços sociais, o acesso aos bens e serviços à população. A “questão social” é entendida como um “mal necessário”, produzido pelo desenvolvimento social e econômico. Desse modo, considera-se.

[...] a “pobreza” como um problema de distribuição. Com isso, desloca-se a gênese da “questão social” da esfera econômica, do espaço da produção, da contradição entre capital e trabalho, para a esfera da política, no âmbito da distribuição, como uma questão entre cidadãos carentes e o Estado. (MONTAÑO, 2012, p. 276).

Com efeito, entende-se que apesar de uma aparente melhoria na vida dos trabalhadores durante os “anos dourados” do capitalismo, não se alterou a essência exploradora desse modo de produção, que consiste no acúmulo de riquezas à custa da exploração da classe trabalhadora. Além disso, a aparente melhoria propagada pelo Estado interventor “parecia remeter para o passado a ‘questão social’ e suas manifestações – elas seriam um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com seus problemas de “subdesenvolvimento” (NETTO, 2010, p. 9)”. Na verdade, apesar de essa ampla intervenção estatal via políticas sociais ter conduzido a uma relativa melhoria na vida da classe trabalhadora, não foi capaz de acabar com as manifestações da “questão social”, a exemplo da pobreza relativa que afetava diversos países pelo mundo.

Vale ressaltar ainda que durante a fase clássica do capitalismo monopolista, o padrão dominante que vigorou na indústria capitalista foi o taylorismo/fordismo³⁷. Nesse estágio, estes modelos de organização da produção e do trabalho foram criados com o propósito de manter e consolidar o regime de acumulação capitalista na gestão industrial. Ambos estabeleceram uma organização do processo produtivo que objetivava manter um controle e a disciplina no trabalho, como estratégias para materializar os interesses do capitalismo e assegurar o aumento da produtividade e da lucratividade. Enquanto o taylorismo se vale de formas de controle baseadas mais na coerção do que no consenso, no fordismo a dinâmica da sociedade capitalista impôs um redimensionamento nas formas de controle do capital sobre o

³⁷ O taylorismo/fordismo, “conformam novas culturas do trabalho” que têm, como ponto de partida, as relações estabelecidas no espaço fabril – no processo de trabalho -, onde se impõem determinadas relações de poder, enquanto expressão de um momento de reordenação das forças sociais e políticas na sociedade capitalista. Inscrevem-se, portanto, na história das lutas entre patrões e operários, na necessidade do controle e da disciplina no trabalho, de estabelecer e consolidar a “direção capitalista” na gestão da fábrica e da sociedade (DRUCK, 1999, p. 40).

trabalho, pois a dinâmica capitalista não consegue se reproduzir apenas com o uso da coerção, já que precisa combinar práticas coercitivas com práticas persuasivas.

No final dos anos 1960 o fordismo entra em crise, evidenciada por uma queda na lucratividade corporativa e na produtividade. Nos anos de 1970 iniciou-se a terceira fase do capitalismo monopolista – o capitalismo contemporâneo. Esta fase pôs fim aos “anos dourados” que vigoraram após a Segunda Guerra Mundial e desencadeou um período de crise, provocando mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que são sentidas ainda nos dias atuais.

A ilusão dos “anos dourados” é enterrada em 1974-1975: num processo inédito no pós-guerra, registra-se uma *recessão generalizada*, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas, a que se seguiu outra, em 1980-1982, na qual se constatou que “as taxas de lucro voltam a descer ainda mais” e o “recuo do crescimento é ainda mais nítido que em 1974-1975” (Husson, 1999: 32). A onda longa expansiva é substituída por uma *onda longa recessiva*: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 214).

Assim, após um longo período de acumulação de capitais durante a vigência do modelo de produção fordista e da fase keynesiana, o capitalismo começou a dar indícios de um quadro crítico, cujos sinais mais visíveis, de acordo com Antunes (1999) foram: a) a queda da taxa de lucro, causada pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado no pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 1960, que reduziram os níveis de produtividade do capital e acentuaram a tendência decrescente da taxa média do lucro; b) o esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção, incapaz de responder ao consumo que se acentuava, provocando um desemprego estrutural; c) o aumento da esfera financeira ganhou relativa autonomia em face dos capitais produtivos, tornando-se um campo prioritário para a especulação na nova fase do processo de internacionalização; d) a maior concentração de capitais, graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; e) a crise do *Welfare State* e de seus mecanismos de funcionamento, provocando a crise fiscal do Estado e a necessidade de reprimir os gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e f) o aumento das privatizações, desregulamentações e da flexibilidade do processo produtivo.

Segundo Mészáros (2011), a crise de 1970 caracteriza-se como uma crise estrutural porque afetou o sistema do capital global em todas as suas dimensões fundamentais (produção, consumo e circulação). Já as crises anteriores à década de 1970 foram crises cíclicas, parciais, conjunturais, isto é, não eram crises universais porque não atingiam todos os países e tinham uma duração limitada, além de atingirem somente uma das dimensões

fundamentais do sistema global, como, por exemplo, a crise econômica mundial de 1929-1933³⁸. Percebe-se, portanto, que o capitalismo sempre enfrentou várias crises de acumulação, superprodução e expansão, porém essas foram “solucionadas” invariavelmente por medidas interventivas que levaram à retomada da expansão. No entanto, a crise de 1970 apresentou uma série de gravidades para o sistema global do capital, pois ela é, conforme Mészáros (2011), estrutural.

A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) *seu caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]; (2) *seu alcance é verdadeiramente global* (no sentido literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua*, se se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) [...] seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

A crise estrutural do capital se abateu no conjunto das economias capitalistas, tomando proporções globais juntamente com o desemprego, a cultura do descartável e a obsolescência programada, o que intensificou a essência destrutiva do capital, tornando-se, conforme Mészáros, “incontrolável”. A crise capitalista de 1970 foi tão profunda que levou o capital a desenvolver práticas de reprodução e a adotar um amplo complexo de reestruturação produtiva³⁹, com vistas a recuperar seu ciclo de produção e de reprodução. Iniciou-se também um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos traços mais evidentes foram: o surgimento do neoliberalismo⁴⁰, com o processo de privatização do Estado; a desregulamentação dos direitos do trabalho; a desmontagem do

³⁸ “[...] a crise de 1929-33 evidentemente foi de um tipo muito diferente. Por mais severa e prolongada que tenha sido, ela afetou um número limitado de dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital, conforme o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião. Mas, antes que essas potencialidades pudessem ser desenvolvidas completamente, alguns importantes anacronismos políticos precisaram ser eliminados, o que se percebeu durante a crise com brutal clareza e implicações de longo alcance.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 803).

³⁹ “Essencial à reestruturação produtiva é uma *intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos*, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo. Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados a produção. O impacto desse desenvolvimento das forças produtivas é de tal ordem que alguns pesquisadores chegam ao ponto de mencionar uma “terceira revolução industrial” ou, ainda, uma “revolução informacional” – de fato, *a base produtiva vem se deslocando rapidamente dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos*” (NETTO; BRAZ, 2010, p.216).

⁴⁰ O neoliberalismo, de acordo com Teixeira (1998), nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, nos principais países centrais de capitalismo desenvolvido. Nasceu em oposição ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado por meio de políticas Keynesianas (Welfare State). Os neoliberais consideram que essa intervenção estatal foi o fator principal para o desencadeamento da crise do sistema capitalista de produção, eles “passaram a atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando tal limitação como uma ameaça letal à liberdade econômica e política”. Nesse sentido, os neoliberais defendem que o mercado é a única instituição capaz de coordenar os problemas sociais (TEIXEIRA, 1998, p.195, *grifos nossos*).

setor produtivo estatal; e um amplo processo de reestruturação produtiva e do trabalho, com o objetivo de fornecer ao capital os meios necessários para repor os patamares de expansão anteriores.

A crise capitalista dos anos 1970 intensificou as concorrências entre os mercados, fazendo com que estes buscassem novas alternativas para conter a competitividade. Desta forma, o toyotismo⁴¹ surge como possibilidade de introdução de modernas tecnologias de produção, concretizando uma nova subordinação do trabalho ao capital. Ele inaugura uma nova etapa da produção capitalista de gestão da força de trabalho mediante o uso de práticas consensuais e flexíveis combinadas com práticas coercitivas. Estas transformações em curso desde a década de 1970 estão vinculadas às mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho”⁴² para se adequar às exigências do grande capital que, por meio do seu projeto restaurador, trouxe à tona os processos de flexibilização da produção, privatização do patrimônio estatal e desregulamentação das relações comerciais. Estas fazem parte das exigências da globalização⁴³/neoliberalismo e trazem consigo o desemprego estrutural, provocando a precarização das condições de vida da força de trabalho:

[...] a conjunção “globalização” / “neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extramercado, da economia tem sido coroado de êxito. Erodiu-se o fundamento do *Welfare State* em vários países e a resultante macroscópico-social saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional”, “pós-fordista”, desvestiu a pele de cordeiro – e a intelectualidade acadêmica, a mesma que em boa parcela considera Marx o criador de um “paradigma em crise”, descobriu a “nova pobreza”, os “excluídos” etc. – em suma, descobriu a nova “questão social”. (NETTO, 2010, p. 9-10).

Fica evidente que o capitalismo, através da globalização e do neoliberalismo, não possui nenhum compromisso com o social. Para Montañó (2012), na perspectiva neoliberal o pauperismo é resultante novamente de um problema individual, ficando a cargo das

⁴¹ O Toyotismo “Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. “O trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada a redução do tempo de trabalho” (ANTUNES, 1999, p.52).

⁴² A expressão “mundo do trabalho” é utilizada por Antunes (2002) para representar todas as condições que envolvem o processo de produção e de reprodução do capital e da força de trabalho. Aqui utilizaremos a expressão para situarmos às transformações que aconteceram a partir do capitalismo monopolista.

⁴³ “A globalização é um fenômeno que é liderado por grandes empresas, grupos oligopolistas e grandes bancos que são protegidos por instituições financeiras internacionais, como o FMI e o BIRD. A globalização permite o livre mercado entre os diferentes países. Tal processo se instaurou no século XX e consolidou a dominação dos países centrais em detrimento dos periféricos, inaugurando nestes últimos à incorporação do projeto neoliberal. [...] Assim, o objetivo da globalização é o de integrar as economias e as sociedades de diferentes países, especialmente no que se refere à produção de mercadorias e de serviços aos mercados financeiros” (CAVALCANTE, 2011, p. 33).

instituições filantrópicas, da sociedade civil e do terceiro setor. A pobreza é vinculada a um problema de distribuição, contrariamente, porém, à perspectiva keynesiana (que entende a pobreza como decorrente de um *déficit de demanda* do mercado). Essa perspectiva entende a pobreza como resultado de um *déficit de oferta* de bens e serviços, ou seja, como um problema resultante da escassez.

O problema estaria no déficit da oferta no mercado, requerendo assim um processo de desenvolvimento econômico prévio. Para isso o Estado deveria canalizar toda a sua capacidade de arrecadação (superávit primário) para tal propósito. Em lugar de estimular o consumo (com ações redistributivas), o Estado deve estimular o capital a investir, garantindo e preservando o lucro frente às flutuações do mercado. (MONTAÑO, 2012, p. 277).

Nesse sentido, as ações sociais ficariam focalizadas de modo precário no âmbito da intervenção estatal, responsabilizando a sociedade civil, a fim de que trate a pobreza e a “questão social” mediante práticas filantrópicas e voluntárias. Diante dessas modificações no âmbito da sociedade, alguns intelectuais, de acordo com Netto (2007), passaram a identificar que nesse contexto de crise surgiu uma “nova pobreza” e uma “nova questão social”. Segundo o supracitado autor, inexistem uma “nova questão social”; o que existe são novas expressões desta, inelimináveis sem a supressão da ordem do capital. Assim, “a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais” (Idem, 2007, p. 161).

Esta “descoberta” de que existiria uma “nova pobreza”, uma “nova questão social”, não tem sustentabilidade se levarmos em consideração tudo o que já foi estudado até o presente momento. Pois vimos durante este estudo que no fundamento do capitalismo estão à desigualdade social e a exploração de uma classe pela outra. Além disso, a constante busca para ampliar a riqueza traz como consequência o aumento da pobreza de uma parcela da população que para sobreviver vê-se forçada a vender sua força de trabalho. Portanto, em verdade, não existe uma nova “questão social”. De fato, “o que se deve investigar para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social” é a emergência de novas expressões da “questão social”, que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (NETTO, 2010, p. 10).

Repetimos: não existe uma “nova questão social” ou uma “nova pobreza”, pois estas sempre existiram no modo de produção capitalista. O que muda com o passar dos anos são as manifestações que estas assumem em determinado lugar, pois dependem das particularidades históricas, culturais, políticas e sociais de cada país, mas a essência exploradora e desumana é a mesma. As transformações em curso desde a década de 1970 afetaram a totalidade social e

provocaram mudanças significativas nas classes sociais, como bem assinalou Netto (2010); verifica-se que a estrutura de classes da sociedade burguesa vem passando por modificações, até mesmo com a desaparecimento de algumas classes sociais. “Ocorrem alterações profundas, quer no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideossujeivo do reconhecimento da pertença de classe” (Idem, 2010, p. 12-13). Surgem novos segmentos desprotegidos que necessitam da assistência social para poderem sobreviver.

Tais segmentos compreendem universos heterogêneos, desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, migrantes e refugiados, doentes estigmatizados (recordem-se os aidéticos pobres) até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (formal e informal). (NETTO, 2010, p. 13).

O surgimento desses novos segmentos sociais decorre das modificações que ocorreram em nível mundial e que afetaram os diversos países de acordo com suas particularidades sociais e culturais. Some-se a isso o redimensionamento da intervenção estatal com a diminuição de sua ação reguladora, quando o grande capital rompe com o *Welfare State*. Com este rompimento deu-se a retirada das coberturas sociais públicas, a diminuição dos direitos sociais, a flexibilização, a desregulamentação e a privatização decorrente das exigências do processo de globalização. Isso resultou na transferência para a sociedade civil das responsabilidades antes reservadas ao Estado e na minimização das lutas sociais, que são cada vez mais fragmentadas, em defesa de interesses individuais e não dos interesses comuns de uma classe:

[...] tais vitórias do capital penalizaram fortemente os trabalhadores. Custaram-lhes, em primeiro lugar, seus postos de trabalho – o desemprego, tomadas as cifras mundiais, vem crescendo desde os anos 1980. Custaram-lhes, em segundo lugar, mediante o aumento da exploração, compressões sobre os salários daqueles que conseguiram manter seus empregos, derivando em ponderável aviltamento do padrão de vida. Custaram-lhes, em terceiro lugar, um forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social [...] o que se constata é que a pauperização absoluta e a relativa, conjugadas ou não, *creceram*, mesmo que diferencialmente, *para a maioria esmagadora da população do planeta*. (NETTO, 2010, p. 19. Grifos na obra).

O processo de reestruturação produtiva comandado pelas exigências neoliberais do grande capital não acabou com a pobreza da grande massa da população, ao contrário, como vimos no início deste item, a pobreza mundial cresce com a desigualdade social, distanciando cada vez mais os ricos dos pobres. Com essas modificações vivenciamos hoje uma barbárie

capitalista⁴⁴, expressa principalmente na produção destrutiva que aumenta a jornada de trabalho com a constante introdução de novas tecnologias. Estas ampliam a extração de mais-valia à custa da exploração da classe trabalhadora, além disso, observa-se nesse período a destruição da natureza com vistas a aumentar a produção capitalista e a desigualdade social que alarga a distância entre ricos e pobres.

Comungamos do pensamento de Netto (2010) que afirma que uma das fases da barbárie na atualidade se revela com o assistencialismo minimalista como forma de combater as novas manifestações da “questão social” e com a repressão aos pobres através da coerção e minimização dos programas de combate à pobreza. Nas palavras de Netto, a guerra foi ao longo do século XX uma resposta para a autorreprodução do capitalismo, pois ela opera como uma saída provisória para as crises mediante a destruição das forças produtivas, além de as atividades econômicas ligadas à indústria bélica oferecerem empregos em períodos de crise.

[...] a guerra e a globalização caminham juntas. Entretanto, se a guerra, como tal, apresentou-se no século XX como um fenômeno que excedeu completamente o teatro e o âmbito dos combates, envolvendo muito mais para além deles, o que agora se verifica é que o belicismo passa a incluir as políticas de segurança pública em períodos de paz formal e se estende como negócio capitalista privado à vida na paz e na guerra, configurando a emergência da militarização da vida social. (NETTO, 2010, p. 22).

Vê-se, portanto que as políticas de segurança pública atualmente são utilizadas em períodos de paz para conter as classes “perigosas” que não se ajustam aos ditames do capital. A segurança pública passa a ser também objeto de instituições privadas que veem no crescimento desse segmento uma possibilidade de ampliar suas riquezas, a exemplo das empresas de segurança e vigilância privadas e das privatizações dos estabelecimentos penais. Ocorre o que “L. Wacquant observou como sendo a substituição do ‘Estado de bem-estar social’ pelo ‘Estado penal’⁴⁵, a repressão estatal se generaliza sobre as “classes perigosas” (Idem, 2010, p. 22). Os conflitos que durante o Estado de Bem-Estar social eram “controlados” pelas políticas sociais, hoje são reprimidos pelo “Estado penal”, que tenta

⁴⁴ “A barbárie capitalista é omnilateral e polifacética – e é ubíqua: contém-se no arsenal termo-nuclear que pode aniquilar repentinamente todas as formas de vida sobre o planeta tanto quanto na lenta e cotidiana contaminação/destruição dos recursos hídricos, que pode igualmente inviabilizar a vida sobre a terra. Uma das suas múltiplas faces contemporâneas é o trato político-institucional que confere às massas excedentárias aos interesses imediatos do capital – trato consistente na articulação entre violência extra-econômica e assistencialismo minimalista” (NETTO, 2010, p. 31).

⁴⁵ [...] o surgimento do Estado penal é o resultado de uma política de penalização da miséria, que responde ao crescimento da insegurança salarial e ao afundamento do gueto como mecanismo de controle de uma população duplamente marginalizada no duplo plano material e simbólico. [...] a divisão etno-racial lubrifica a expansão do Estado penal e acelera a transição da gestão social para a gestão punitiva da pobreza, e como, por sua vez, pela sua ação material e simbólica, a instituição carceral redefine e redinamiza o estigma étnico e etno-nacional (DURÃO; WACQUANT, 2008, p.22e 31).

dirimir tais conflitos mediante a repressão generalizada. Lembremos que anteriormente, na época das *workhouses*, também existia a repressão aos pobres; o que muda hoje são as formas como essa repressão acontece, mas a essência destrutiva é a mesma.

A repressão deixou de ser uma excepcionalidade – vem se tornando um estado de guerra *permanente*, dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos “trabalhadores informais”, estado de guerra que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos: na lista dos países que atualmente possuem a maior quantidade de encarcerados no mundo, os quatro primeiros são os Estados Unidos, a China, a Rússia e o Brasil. Trata-se, porém, de um *estado de guerra permanente*, cuja natureza se exprime menos no encarceramento massivo que no extermínio executado em nome da lei – no Brasil, por exemplo, entre 1979 e 2008, morreram, em confronto com representantes da lei, *quase 1 milhão de pessoas*, número que pode ser comparado ao de países expressamente em guerra, como Angola, que demorou 27 anos para chegar a cifra semelhante. (NETTO, 2010, p. 23).

Este “estado de guerra permanente” que se instaurou pelo mundo decorre da ideologia propagada pela classe dominante, que se utiliza de meios e instrumentos – a exemplo da segurança privada e do assistencialismo minimalista – para conter os conflitos sociais e manter seu domínio sobre as classes consideradas “perigosas”. Assim, a outra face da barbárie na atualidade diz respeito ao “novo assistencialismo”, que se traduz na filantropia empregada pelas parcerias público-privadas que saturam as políticas públicas desde os anos 1980 e 1990, mediante a redução dessas políticas no enfrentamento da pauperização na atualidade. Assim, verifica-se que as práticas assistencialistas contemporâneas não são as mesmas de base confessional e laica do século XIX, nem se assemelham aos programas de políticas sociais propagados durante o *Welfare State*.

A política social dirigida aos agora qualificados como *excluídos* se perfila, reivindicando-se como inscrita no domínio dos *direitos*, enquanto específica do tardo-capitalismo: não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema – a indigência –, ou conforme o seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a *pobreza absoluta* (vale dizer, a miséria). (NETTO, 2010, p. 23).

Isto se comprova mais ainda quando levamos em consideração o que estudamos no início de nossa introdução. Ou seja, que as propostas implementadas pelos organismos financeiros internacionais em países periféricos a exemplo do Brasil é reduzir a pobreza extrema e acabar com a pobreza absoluta. No entanto, essa redução, se possível, não resultará na eliminação da desigualdade social, pois para se reproduzir o sistema do capital precisa mantê-la mediante a exploração do trabalho com a finalidade de acumulação da propriedade privada nas mãos de uma parcela menor da humanidade, as classes dominantes.

De acordo com Netto (2010), outra proposição de combate à pobreza está expressa na Declaração do Milênio de 2000, acordada junto a Organização das Nações Unidas. Tal declaração objetiva reduzir pela metade a extrema pobreza, ou seja, reduzir pela metade a percentagem de pessoas (homens, mulheres e crianças) que vivem com menos de um dólar por dia. Essa proposta acaba conduzindo a ajustes minimalistas e assistencialistas que embora provoquem uma aparente melhoria de vida da classe trabalhadora não acabam com a pobreza. Conforme análise de Coggiola (2010 p. 11-12)

No mundo inteiro, programas de combate à pobreza e à fome foram postos em prática, com resultados bastante menores à propaganda feita em torno deles. O número de pessoas que passam fome no mundo continua crescendo. Em 2009, duas décadas depois, foram mais 40 milhões; desde 2007, mais 150 milhões, segundo a ONU. A linha da pobreza (renda de menos de US\$ 1,25 por dia/ pessoa) continuou a crescer, chegando a 41,7% da população mundial (mais de 2,7 bilhões de pessoas): os Objetivos do Milênio previam baixar essa porcentagem para 20,9% (1,4 bilhão), até 2015 (previsão já abandonada). A chamada “concentração da renda” mundial continuou a crescer, com 1% da população detendo 40% da riqueza total. Entre os privilegiados, quase 65% concentram-se nos EUA e no Japão, 0,6% no Brasil.

Percebe-se, portanto, que os programas sociais tanto em países periféricos como nos centrais, embora provoquem uma aparente melhoria na qualidade de vida dos mais necessitados, estes não acabam com a “questão social” e nem com a pobreza, pois são programas assistenciais, focalistas e minimalistas e, por si, são incapazes de eliminar as determinações sociais da pobreza..

De acordo com Coggiola (2010), a compensação social para suprir a pobreza e o desemprego foi cada vez mais sendo atribuída a transferência de renda por meio dos programas sociais compensatórios. No entanto,

Segundo estudos da FAO, do PNUD, do Banco Mundial, da Cúpula Mundial da Alimentação e de outras organizações, a fome não tem diminuído, assim como não é causada pelo aumento da população nem pela falta de alimentos. Calcula-se que, anualmente, oito milhões de pessoas morram, no mundo, por causa da fome derivada da miséria (COGGIOLA, 2010, p.12).

Compreende-se, pois que para essas organizações, o problema da fome é visto como um problema de “acesso” ou de distribuição, ou seja, de má distribuição de riqueza devido à pobreza decorrente de uma produção superabundante. Sendo assim, conforme Coggiola (2010) o “problema estaria na esfera da distribuição, não na estrutura (capitalista) da produção agrária”. Tais instituições atribuem dessa forma a problemática da pobreza como um problema de distribuição sem tocar nos fundamentos do modo de produção capitalista, que como vimos se nutre da concentração de riqueza e da desigualdade social.

No Brasil, as propostas dos programas compensatórios de combate à pobreza estão presentes principalmente no governo Lula da Silva desde 2003, que ora responde as mazelas da pobreza a partir de ações assistencialistas, ora através da “militarização da vida social”, ou seja, reprimindo os pobres através da segurança pública e privada. Além disso, na lógica desses programas também está o combate ao desemprego que foi crescente no período da crise econômica mundial⁴⁶.

De acordo com Netto (2010), desde o governo do presidente Lula da Silva entre (2003-2007), ocorreu uma série de mudanças no Brasil. Lula da Silva chegou a presidência da com cerca de 78% de aprovação popular. Quando ainda jovem em plena ditadura militar (1964-1985) fundou o Partido dos trabalhadores – PT, com raízes operárias lutava pelo partido das massas. Chegou à presidência da república, conforme Netto, com um discurso aparentemente anticapitalista e com forte oposição as propostas neoliberais conduzidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Apesar de Lula da Silva ter criado o PT nos anos 1980, este sofreu profundas mudanças em sua base social e em suas divisões internas no séc. XXI. Segundo Netto (2010, p. 25),

Da sua fundação à sua chegada ao governo central, o PT experimentou um verdadeiro processo de *transformismo*, de que decorreram, inclusive, defecções de grupos e personalidades de considerável influência, especialmente intelectuais. A caracterização de Lula da Silva e da direção do seu partido como sendo “de esquerda” só tem sentido, atualmente, para a direita e as elites burguesas brasileiras (que cultivam para com ambos, Lula da Silva e seu partido, um autêntico ódio de classe) e para aqueles analistas que ainda situam no espectro da esquerda contemporânea as expressões da social-democracia tardia e possibilista.

Com efeito, durante seu primeiro mandato presidencial (2003-2007), o então presidente Lula da Silva seguiu, conforme Netto (2010), as orientações macro-econômicas implantado por Fernando Henrique Cardoso e seu partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB. Lula da Silva implementou, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (exigida pelo FMI e BM) e conduziu a reforma previdenciária, que apesar de ter sido iniciada no governo FHC, este não pode dar continuidade devido a forte oposição do PT na época. Além disso, Lula deu continuidade ao programa econômico-social do PSDB que envolvia o pagamento da dívida pública (externa e interna).

⁴⁶ “Para Nancy Birdsall (presidente do “Centro para o Desenvolvimento Global”), por exemplo, com a crise da economia mundial, os EUA (e o mundo) deveriam olhar para o Brasil, isto é, para o “modelo Lula” (sic): “uma economia de mercado com programas sociais”, como única saída viável, diante das consequências da débâcle financeira e produtiva do capitalismo, iniciada com a crise do *subprime* nos EUA em 2007. Significativamente, definiu a proposta menos pela sua aptidão para combater a pobreza, e mais como um “modelo de governança”, isto é, como uma salvaguarda para um regime social em crise” (COGGIOLA, 2010, p.01).

O presidente Lula da Silva foi reeleito em 2006 e aprofundou a política macroeconômica implementada desde 1995 pelo governo de Fernando Henrique. Porém, de acordo com Netto (2010), tal política possui um diferencial caracterizado pelo neoliberalismo *soft* ou “novo desenvolvimentismo”. Este último foi chamado assim pelo professor Marcelo Braz e foi visível a partir de 2007/2008 através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). Conforme Netto (2010, p. 26),

[...] o governo federal passou a bancar um forte processo de centralização/concentração de capital, oferecendo vultosos recursos financeiros a grandes grupos capitalistas para investimentos no país e no exterior (garantindo, inclusive, notável expansão de corporações brasileiras que já operavam no estrangeiro). E, no plano interno, através de iniciativas como o *Plano de Aceleração do Crescimento* (PAC), reverteu-se a curva descendente (que vinha do primeiro governo Cardoso) do crescimento econômico até então verificável, malgrado os impactos da crise internacional de 2008, que se manifestam no país no ano seguinte.

Neto (2010) enfatiza ainda que durante os oito anos de mandato do presidente Lula da Silva⁴⁷, o sistema bancário registrou altos ganhos; a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) vivenciou um período áureo; os possuidores de títulos da dívida pública receberam os maiores juros em vigor; além disso, o Brasil foi considerado um país seguro para se investir. Nesse sentido, o tripé da economia brasileira defendido pelo FMI e o BM foi “consolidado”, a saber – o superávit primário, as metas de inflação e o câmbio flutuante.

O governo de Lula também foi marcado pelo apoio ao crédito (que estimulou o mercado interno), pela recuperação do salário mínimo e pelo apoio das massas populares. Esta última marcada principalmente pela política assistencialista que consolidou de vez tal governo, fazendo com que seus sucessores e seus opositores não fossem capazes de mudá-lo. Tal política minimalista e assistencialista foi considerada o carro chefe do governo Lula, principalmente com o Programa Bolsa Família amplamente divulgado neste governo e no exterior.

⁴⁷ “[...] é incontestável a satisfação dos setores majoritários da sociedade brasileira com os dois governos Lula da Silva. Nenhum observador atento da realidade do Brasil pode negar que o apoio a Lula da Silva envolve a oligarquia financeira nacional e transnacional, boa parte das camadas médias urbanas, os trabalhadores organizados na Central única dos Trabalhadores (a CUT, controlada pelo PT) e os famélicos desorganizados que se beneficiam do assistencialismo governamental” (NETTO, 2010, p.28).

O programa, criado em outubro de 2003 e regulamentado em setembro de 2004, unifica os procedimentos de gestão e execução de transferência de renda com condicionalidades e dirige-se a famílias “em situação de pobreza” (renda mensal *per capita* até U\$ 30,77 a U\$ 61,53) e de “extrema pobreza” (renda mensal *per capita* até U\$ 30,76). Trata-se de um programa cujo custo, comparado ao conjunto orçamentário da União, é muito baixo: *em 2009, não passou da casa dos 12,4 bilhões de reais – enquanto, por exemplo, as despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram 380 bilhões de reais*. Envolve quase 13 milhões de famílias (urbanas e rurais) e seu impacto sobre os assistidos é real: mitiga-lhes a indigência e lhes garante ao menos reprodução biológica (NETTO, 2010, p. 27).

Apesar do programa Bolsa Família ter sido amplamente divulgado no Brasil e se pautar pela denominada transferência de renda a população mais necessitada, este não acaba com a pobreza e nem com a desigualdade social. Pois, os impactos deste e das políticas econômicas e sociais no governo Lula da Silva são limitados sobre a desigualdade social e sobre a pobreza. A “desigualdade decresce muito lentamente no país – de 2001 a 2008, o índice de Gini evoluiu de 0,594 para 0,544” (Idem, 2010, p. 27).

A evolução da miséria no Brasil desde 1992, retratada no quadro a seguir mostra o movimento de subidas e descidas resultantes do modelo econômico e da ação do Estado sobre a miséria, inclusive sob o impacto dos programas sociais. O último relatório do IPEA divulgado pela Folha de São Paulo em 05/11/2014 mostra que a miséria volta a crescer em 2013, ou, pelo menos deixa de cair, apesar de toda a euforia em torno dos Programas Sociais nos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, alvos da campanha política de 2014.

Segundo o referido relatório, “O total de pessoas que vivem na extrema pobreza passou de 10.081.225, em 2012, para 10.452.383 no ano passado. A proporção de extremamente pobres subiu de 5,29% para 5,50%, também a primeira alta desde 2003” (Relatório IPEA in Folha de São Paulo 05/11/2014). A divulgação somente realizada após a campanha eleitoral para presidente da república na qual foi reeleita a Presidenta Dilma Rousseff mostra que a Política do Brasil Sem Miséria de 2011 alcança limites e não consegue conter a gangorra que a dinâmica econômico-social regida pela base material age decisivamente na contenção da miséria no Brasil tornando limitada a possibilidade de sua eliminação completa.

Figura 2 – Evolução do número de miseráveis



Fonte: Ipea (Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada), 2014.

Entende-se, portanto, que a desigualdade social, no Brasil, decorre principalmente da sua posição no cenário econômico mundial, de sua concentração de renda e do poder econômico-político de uma parcela minoritária da população. Com efeito, para se acabar com tal centralização e concentração do poder dessa minoria teríamos que propor alternativas que vão além do sistema do capital, o que obviamente não se traduz nas propostas disseminadas pelo governo Lula da Silva.

Netto (2010) enfatiza ainda outro aspecto, ou seja, que durante o governo Lula da Silva pouco se falou em segurança pública embora alguns representantes do governo e a oposição tenham insistido na busca por instrumentos que fossem capazes de garantir a paz. Porém, o chamado “estado de guerra permanente e o extermínio” já são visíveis nas principais metrópoles do país. Some-se a isso a existência de grupos de extermínio que são pagos para executar pobres e marginais e, também o aumento do número de encarcerados “(dados do Departamento Penitenciário Nacional indicam 140.000 encarcerados em 1985, 361.500 em 2005 e, no primeiro semestre de 2009, 4698.807 (encarcerados em condições geralmente infra-humanas, que provocam frequentes motins de inaudita violência))” (Idem, 2010, p. 29). Tal fato vem levado a setores públicos e privados a investirem na segurança privada⁴⁸ como

⁴⁸ De acordo com Netto (2010, p. 39) “o negócio da segurança privada – veja-se a seguinte nota, extraída do Jornal do Comércio, de Porto Alegre, edição de 26 de outubro de 2010; “De acordo com informações da

forma de “combater” a violência e as mazelas advindas da situação de pobreza vivenciada pelos setores mais necessitados. Vejamos como exemplo a violência no Rio de Janeiro (NETTO, 2010, p.29),

O Rio de Janeiro – onde atualmente o índice de mortes por violência é muito alto: 50 por 100.000 habitantes (dados dos Estados Unidos apontam para 6 mortes por 100.000 habitantes) – é exemplar no que toca à guerra permanente e ao extermínio. Quanto à primeira, tornou-se emblemática a atuação *do Batalhão de Operações Especiais/BOPE* da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tropa de elite que opera nas favelas com extrema brutalidade; quanto ao segundo, basta assinalar que, conforme estudos de Inácio Cano, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, as polícias civil e militar do Rio de Janeiro mataram, entre janeiro de 1998 e setembro de 2009, 10.216 pessoas (*o que dá uma média de 2,4 mortos/dia*).

De acordo com Netto (2010) esse é o novo modelo da política de segurança que vem sendo implementado no Brasil, some-se a isso também a “militarização do domínio do confronto direto para a ocupação territorial”. Nestas áreas vivem pessoas que não possuem condições mínimas de sobrevivência, e que ocupam áreas privadas e constroem suas moradias. Devido a isto, seja pela especulação imobiliária, seja por interesses econômicos essas pessoas são expulsas brutalmente desses locais. Tal fato evidencia um confronto armado, além disso, quando nesses locais formam-se favelas ou comunidades, muitas são ocupadas por milícias ou Unidades de Polícia Pacificadoras/UPPs que procuram levar a “lei” e a ordem àqueles locais. Sendo assim, o tratamento no Brasil com relação às políticas sociais e a segurança pública da margem ao assistencialismo e a repressão às camadas mais pauperizadas, pois não são propostas ações que visam acabar com a pobreza, mas apenas adequá-las aos limites deste sistema.

Vê-se, com isto que no Brasil, como forma de conter as mazelas advindas da pobreza e da questão social o Estado se utiliza de programas assistencialistas e minimalistas além da repressão aos pobres seja via confinamento (cadeias que se assemelham as *Workhouses*), seja através da segurança privada (que transfere para a sociedade civil os problemas que o Estado não consegue solucionar).

Associação Brasileira de Empresas de Segurança e Vigilância (Abrevia), existem hoje no Brasil 1491 empresas registradas que executam esse tipo de serviço”. Elas empregam 477 mil vigilantes, número maior do que os 411.900 policiais militares estimados pelo Ministério da Justiça em todos os estados brasileiros. Esse exército da segurança privada também supera o efetivo das Forças Armadas; que é de 320400 homens. Apenas no Rio Grande do Sul, estão em operação 125 empresas de segurança privada, empregando 30.635 vigilantes. No entanto, segundo dados da Coordenação de Controle da Segurança Privada da Polícia Federal, existem outros, 1,1 milhão de vigilantes cadastrados, mas não ativos. Se o número total for levado em consideração, o contingente de homens da segurança privada no Brasil supera o da Polícia Militar e das Forças Armadas juntas. Essas estatísticas refletem o tamanho do mercado da segurança privada, que já é um dos maiores e mais lucrativos do País. O faturamento previsto para as empresas deste setor em 2010 e de R\$ 15 bilhões, e o crescimento anual é de cerca de 14%”.

Enfim, reafirma-se que a pobreza como uma expressão da “questão social”, ainda que adquira formas diferentes no interior do sistema, é ineliminável nesse modo de produção. O grande capital, por meio de instrumentos como o Estado, a segurança pública e o assistencialismo, tenta a todo custo conter os possíveis conflitos sociais, frequentemente por meio da violência explícita ou mediante a criminalização dos pobres. Tais mecanismos não se traduzem em uma “nova questão social” ou em uma “nova pobreza”. O que se evidencia na atualidade é que se trata de novas manifestações dessas problemáticas que demandam novas formas de intervenção social, porém a essência é a mesma, pois suas bases estão intrinsecamente ligadas ao modo de produção capitalista, visando à apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Portanto, a nosso ver, a “questão social” deve ser analisada em sua totalidade, levando em consideração as três dimensões que Costa (2011) enfatiza: 1º – a dimensão da base material onde se situam os determinantes estruturais do capitalismo e a geração da pobreza; 2º – a dimensão política expressa na luta dos trabalhadores contra a exploração do capital; e 3º – a dimensão da intervenção estatal, que atualmente é funcional ao capital na medida em que o legitima por meio de programas de assistência social. Somente levando em conta essas três dimensões poderemos entender a essência da “questão social” que possui como uma de suas manifestações a pobreza. Esta adquire formas distintas de acordo com a evolução da humanidade, sendo funcional ao capital na medida em que mantém a desigualdade social entre ricos e pobres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as bases ontológicas materiais da pobreza no capitalismo e a relação desta com a “questão social”, a partir de uma investigação crítica apoiada fundamentalmente em Karl Marx, pudemos compreender a dinâmica contraditória do modo de produção capitalista, que fundado com base na exploração de classes e na desigualdade social gera ao mesmo tempo a riqueza e a pobreza como elementos necessários à produção e reprodução da sociedade do capital. Vimos que a “questão social” é resultante da essência destrutiva do capitalismo, que tem em um de seus pilares a pobreza como manifestação imediata e estrutural das raízes do modo de produção capitalista.

Verificamos, segundo Marx, que a pobreza e a “questão social” têm raízes mais profundas com características que só podem ser observadas após a constituição do capitalismo. A pobreza já existia em sociedades anteriores ao modo de produção capitalista, porém com propriedades que a distinguem das sociedades capitalistas. Nas sociedades nômades, no escravismo e no feudalismo, a pobreza que existia era decorrente da carência devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas – tanto materiais quanto sociais. No capitalismo, a pobreza que existe é resultante das relações de exploração e da desigualdade social típicas desse modo de produção, pois apesar de as forças produtivas terem se desenvolvido ao ponto de a riqueza produzida ser suficiente para suprir as necessidades de todos, a pobreza permanece presente, já que para se reproduzir o capitalismo necessita da manutenção de um exército industrial de reserva sempre disponível. Ou seja, da manutenção de uma parcela da população em condições de ser explorada, para que a outra parte da população, a burguesia, enriqueça à custa da máxima extração de mais-valia dos trabalhadores.

Ao abordarmos a categoria trabalho, pudemos entender as características elementares que fazem parte desse processo, o qual é fundamental para o desenvolvimento de todas as relações sociais e de todas as formas de sociabilidade. Ao estudarmos os elementos que compõem o processo de trabalho, observamos que o desenvolvimento deste impõe ao processo de evolução da humanidade características distintas das ações realizadas pelos animais, que não são capazes de por meio do trabalho de evoluir. O ser humano ao transformar a natureza em bens para a sua reprodução social e ao interagir com outros homens desenvolve um conjunto de características que fazem dele um ser distinto do ser puramente animal. Desse modo, o trabalho cumpre a função social como atividade necessária e

indispensável à evolução da humanidade. Nesse processo, o homem modifica a natureza e também se transforma historicamente enquanto ser social.

Apreendemos que o trabalho é uma “condição de existência do homem”, pois está na base da atividade econômica que torna possível a produção de qualquer bem ao criar valores que constituem a riqueza social. Ele permite ao homem realizar o intercâmbio orgânico com a natureza, constituindo-se em uma eterna necessidade humana que não pode ser eliminada, sob pena de não existir a sociedade. É através dele que o homem transforma a natureza em meios de subsistência indispensáveis para a reprodução social. Assim, o trabalho se constitui na primeira necessidade humana, aquela que, se não atendida, implicaria a impossibilidade de alguma forma de sociabilidade. O trabalho enquanto relação do homem com a natureza funda o ser social, criando as bases materiais para o surgimento de qualquer forma de sociedade.

No processo de trabalho, o produtor tem total autonomia para realizar aquilo que materializou antecipadamente em sua consciência e que busca objetivar na prática, pois não existe nesse processo forças externas que regulem ou controlem o produtor. Ao contrário dos animais, que possuem uma consciência determinada por seus fatores biológicos e sempre reproduzirão aquilo que sua natureza permite – a exemplo da abelha, que constrói os favos em sua colmeia. Estas seguem uma determinação biológica, que já é imposta antes mesmos de elas nascerem. O trabalho possibilita ao homem dar um salto ontológico que viabiliza a evolução e o desenvolvimento das forças produtivas.

Como pudemos observar, no período em que as forças produtivas eram pouco desenvolvidas e o processo de trabalho era limitado, os núcleos tribais produziam apenas o que necessitavam para a satisfação direta de suas necessidades básicas; além disso, a divisão do trabalho era determinada por fatores fisiológicos, a depender das características naturais dos membros pertencentes aos grupos. Tais características faziam com que a produção fosse limitada e determinada pelas necessidades básicas de reprodução das tribos, que passavam por períodos de fome e de carência (devido a catástrofes naturais como secas e enchentes) e, às vezes, por pequenos períodos de “abundância”, quando a produção não era arrasada por fatores externos.

Com o desenvolvimento do trabalho, da agricultura e da domesticação dos animais, a produção passou a suprir as necessidades imediatas de reprodução social ao ponto de se formar um excedente de bens produzidos. Tal excedente, com a evolução da humanidade, passou a ser trocado livremente, ocorrendo gradativamente as relações de trocas. Com o surgimento de sociedades como o escravismo e o feudalismo, dá-se a exploração de uma

classe pela outra, com o objetivo de se produzir o excedente para ser vendido ou trocado por outros bens. Apesar desse excedente, ainda predominava a carência e a pobreza, fruto do baixo desenvolvimento das forças produtivas.

Vimos ainda, ao analisar a “Assim chamada acumulação primitiva” de Karl Marx, em *O Capital*, que o processo de expulsão violenta dos camponeses de sua base fundiária foi o fator decisivo que levou ao surgimento do modo de produção capitalista, pois o fato de os camponeses se converterem em homens “livres como os pássaros” fez com que sua força de trabalho fosse vendida e trocada livremente como qualquer outra mercadoria. Isso consolidou o período da fase embrionária do modo de produção capitalista.

Nas sociedades pré-capitalistas predominava a escassez ou a carência que não eram derivadas da abundância de mercadorias. Nestas sociedades a produção era insuficiente para satisfazer as necessidades de toda a população e o desenvolvimento das forças produtivas era limitado pelo pouco excedente produzido, isto é, pela insuficiência de produtos e bens de consumo. A sociedade não crescia produtivamente e a desigualdade na distribuição da riqueza permitia o acúmulo de riqueza num polo e a reprodução da pobreza no outro. Com a dissolução dos “séquitos feudais”, os trabalhadores “livres” viram-se submetidos à exploração capitalista, com a produção sob a forma manufatureira. Nesse contexto de “acumulação primitiva” formaram-se duas classes: os capitalistas (burgueses) e o proletariado (cuja única mercadoria que dispunham para vender era a força de trabalho). Assim, a cisão dos trabalhadores de seus meios de produção tornou possível o surgimento e o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista.

A expulsão dos trabalhadores de suas terras, de forma violenta, desvelou as contradições entre essas duas classes e o descontentamento do proletariado com as novas formas de exploração. Os camponeses que foram expulsos de suas terras migraram para as cidades em busca de emprego, porém a manufatura não conseguiu absorver toda a mão de obra disponível. Nesse contexto, os trabalhadores que não encontraram emprego converteram-se em vagabundos, esmoleiros, prostitutas, mendigos etc., sendo duramente reprimidos e forçados a trabalhar sob condições subumanas, recebendo em troca salários miseráveis. Esse fato evidencia a introdução das denominadas “legislações sanguinárias”, as quais possibilitaram o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista e desnudaram seu caráter explorador.

À medida que o trabalho foi se desenvolvendo ao longo da história, passou a assumir diferentes formas. Nos primórdios da sociedade, a forma de trabalho escravo; posteriormente,

no feudalismo, a forma de trabalho servil; e no capitalismo ganhou a forma de trabalho assalariado. É nesta forma de trabalho que o capitalista se apropria da mais-valia produzida pelo trabalhador, ou seja, do trabalho não pago, do excedente que não é incorporado no salário do operário.

A análise do trabalho enquanto categoria fundante é a base teórica para se compreender como se desenvolveram os diferentes tipos de sociabilidade, em especial, a sociedade burguesa vigente no Modo de Produção Capitalista. Nesta se evidenciou que, diferentemente das sociedades precedentes ao capitalismo, a pobreza cresce enquanto se amplia a riqueza dos capitalistas. Isso se deu com a exploração do capital sobre o trabalho, a partir da expropriação da mais-valia produzida pelo trabalhador. Trata-se de uma característica do trabalho assalariado, que é a forma de exploração do capital mascarada pelo pagamento de um salário pelo capitalista.

No Modo de Produção Capitalista verificou-se que nesta sociedade de abundância, em que o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas é capaz de produzir de modo que toda a população seja abastecida, a pobreza cresce ao tempo que a riqueza de uma minoria é ampliada. Esse fato revela o caráter contraditório do Modo de Produção Capitalista: o fato de gerar riqueza num polo e pobreza no outro constitui o que Marx (1985) denominou de “Lei Geral da Acumulação Capitalista”. A pobreza nesse modo de produção é resultado da concentração de capital mediante a exploração de mais-valia da classe trabalhadora pela capitalista. No capitalismo, portanto, quanto maior a riqueza produzida pelo trabalhador, maior é a expropriação desta pelo capitalista. Desse modo, “não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada de riqueza em poucas mãos) que gera a desigualdade e a pauperização absoluta ou relativa” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Ao analisarmos a “questão social”, apreendemos que tal expressão, de acordo com Netto (2007), passou a ser empregada a partir da separação positivista no pensamento conservador entre o econômico e o social, durante os acontecimentos de 1830-48, no momento em que a classe burguesa perdeu seu caráter crítico e revolucionário diante das lutas proletárias. O social passou a ser visto como algo natural e desarticulado dos fundamentos da sociedade capitalista. A “questão social”, portanto, não tinha fundamento na estrutura da sociedade, e assim sua solução não dependeria da transformação do capitalismo.

Começa-se a se pensar a “questão social”, *a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos*. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. (MONTAÑO, 2012, p. 272. grifos na obra).

A “questão social” e a pobreza estariam vinculadas a causas naturais e a problemas de ordem moral e comportamental dos indivíduos, devendo ser, portanto, “solucionadas” pelos próprios detentores desses problemas. Com isso, as causas da “questão social” e da pobreza como expressão desta não estariam na estrutura do modo de produção capitalista. Esta concepção de pobreza era típica da Europa entre os séculos XVI e XIX, quando seu enfrentamento se dava a partir de ações filantrópicas que pretendiam educar os indivíduos desajustados alterando seus aspectos morais e comportamentais. Nesse período surgem as organizações de caridade e filantropia e os chamados abrigos dos pobres.

Em 1601, na Inglaterra, foi promulgada a Lei dos Pobres ou *Poor Law*, que amparava os trabalhadores pobres mediante as taxas dos pobres. No entanto, durante os anos de 1834, no período de expressivas lutas da classe trabalhadora, o Parlamento inglês passa a entender que a própria Lei dos Pobres seria a causa do pauperismo, já que para os pobres a beneficência representava um estímulo à miséria. Assim, a assistência aos pobres era tida como a causa do conformismo e um estímulo à ociosidade.

Dessa forma, em vez de tratar a pobreza com *ações filantrópicas/assistenciais (como sendo um problema de déficit ou carência dos pobres)*, ela passa a ser reprimida e castigada (*como sendo uma questão delitiva ou criminal dos pobres*). A beneficência e os abrigos passam a ser substituídos pela repressão e reclusão dos pobres. A ideológica expressão “marginal” começa a adquirir uma conotação de “criminalidade”. O pobre, aqui identificado como “marginal”, passa a ser visto como ameaça à ordem. (MONTAÑO, 2012, p. 273. grifos na obra).

Como bem evidenciou Montañó (2012), ocorreu nesse momento a separação entre o pobre que sobrevive por meio de ações assistenciais por mendicância ou vadiagem e o trabalhador objeto de serviços de previdência e saúde. Nesse período, tanto a “questão social” quanto a pobreza são separadas dos fundamentos do modo de produção capitalista, passando a ser encaradas como problemas morais e comportamentais.

Vimos que no período de desenvolvimento do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, o sistema do capital experimentou um crescimento econômico e social nunca visto antes: os “anos dourados” do capitalismo, que se deram durante a fase fordista/keynesiana. Nesse período o chamado Estado de Bem-Estar Social passou a intervir nos problemas sociais por meio de políticas públicas funcionais à acumulação do capital, visando inibir os conflitos sociais. A “questão social” e a pobreza passam a ser tratadas não mais como um problema

moral dos indivíduos, mas como consequência do baixo desenvolvimento econômico e social. “Assim, a “questão social” passa de ser um caso de polícia” para a *esfera da política*, [...] passa a ser *tratada de forma segmentada*, mas *sistemática*, mediante *as políticas sociais estatais*” (Idem, p. 275), sendo consideradas de forma segmentada.

De acordo com Montañó (2012), com a crise capitalista de 1970 e o processo de reorganização estatal por meio da reestruturação produtiva, as exigências neoliberais e a globalização impõem a transferência das responsabilidades no trato da pobreza e da “questão social” à sociedade civil, via ações filantrópicas do chamado terceiro setor e através de programas compensatórios e focalistas de combate à pobreza. Tal pensamento neoliberal concebe novamente a pobreza como um problema individual que se “resolve” por meio de práticas filantrópicas da sociedade civil.

Assim, a atual estratégia neoliberal de “enfrentamento” da pobreza é diferente da concepção liberal clássica (até o século XVIII – onde se pensa a causa da miséria como um problema de carência, respondendo a ela com a organização da filantropia), é distinta da perspectiva pós-1835 (século XIX – que, a partir da constituição do proletariado como sujeito e de suas lutas desenvolvidas particularmente entre 1830-48, pensa o pauperismo como mendicância e como crime, tratando assim dela com repressão e reclusão), é diferente da orientação keynesiana (século XX até a crise de 1973 – que considera a “questão social” como um “mal necessário”, produzido pelo desenvolvimento social e econômico (ou como um insuficiente desenvolvimento), internalizando a “questão social” e tratando-a sistematicamente mediante as políticas sociais estatais, como direitos, por meio do fornecimento de bens e serviços. (MONTAÑO, 2012, p. 277).

Diante de tais considerações, entendemos que o fenômeno da “questão social” é típico do Modo de Produção Capitalista e é constitutivo da relação capital-trabalho, quando suas contradições se tornam visíveis. Já a pobreza como expressão da “questão social” é uma manifestação das relações de exploração típicas do capitalismo; tal pobreza é diferente daquela das sociedades pré-capitalistas, pois no capitalismo ela se reproduz em meio à abundância e à ampla produção de riquezas, e à custa da exploração da classe trabalhadora. Já naquelas sociedades a pobreza é decorrente de uma situação geral de escassez e de carência, devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas.

A “questão social” e a pobreza, portanto, são resultado da acumulação privada de capital. Assim, não é o precário desenvolvimento das forças produtivas que gera esses fenômenos no capitalismo, mas, ao contrário, é o desenvolvimento dessas forças que provoca o empobrecimento da grande massa da população. Desse modo, é em meio a essa contradição – geração concomitante de riqueza e pobreza – que se funda este modo de produção. Sua essência é, conseqüentemente, destrutiva, fundada na desigualdade social de classes, que é insuprimível sem a supressão desta sociedade. A “questão social” e a pobreza não são,

portanto, resultantes de problemas morais, comportamentais, de distribuição de renda, de déficit público etc., porquanto possuem fundamentos mais profundos.

Desse modo, entendemos que por ser constitutiva do Modo de Produção Capitalista a “questão social” não é nova, não existindo, portanto, uma “nova questão social” ou uma “nova pobreza”; o que existe são novas expressões da “questão social” que são insuprimíveis enquanto persistir o Modo de Produção Capitalista. Assim, o que se evidencia na atualidade são formas de enfrentamento da pobreza e da “questão social” que se direcionam ao fornecimento de bens e serviços que não acabam com elas, mas apenas as reproduzem. São programas e políticas públicas focalistas que servem como um paliativo para conter possíveis conflitos e minimizar a situação de pobreza, seja ela absoluta ou relativa, sem, contudo, extirpá-la, pois ela é intrínseca a este modo de produção.

A “questão social” e a pobreza possuem assim diferentes manifestações ao longo do desenvolvimento da humanidade. Atualmente mecanismos estatais tentam contê-las por meio de programas assistencialistas e com a repressão aos pobres através da criminalização da classe trabalhadora, mediante a repressão policial e a segurança privada, o que conduz a sociedade a uma situação de barbárie. As formas de conter tais conflitos são diferentes a depender das épocas históricas e das características de cada país ou região, porém a essência destrutiva e desumana é a mesma, fundada na exploração e na desigualdade social intrínsecas ao sistema do capital.

Entendemos, assim, que as formas de exploração do capital sobre o trabalho, bem como a pobreza e a “questão social”, só serão suprimidas através de um processo revolucionário, que elimine o Modo de Produção Capitalista sob o domínio do capital em direção a uma sociedade livre, justa e emancipada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, p.19-59, 1999.

_____. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez, p. 21-104, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Índice de Gini**. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI/countries?display=map>> Acesso: 21 nov. 2013.

CAVALCANTE, Iraci. **Transformações societárias e suas implicações no Serviço Social diante das estratégias contemporâneas de gestão empresarial**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Maceió, UFAL, 2011.

CALIXTO, Dodô. **Desigualdade em 2013: 0,7% da população detém 41% da riqueza mundial**. credit suisse 2013 wealth report, Opera Mundi. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Desigualdade-em-2013-0-7-da-populacao-detem-41-da-riqueza-mundial/7/29266>>. Acesso em 05 nov. 2013.

CHOSSUDOVSKY. Michel. **A GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA: Impactos das reformas do FMI e do BM**. Tradução Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. **Fome, capitalismo, e programas sociais compensatórios**. São Paulo, 2010.

COSTA, Gilmaísa. **Serviço Social em debate: ser social, trabalho e ideologia**. Maceió: Ed. Edufal, 2011.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica — um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DURÃO, Susana & WACQUAN, Loïc, « **O corpo, o gueto e o Estado penal: entrevista com Loïc Wacquant** ». Disponível em <etnografica.revues.org/1811 ; DOI: 10.4000/etnografica.1811>. Acesso em 05 de nov. 2014.

ENGELS, Friedrich. **Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Leandro Konder, 3ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUEDES, Enildo Marinho. **Padrão UFAL de normalização.** Maceió : EDUFAL, 2012.

G20. **Países em desenvolvimento.** Disponível em: <<http://países-emergentes.info/mos/view/G-20/>>. Acesso: 20 dez. 2013.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem.** Rio de Janeiro. Ed: Zahar, 1985.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2014/11/05/pela-primeira-vez-dados-oficiais-apontam-que-miseria-parou-de-cair/>. Acesso: 11 nov. 2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1543492>> Acesso em 05 nov. 2014.

WETZEL, Deborah. **Bolsa Família e a revolução silenciosa no Brasil.** Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2013/11/04/bolsa-familia-Brazil-quiet-revolution>>. Acesso em 20 nov. 2013.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3. Edição. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez Editora 2011.

_____. **ABAIXO A FAMÍLIA MONOGÂMICA!**: São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **CAPITAL E ESTADO DE BEM-ESTAR o caráter de classe das políticas públicas.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider; Revisão da tradução: Nélio Schneider; Revisão técnica: Ronaldo Vielmi Fortes (com colaboração de Ester Vaisman e Elcemir Paço Cunha). Prefácio: José Paulo Netto; Orelha: Maria Orlanda Pinassi. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, vol. I e II. (Série Os Economistas), 1985.

_____. **Glosas Críticas Marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

_____. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica a economia política**. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo. Ed. Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. FRJ, 2011.

MÉSZARÓS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**; Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo. Boitempo, 2011.

Marx, Karl; Engels Friedrich. **Manifesto Comunista**. Ed: Paz e Terra, 2008.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**; Tradução de Heloisa Janh. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1989.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. In: Questão agrária e pobreza. Revista Serviço Social & Sociedade, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Uma face contemporânea da barbárie**. III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OPERA MUNDI. **Mapa da desigualdade em 2013: 0,7% da população detém 41% da riqueza mundial**. Disponível em : <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/31831/Mapa+da+desigualdade>. Acesso: 17 out. 2013.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje.** 2 ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

REVOLUÇÃO FRANCESA. Disponível em: <http://revolucao-francesa.info/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SALAMA, Pierre; Destremau, Blandine. **O TAMANHO DA POBREZA: Economia política da distribuição de renda.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.

SANTIAGO, Emerson. Ludismo. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/ludismo/>. Acesso em 10 nov. 2014.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos.** 1º. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SIEMACO. **Relatório da ONU: fome diminui, mas ainda há 805 milhões de pessoas no mundo com desnutrição crônica.** No Brasil, fome é reduzida em 50% com o Programa Fome Zero. Disponível em: <http://www.siemaco.com.br/post/1575-Relatorio-da-ONU-fome-diminui%2c-mas-ainda-ha-805-milhoes-de-pessoas-no-mundo-com-desnutricao-cronica.-No-Brasil%2c-fome-e-reduzida-em-50--com-o-Programa-Fome-Zero>. Acesso em: 20 set. 2014.

TEIXEIRA, Francisco J.S; OLIVEIRA A. de (org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, p. 195-252, 1998.